

FIOS, REDES E TRAMAS DE APRENDIZAGENS

AGROECOLOGIA URBANA E
CONVIVÊNCIA COMUNITÁRIA NA
HORTA ALTO DAS ANTENAS

HORTA COMUNITÁRIA
ALTO DAS ANTENAS

GABRIEL MATTOS ORNELAS
PPGE FaE UFMG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

Gabriel Mattos Ornelas

FIOS, REDES E TRAMAS DE APRENDIZAGENS:
Agroecologia Urbana e Convivência Comunitária na Horta Alto das Antenas

Belo Horizonte

2025

Gabriel Mattos Ornelas

**FIOS, REDES E TRAMAS DE APRENDIZAGENS:
Agroecologia Urbana e Convivência Comunitária na Horta Alto das Antenas**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da UFMG (PPGE/FaE/UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Linha de pesquisa: Educação, Cultura, Movimentos Sociais e Ações Coletivas.

Orientadora: Isabel Cristina de Moura Carvalho

Belo Horizonte

2025

O74f
T

Ornelas, Gabriel Mattos, 1991-
Fios, redes e tramas de aprendizagens [manuscrito] : agroecologia urbana e convivência comunitária na horta Alto das Antenas / Gabriel Mattos Ornelas. -- Belo Horizonte, 2025.

137 f. : enc., il., color.

Tese -- (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.
Orientadora: Isabel Cristina de Moura Carvalho.
Bibliografia: f. 130-137.
Inclui anexos.

1. Educação -- Teses. 2. Educação popular -- Belo Horizonte (MG) -- Teses. 3. Ecologia agrícola -- Belo Horizonte (MG) -- Teses. 4. Educação comunitária -- Belo Horizonte (MG) -- Teses. 5. Vida comunitária -- Convivência -- Belo Horizonte (MG) -- Teses. 6. Agricultura familiar -- Aspectos educacionais -- Teses. 7. Sociologia urbana -- Belo Horizonte (MG) -- Teses. 8. Vida urbana -- Aspectos sociais -- Belo Horizonte (MG) -- Teses. 9. Políticas públicas -- Belo Horizonte (MG) -- Teses. 10. Política urbana -- Belo Horizonte (MG) -- Teses. 11. Estratégias de aprendizagem -- Teses. 12. Comunidades urbanas -- Belo Horizonte (MG) -- Teses. 13. Belo Horizonte (MG) -- Educação -- Teses. 14. Belo Horizonte (MG) -- Políticas públicas -- Teses. 15. Belo Horizonte (MG) -- Ocupações -- Teses. 16. Horta Alto das Antenas (Belo Horizonte, MG) -- Teses.

I. Título. II. Carvalho, Isabel Cristina de Moura. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 370.1931

Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFGM (Setor de referência)

Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ATA

DEFESA DE TESE DO ALUNO GABRIEL MATTOS ORNELAS

Realizou-se, no dia 25 de março de 2025, às 14:30 horas, em plataforma virtual, a 986ª defesa de tese, intitulada *FIOS, REDES E TRAMAS DE APRENDIZAGENS: Agroecologia Urbana e Convivência Comunitária na Horta Alto das Antenas*, apresentada por GABRIEL MATTOS ORNELAS, número de registro 2021658176, graduado no curso de GESTÃO PÚBLICA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Isabel Cristina de Moura Carvalho - Orientador (UFMG), Prof(a). Emmanuel Duarte Almada (UEMG), Prof(a). José Guilherme Cantor Magnani (USP), Prof(a). Natalino Neves da Silva (UFMG), Prof(a). Claudia Job Schmitt (UFRRJ).

A comissão avaliadora considerou que a tese trata de uma questão relevante e a pesquisa demonstra excelência acadêmica. A Banca valorizou a incursão etnográfica junto ao grupo comunitário da Horta do Alto das Antenas. Destacou a oportunidade da análise dos efeitos de uma política pública, o Programa de Territórios Sustentáveis (PTS), e seus modos de expressão num território particular, de horta urbana, na periferia de Belo Horizonte. A Banca considerou o título da tese adequado e não sugeriu modificações. A banca indicou a publicação na forma de artigos ou do texto integral, do trabalho realizado e considerou a tese aprovada.

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 25 de março de 2025.

Prof(a). Isabel Cristina de Moura Carvalho (Doutora)

Prof(a). Emmanuel Duarte Almada (Doutor)

Prof(a). José Guilherme Cantor Magnani (Doutor)

Prof(a). Natalino Neves da Silva (Doutor)

Prof(a). Claudia Job Schmitt (Doutora)



Documento assinado eletronicamente por **Emmanuel Duarte Almada, Usuário Externo**, em 26/03/2025, às 18:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Isabel Cristina de Moura Carvalho, Usuário Externo**, em 27/03/2025, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Natalino Neves da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 27/03/2025, às 11:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Guilherme Cantor Magnani, Usuário Externo**, em 31/03/2025, às 10:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Job Schmitt, Usuário Externo**, em 07/04/2025, às 10:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4080663** e o código CRC **EF864A78**.

À Simone, Claudineia, Cida e Antônia,
agricultoras da Horta Alto das Antenas,
pela confiança em me permitir narrar e
tecer suas aprendizagens e
transformações com a agroecologia
urbana.

AGRADECIMENTOS

“A missanga, todos a veem.
Ninguém nota o fio que,
em colar vistoso, vai compondo as missangas.
Também assim é a voz do poeta:
um fio de silêncio costurando o tempo”
Mia Couto (2009)

Os quatro anos do doutorado, realizado em concomitância com outros trabalhos, foram marcados por muitos desafios, encontros alegres e aprendizados. Um dos aprendizados é que a nossa experiência com a vida vai além da dimensão individual, pois o que nos mantém vivas também é nossa vida. Aprendi isso ouvindo os povos e comunidades tradicionais e nas intensas e constantes idas e vindas nos campos da pesquisa. Por isso, mais do que um exercício de escrever, de um lugar de escrita ou de fala, é necessário exercitarmos o lugar de escuta. Afinal, nossas vidas estão conectadas a outras vidas - humanas, não humanas, mais que humanas - e a um território ou a vários: territórios em disputas, territórios de lutas, territórios insurgentes, corpo-território. Lutamos, mas somos frágeis e não existimos sem cooperação e cuidados. Assim, é urgente repensar nossas relações e transformá-las com mais ética, respeito e solidariedade.

Neste sentido, meus agradecimentos serão direcionados para as pessoas, grupos, organizações e instituições que me possibilitaram chegar até o final do doutorado e passar por este momento com muito apoio e afeto.

Agradeço à minha avó, Dona Ana, pelas rosas brancas secando ao Sol e por sua sabedoria, força e curiosidade tão vivas, que se espalhavam pelo quintal cheio de flores, remédios e comida - o chá de ervas com rapadura e o pão de queijo artesanal. À minha mãe, Elenir, pelo cuidado genuíno em todas suas dimensões. Ao meu pai, Geraldo, pelo incentivo à leitura do mundo e pela prática diária de molhar as plantas do quintal quando chegava do trabalho. Às minhas irmãs, Brígida e Ornela, pela irmandade-amizade que sustenta e nutre. Ao meu namorado, Igor, pelo amor e a luz no olhar enquanto segura minha mão. E à minha família, no sentido mais amplo, minha família de pessoas amigas que constroem relações afetivas revolucionárias e emancipadoras.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGE FaE - UFMG) e ao corpo docente pela formação de excelência com inclusão social e diversidade. No PPGE pude ampliar minha formação em uma

perspectiva interdisciplinar, ressaltando o compromisso da educação e da ciência com a equidade racial e de gênero, justiça socioambiental e valorização das diversidades e das relações interculturais. À minha orientadora, Isabel Carvalho, pela constante inspiração, confiança, cuidado e criatividade. Ao grupo de orientação coletiva por todas as trocas e experimentações no estudo, na pesquisa e na escrita. Agradeço às minhas amigas do PPGE UFMG, pelas companhias alegres e suporte cotidiano nessa trajetória do doutorado. À minha banca de qualificação, formada pela Ana Gomes e Claudia Schmitt, que fizeram contribuições cruciais e certas para a finalização da pesquisa. À minha banca de defesa, formada pela Cláudia, Magnani, Manu e Natal, pelo diálogo incentivador e pelo reconhecimento do trabalho.

A todas as pessoas do grupo AUÊ! - Grupo de Estudos em Agricultura Urbana, pelo compromisso em fazer e experimentar a pesquisa, ensino e extensão, visibilizando e fortalecendo a agroecologia urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte. À Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), pela comunidade de prática que valoriza a construção do conhecimento com a transformação socioambiental. À toda equipe da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional da Prefeitura de Belo Horizonte (SUSAN/PBH) e da REDE - Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, pela oportunidade de experimentar e consolidar políticas públicas inovadoras em agroecologia, segurança alimentar e educação popular. Às amigas da Fundação João Pinheiro (FJP), pelo respiro, acolhimento e incentivo à produção acadêmica.

Por fim, e extremamente importante, agradeço a todas as mulheres da Horta Alto das Antenas, às pessoas que vivem e participam dos territórios atendidos pelo Programa Territórios Sustentáveis e todas as praticantes que fazem parte das redes de agroecologia urbana em Belo Horizonte, pelas trocas de saberes e práticas que cultivam vidas nas cidades.

“Quem escreve, tece.
Texto vem do latim “Textum”, que significa tecido.
Com fios de palavras, vamos dizendo, com fios de tempo vamos vivendo:
os textos são como nós, tecidos que andam”
Eduardo Galeano (2001)

RESUMO

Esta tese tem como fio condutor as aprendizagens ocorridas no âmbito da Horta Alto das Antenas, um espaço construído por um grupo de mulheres em parceria com o Programa Territórios Sustentáveis e as redes de agroecologia de Belo Horizonte. A pesquisa foi realizada entre 2021 a 2024, através de metodologias participativas e de minha observação etnográfica, que se transformou ao longo do tempo: inicialmente, como pesquisador e gestor do programa, e posteriormente, apenas como pesquisador. Essa mudança de posição no campo de pesquisa permitiu uma análise aprofundada dos desafios e possibilidades na construção do conhecimento e da prática da agroecologia urbana, tanto em nível institucional quanto no âmbito territorial e comunitário. A investigação seguiu os fios de conexões estabelecidos pelas mulheres da Horta Alto das Antenas com as comunidades de práticas e as redes tecidas pelo programa, revelando uma trama de aprendizagens agroecológicas que integra e articula as técnicas de produção de alimentos saudáveis e manejo sustentável com as questões de gênero, raça, classe, lutas socioambientais e convivência comunitária. Em tempos de emergência climática, a horta agroecológica, nas ruínas do capitalismo, anuncia processos de participação cosmopolítica, transformando as vidas das mulheres que se tornaram agricultoras urbanas, multiplicadoras e promotoras das práticas agroecológicas na Vila Alto das Antenas. As experiências e aprendizagens dessas mulheres também foram potencializadas por meio de mutirões, encontros, cursos e intercâmbios com outros territórios periféricos de Belo Horizonte (quilombo e ocupações urbanas) e redes regionais e nacionais de agroecologia. No entanto, a geração de renda com sustentabilidade ainda é um desafio, evidenciando a necessidade da justiça redistributiva e do fomento de outras economias frente à lógica neoliberal. Por fim, a tese apresenta um conjunto de experiências metodológicas participativas que destacam a importância da educação popular para e nas políticas públicas, além de trazer exemplos de tecnologias socioambientais e ações públicas de agroecologia para a promoção da sustentabilidade e saúde coletiva nos territórios urbanos.

Palavras-chave: Agroecologia Urbana; Educação Popular; Políticas Públicas; Tramas de Aprendizagens; Convivência Comunitária.

ABSTRACT

This thesis is guided by the learning processes that took place within the Alto das Antenas Garden, a space built by a group of women in partnership with the Sustainable Territories Program and agroecology networks in Belo Horizonte. This research was conducted between 2021 and 2024 using participatory methodologies and my own ethnographic observation, which evolved over time: initially as a researcher and program manager, and later solely as a researcher. This shift in my role within the research field allowed for a deeper analysis of the challenges and possibilities in constructing knowledge and practicing urban agroecology, both at an institutional level and within territorial and community contexts. The investigation traces the networks and connections established by the women of the Alto das Antenas Garden with communities of practice and the networks woven by the program, unveiling a web of agroecological learning that integrates and articulates techniques for healthy food production and sustainable management and issues of gender, race, class, socio-environmental struggles, and community coexistence. In times of climate emergency, the agroecological garden amidst the ruins of capitalism embodies processes of cosmopolitical participation, transforming the lives of the women who became urban farmers, multipliers, and promoters of agroecological practices in Vila Alto das Antenas. The experiences and learning of these women were also strengthened through collective efforts, gatherings, courses, and exchanges with other peripheral territories in Belo Horizonte (quilombos and urban occupations), as well as regional and national agroecology networks. Nevertheless, securing income generation with sustainability remains a challenge, highlighting the need for redistributive justice and support for alternative economies in the face of the neoliberal logic. Finally, the thesis presents a set of participatory methodological experiences that underscore the importance of popular education for and within public policies, as well as examples of socio-environmental technologies and public agroecology actions to promote sustainability and collective health in urban territories.

Keywords: Urban Agroecology; Popular Education; Public Policies; Learning Webs; Community Coexistence.

LISTAS DE IMAGENS

- Imagem da Capa - Horta Alto das Antenas.
Fonte: Acervo do Pessoal, 2022.
- Imagem 01 - Quintais da minha avó (2018) e do meus pais 22
Fonte: Acervo pessoal, 2022.
- Imagem 02 - Horta Comunitária da Vila Santana do Cafezal (2013) e Horta 23
Familiar do Vitória (2023).
Fonte: Acervo pessoal, 2023.
- Imagem 03 - Mística de abertura da 2ª edição do Curso de Promotores da 36
Agroecologia no CRESAN Mercado da Lagoinha em Belo Horizonte
Fonte: Acervo Pessoal, 2023.
- Imagem 04 - Dimensões que interagem com a Agroecologia. 45
Fonte: Articulação Nacional de Agroecologia.
- Imagem 05 - Os Dispositivos da Ação Pública 53
Fonte: Lascoumes e Le Galès (2012) apud Sabourin (2019).
- Imagem 06 - Identidade visual do Coletivo Agroecologia na Periferia e registro 57
da reunião.
Fonte: Acervo do Coletivo Agroecologia na Periferia, 2017.
- Imagem 07 - Oficina de Fossa Ecológica no bairro Vitória na Ocupação Izidora. 58
Fonte: Acervo do Coletivo Agroecologia na Periferia, 2017.
- Imagem 08 - Encontro do Curso de Promotores, realizado no dia 15 de setembro 58
de 2018 no Roots Ativa.
Fonte: Acervo do Coletivo Agroecologia na Periferia. Fotos: Thalita Barbalho e
Lucas Bois, 2018.
- Imagem 09 - O centro da roda no encontro do comitê local no Quilombo 60
Mangueiras
Fonte: Acervo Pessoal, 2023.
- Imagem 10 - Reuniões do Fórum do PTS realizadas em 2017 na Ocupação 62
Esperança da região da Izidora.
Fonte: Acervo Pessoal, 2017.
- Imagem 11 - Mapeamento e caracterização de quintais e mutirões realizados em 63
2018.
Fonte: Acervo Pessoal e do PTS/PBH, 2018.
- Imagem 12 - Curso de Educação Ambiental e Implantação da Unidade Produtiva 63
Familiar na Ocupação Vitória.
Fonte: Acervo do PTS/PBH, 2019.
- Imagem 13 - Esquema da Governança Participativa. 68
Fonte: Acervo PTS, 2023.

Imagem 14 - Identidade visual do PTS elaborada em parceria com a REDE. Fonte: Acervo PTS, 2023.	71
Imagem 15 - Registro da 2ª edição do Curso de Promotores da Agroecologia Fonte: Acervo PTS, 2023.	72
Imagem 16 - Relatoria Gráfica do Módulo 5 - Metodologias Participativas e Educação Popular. Fonte: Acervo Pessoal, 2023.	73
Imagem 17 - Registros do Curso de Promotoras da Agroecologia e suas metodologias participativas. Fonte: Acervo PTS; Autoria: Clarice Santana da Silva, 2023.	75
Imagem 18 - Visitas Técnicas para reconhecimento territorial na Ocupação Esperança, Quilombo Mangueiras, Ribeiro de Abreu e Vila Cemig. Fonte: Acervo PTS, 2021.	80
Imagem 19 - Horta Familiar da Ocupação Vitória e comercialização na Feira de Agricultura Urbana da PBH. Fonte: Acervo PTS, 2021.	80
Imagem 20 - Transformações na Horta Comunitária da Ocupação Esperança. Fonte: Acervo PTS, 2023.	81
Imagem 21 - Implantação do Tanque de Peixes (Piscicultura) na Ocupação Vitória. Fonte: Acervo PTS, 2023.	82
Imagem 22 - Oficina de Compostagem no Quilombo Mangueiras. Fonte: Acervo PTS, 2022.	83
Imagem 23 - Levantamento de Dados Ambientais do Quilombo Mangueiras, realizado no âmbito do PTS em parceria com as moradoras e a Diretoria de Gestão Ambiental (DGEA). Fonte: Acervo PTS, 2023.	83
Imagem 24 - Oficina de Agrofloresta na Ocupação Esperança. Fonte: Acervo PTS, 2021.	84
Imagem 25 - Mutirão na Horta Comunitária da Ocupação Esperança. Fonte: Acervo PTS, 2022.	85
Imagem 26 - Registro do cotidiano da Horta Alto das Antenas, espaço de produção (trabalho para geração de renda) e reprodução (trabalho de cuidado). Fonte: Acervo Pessoal, 2024.	86
Imagem 27 - Vista panorâmica da Vila Cemig/Alto das Antenas. Fonte: Acervo PBH, 2021.	90
Imagem 28 - Mapa dos dados ambientais da Vila Cemig/Alto das Antenas, produzido pela DGEA/PBH. Fonte: Acervo PTS, 2021.	92

Imagem 29 - Mapeamento das redes de equipamentos públicos e espaços coletivos e comunitários	93
Fonte: Acervo PTS, 2025.	
Imagem 30 - Antônia, Claudineia, Cida e Simone, agricultoras urbanas da Horta Alto das Antenas	94
Fonte: Acervo Pessoal, 2024.	
Imagem 31 - Mulheres da Horta Alto das Antenas na 2ª edição do “Curso de Promotoras da Agroecologia”	97
Fonte: Acervo PTS, 2023.	
Imagem 32 - Mutirão na Horta Alto das Antenas para ampliação do espaço da horta	101
Fonte: Acervo PTS, 2023	
Imagem 33 - Espaço da Horta Alto das Antenas com vista dos canteiros, a estrutura de apoio implantada com fogão a lenha e banheiro	107
Fonte: Acervo PTS, 2024	
Imagem 34 - Oficina de preparação de temperos ministrada pelas mulheres da Horta Alto das Antenas no CRAS Vila Cemig	114
Fonte: Acervo PTS, 2024	
Imagem 35 - Rio do Tempo da Horta Alto das Antenas	116
Fonte: Elaboração participativa com as mulheres da horta. Designer: Brígida Mattos, 2025.	

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Como analisar uma forma de aprendizagem situada?	34
Quadro 02 - Síntese dos múltiplos impactos da agricultura urbana	49
Quadro 03 - Ações públicas e aspectos da institucionalização da agricultura urbana	54
Quadro 04 - Encaixes institucionais resultantes dos repertórios de interação entre as redes de agroecologia e a Prefeitura de Belo Horizonte (1993 a 2020)	66
Quadro 05 - Programação da 2ª Edição do Curso de Promotores/as da Agroecologia - 2023	74
Quadro 06 - Dimensões da trama de aprendizagens da agroecologia urbana	122

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
AHA	Associação Horizontes Agroecológicos
AMAU	Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
APP	Área de Preservação Permanente
ASA	Articulação no Semiárido Brasileiro
AS-PTA	Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
AU	Agricultura Urbana
AUÊ	Grupo de Estudos em Agricultura Urbana
BH	Belo Horizonte
CAFA	Central de Abastecimento da Agricultura Familiar e Urbana
CBA	Congresso Brasileiro de Agroecologia
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
CEMAR	Centro Municipal de Agroecologia e Educação Ambiental para Resíduos Orgânicos
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CEVAE	Centros de Vivência Agroecológicas
CLADES	Consórcio Latino-Americano de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável
CNAU	Coletivo Nacional de Agricultura Urbana
COMASA	Conselho Municipal de Abastecimento
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
CRESAN	Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional - Mercado da Lagoinha
CTA	Centros de Tecnologia Alternativa
DFAB	Diretoria de Fomento à Agroecologia e Abastecimento
DGEA	Diretoria de Gestão Ambiental
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EA	Educação Ambiental
EBAAs	Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa
EM	Microorganismos Eficazes
ENA	Encontro Nacional de Agroecologia
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FJP	Fundação João Pinheiro
GEFAU	Gerência de Fomento à Agricultura Familiar e Urbana
GT	Grupo de Trabalho
IFMG	Instituto Federam de Minas Gerais
IGC	Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-binária, entre outras.
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
ONGs	Organizações Não Governamentais
OSC	Organização da Sociedade Civil
PACS	Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

PBH	Prefeitura de Belo Horizonte
PPAG	Plano Plurianual de Ação Governamental
PTA	Projeto Tecnologias Alternativas
PTS	Programa Território Sustentáveis
REDE	Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
RUA	Rede Urbana de Agroecologia Metropolitana
RUAF	Resource Centres on Urban Agriculture and Food Security
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SLU	Superintendência de Limpeza Urbana
SMC	Secretaria Municipal de Cultura
SMED	Secretaria Municipal de Educação
SMPU	Secretaria Municipal de Política Urbana
SMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SNEA	Seminários Nacionais de Educação em Agroecologia
SUAS	Subsecretaria de Assistência Social
SUDC	Subsecretaria de Direitos de Cidadania
SUSAN	Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional
SPG	Sistema Participativo de Garantia
TEVAP	Tanque de Evapotranspiração
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFV	Universidade Federal de Viçosa
URBEL	Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte

SUMÁRIO

Apresentação: os saberes localizados e a fala do lugar	17
As hortas na minha história, as hortas na minha cidade: trajetórias como ativista, educador e gestor público em Belo Horizonte	21
Puxando os fios: desenho e metodologia de uma pesquisa em interação	25
Etnografia em intervenções socioambientais: observação em políticas públicas territoriais	28
O fio condutor: a aprendizagem situada e suas conexões	31
1. Fricções da Agroecologia: movimento cosmopolítico-pedagógico e ecologia de práticas	37
1.1. O conceito rizomático da agroecologia: breve histórico do campo da agroecologia e suas múltiplas dimensões, práticas e disputas	39
1.2. Urbano agroecológico ou agroecologia urbana: a horta urbana nas ruínas do capitalismo	48
1.3. Confluências cosmopolíticas: ação pública em agroecologia urbana	52
1.4. Cultivando territórios agroecológicos: agriculturas urbanas e periferias de Belo Horizonte	56
2. O Programa Territórios Sustentáveis e a institucionalização dos princípios da agroecologia e da educação popular	61
2.1. Educação Popular para e nas Políticas Públicas: metodologias participativas e troca de saberes agroecológicos	65
2.2. "O território já existe": fricção entre a gestão pública e as vidas nos territórios	77
3. “A horta não é só a horta, aqui é um lugar de convivência”: aprendizagens da Horta Alto das Antenas	87
3.1. O solo: chegada e reconhecimento do território	90
3.2. As sementes: as mulheres da Vila Alto das Antenas	94
3.3. Os adubos: parcerias e redes de agroecologia	97
3.4. A germinação: mutirões, oficinas, cursos e intercâmbios	101
3.5. Da emergência à floração: práticas cotidianas, desafios e possibilidades	107
3.6. Polinização: comunidade de prática ampliada e tramas de aprendizagens	114
4. Considerações finais: “agroecologia é você tá aí se envolvendo com tudo que acontece ao seu redor”	124
5. Referências Bibliográficas	130
6. Anexos	138
Anexo I - Localização dos territórios atendidos pelo Programa Territórios Sustentáveis	138
Anexo II - Cartela de Serviços do Programa Territórios Sustentáveis (2023)	139

APRESENTAÇÃO: OS SABERES LOCALIZADOS E A FALA DO LUGAR

“Hoje é um dia de convivência. Hoje nós estamos aqui para conversar, para reunir, para falar...”
(Claudineia, agricultora urbana
Horta Alto das Antenas, 2024)

Os fios de energia elétrica se seguram nas árvores e logo abaixo estão os canteiros da horta, delimitados por troncos de madeira, com diversos tipos de hortaliças e ervas cultivadas. As mulheres estão reunidas ao fundo, algumas sentadas e outras em pé, em uma roda ao lado do pé de manga, que foi podado há pouco tempo. Há também uma faixa pendurada em uma cerca, onde está escrito "Horta Comunitária Alto das Antenas". Em torno da área da horta, existem árvores grandes e casas com paredes sem reboco.

Eu tirei essa foto no dia 30 de novembro de 2022, na Vila Alto das Antenas, localizada na Regional Barreiro, em Belo Horizonte. Essa imagem é a capa desta tese e ilustra de maneira significativa o campo da minha pesquisa de doutorado. É uma imagem que, por si só, já retrata algumas possibilidades e, também, desafios e problemas socioambientais comuns de grande parte das periferias do Brasil. Os próprios fios que atravessam a horta já dizem muito sobre as limitações que as pessoas têm para mobilizar e acessar recursos. Para conseguirem energia elétrica em suas casas e sobreviverem nesse território, as pessoas moradoras da Vila Alto das Antenas realizam “gatos”, uma gambiarra tipicamente latino-americana para desviar a corrente elétrica, puxando a fiação diretamente dos postes.

Essa presença dos fios no território sempre me marcou, desde o começo do campo. Ao mesmo tempo, o próprio território é atravessado por esses fios, já que a vila recebeu esse nome pelas moradoras¹ devido à subestação de luz e as antenas de alta tensão da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), próxima ao local. Ou seja, o território está literalmente debaixo desses fios e, é a partir dessa materialidade dos fios, mas também da sua noção de conexão, que os utilizarei como metáfora para contar minha conexão com a Vila Alto das Antenas, as redes que as mulheres da horta se envolveram e as tramas de aprendizagens dessa experiência. Os fios que me conectam a esse território são oriundos das redes de agroecologia de Belo Horizonte, que desde os anos 2000 realizam diversas ações públicas na Região Metropolitana de Belo Horizonte e que, dentre outras experiências, repercutiram na criação do

¹Será utilizado somente pronomes femininos nesta tese, tendo como referências “as” pessoas.

Programa Territórios Sustentáveis (PTS) da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), ponto de partida da observação desta pesquisa.

Diante desse cenário, surge a seguinte pergunta: quais aprendizagens emergem nos encontros entre agroecologia, territórios urbanos e políticas públicas?

Compreender processos de aprendizagens é uma das abordagens possíveis em uma pesquisa de doutorado no campo da educação. No entanto, esta pesquisa busca conectar a educação com outros campos e áreas do conhecimento, repercutindo em uma interação, um estudo multidisciplinar. Conforme sugere a pergunta inicial, a proposta não se limita à interação entre esses campos, mas se concentra na identificação dos encontros — sejam eles marcados por conflitos, cooperação ou ambas as dinâmicas. Essa perspectiva interdisciplinar, aliada a uma abordagem etnográfica, reconhece que os processos analisados são heterogêneos e não lineares. A análise da relação entre agroecologia e territórios urbanos, mediada por uma política pública e investigada por meio de um estudo etnográfico, evidencia a complexidade desta pesquisa. Assim, compreender as aprendizagens envolve destacar as diferenças e tensões associadas à negociação, adaptação e construção do conhecimento agroecológico. Essas dinâmicas ocorrem em comunidades de práticas e resultam de processos de educação popular, bem como da institucionalização e territorialização da agroecologia no contexto urbano.

Nesta pesquisa, parto da perspectiva localizada e situada (Haraway, 1995; Lave, 1991) e dos estudos decoloniais sobre a natureza do lugar (Escobar, 2005) para compreender os processos de aprendizagens de uma política pública que promove a agroecologia em territórios urbanos.

Localizada, porque a pesquisa é realizada em Belo Horizonte, nas redes de conexões que a agroecologia instaura no contexto urbano da capital de Minas Gerais. De acordo com a bióloga e feminista Donna Haraway (1995), a perspectiva dos "saberes localizados" enfatiza que o conhecimento não é objetivo e universal, mas situado, construído e compreendido em contextos sociais, culturais e históricos específicos, tornando a produção científica menos abstrata. Em vez de buscar uma visão totalizadora e neutra, Haraway sugere que devemos reconhecer e valorizar os múltiplos saberes localizados e parciais dos fenômenos estudados. Nesse sentido, toda compreensão e entendimento são moldados por experiências, identidades e posições sociais específicas de cada praticante da pesquisa. Por isso, a questão desta pesquisa surge no âmbito da minha trajetória enquanto ativista do movimento agroecológico, educador popular, pesquisador e gestor público na cidade de Belo Horizonte.

A pesquisa também é situada na etnografia das ações do Programa Territórios Sustentáveis (PTS), que faz parte da Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana da

Prefeitura de Belo Horizonte. As ações de promoção da agroecologia no PTS serão analisadas buscando identificar as fricções (Tsing, 2004), ou seja, os encontros heterogêneos e desiguais entre seres humanos, não humanos, mais que humanos, territórios, ações e políticas públicas que possibilitam gerar novos arranjos ecológicos, sociopolíticos, culturais e econômicos. Ao mesmo tempo, essas ações se configuram como uma comunidade de prática (Lave, 1991), no sentido de que as ações iniciadas pelo Programa se reverberam em processo de aprendizagem sobre o fazer e como (des)envolver a habilidade de praticar a agroecologia, isto significa que as pessoas aprendem participando das atividades, constituindo comunidades de práticas e, dessa forma, produzem, compartilham e apropriam-se de saberes. Para compreender as interações é útil também evocar a noção de participação periférica e legitimada (Lave, 1991), já que estão inseridas em um contexto que estabelece acessos específicos para promover ou constringer a participação na comunidade e nas dinâmicas das práticas de agroecologia.

Influenciado pela perspectiva decolonial, principalmente pelas reflexões de Arturo Escobar (2005) sobre a defesa do lugar, serão trazidos e valorizados os relatos das mulheres da Horta Alto das Antenas, reconhecendo os aprendizados dessa experiência. Nesse sentido, busco conectar o lugar de fala dessas mulheres envolvidas nas ações de agroecologia do PTS com a perspectiva dos saberes localizados, evidenciando as questões territoriais e socioambientais e a “fala do lugar”, ou seja, o protagonismo dessas mulheres na defesa do seu território e dos seus próprios projetos de (des)envolvimentos².

Nesse sentido, um dos argumentos centrais desta pesquisa é que essa política pública, conectada com as redes de agroecologia, constitui uma comunidade de prática ampliada e, conseqüentemente, estabelece processos de aprendizagens tanto agroecológicas como de participação política, além de evidenciar os instrumentos de ação pública, metodologias da educação popular e resultados da institucionalização e territorialização da agroecologia urbana. A utilização da abordagem etnográfica, como base epistemológica e prática de pesquisa, também possibilita ampliar os métodos convencionais de análise de políticas públicas e reconhecimento territorial, permitindo captar as práticas e os processos de aprendizagens institucionais e comunitárias em agroecologia. Outra dimensão inovadora nessa abordagem é a percepção da relação multi-seres³ no contexto urbano, evidenciando a cooperação entre

² Será utilizado prefixo “des” entre parênteses para evidenciar os projetos das próprias comunidades na construção de ações socioambientais e de sustentabilidade para seus territórios. A palavra desenvolvimento reforça a ideia de separação e de “não envolvimento” das comunidades com seus territórios. Como esta pesquisa parte da perspectiva decolonial, será utilizado (des)envolvimento para ressaltar a defesa do lugar e apresentar uma crítica ao dualismo natureza e cultura do colonialismo.

³ A escolha do termo “multi-seres” nesta pesquisa tem o objetivo de superar as limitações do conceito de “multiespécie”, que foca nas interações entre espécies de seres vivos, majoritariamente humanos e não humanos.

espécies humanas, não humanas e mais que humanas no âmbito dessas práticas e dos territórios envolvidos com a agroecologia. Portanto, este trabalho buscou estudar e compreender as práticas e os sentidos que as mulheres da Horta Alto das Antenas dão à agroecologia e como suas vidas e os territórios são transformados.

Ao utilizar "multi-seres", busco ampliar o entendimento dessas relações, incluindo também a agência de elementos, entidades e forças mais-que-humanas como ciclos e bens naturais (água, terra, vento, entre outros) e também divindades de cosmovisões religiosas e espirituais, reconhecendo sua importância nas dinâmicas socioambientais e ecológicas.

As hortas na minha história, as hortas na minha cidade: trajetórias como ativista, educador e gestor público em Belo Horizonte

“Uma horta é um bom lugar para começar. E pra continuar, até acabar. Seria bom saber que alguém colherá coisas que nós semeamos, depois da nossa partida, e as plantas continuarão, como um gesto nosso de amor”

(Rubem Alves, 1995)

A cidade de Belo Horizonte (BH), assim como diversas capitais brasileiras, é um território urbano que apresenta ambientes construídos industrialmente com áreas “cinzas”, adensamento habitacional, asfalto, carros, poluição, conflitos ambientais etc., mas também ambientes construídos socioambientalmente com áreas verdes como parques, agriculturas, quintais, roças, criação de animais, carroças, biodiversidade etc. É nessa contradição híbrida em que me localizo, em que prevalecem aspectos industriais ou colonialistas e cosmofóbicos⁴, nas palavras do Mestre Nego Bispo, mas também com aspectos naturais, principalmente com a presença de pessoas envolvidas com a terra, com as matas, com as árvores, uma relação multi-seres. Como um cidadão, é importante reforçar o que afirma Nego Bispo: “nem todos os povos da cidade são povos colonialistas” (Santos, 2023).

Desde criança, convivi com esse cenário híbrido a partir de contextos específicos. De um lado, as desigualdades sociais e a degradação humana e ambiental das periferias onde eu cresci. De outro, lugares e vivências específicas das confluências multi-seres nos cultivos de plantas em materiais alternativos (latas, potes e embalagens) e nos canteiros da minha casa, feito por meu pai, e no quintal produtivo e nas roças de minha avó, com criação de animais e uma diversidade de plantas alimentícias e medicinais.

⁴ De acordo com Nego Bispo (Santos, 2015), a colonização cristã monoteísta configurou um contínuo aniquilamento das cosmovisões pagãs politeístas que apresentam outras relações sociais integradas com o meio ambiente. Nesse sentido, a cosmofobia está relacionada à dicotomia/separação cultura e natureza, repercutindo no medo do cosmo e na desintegração das pessoas com os processos naturais da Terra.

Imagem 01 - Quintais da minha avó (2018) e dos meus pais (2022)



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Somente em 2013 que tive contato com a palavra agroecologia, mesmo convivendo com essas práticas desde criança. Foi quando fiz o Curso de Agroecologia Urbana, organizado pelo Grupo Aroeira - Ambiente, Sociedade e Cultura, primeiro projeto de extensão da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com essa temática. Desde então, trabalho e aprendo com a agroecologia sempre de maneira coletiva, porque a agroecologia em Belo Horizonte é construída através de muitas mãos, experiências, ações coletivas, pesquisas-ensino-extensão e políticas públicas. Nessa caminhada, tive e tenho a honra e a oportunidade de me envolver com vários grupos, redes e instituições locais, regionais, nacionais e internacionais⁵.

⁵ Desde 2013 tive a oportunidade de participar das seguintes organizações que promovem a agroecologia: Grupo Aroeira, Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU), AUÊ UFMG, Rede Urbana de Agroecologia Metropolitana (RUA), NEPPAG AYNI, Red Agroecológica del Sur, Associação Brasileira de Agroecologia, SUSAN PBH, entre outras articulações e coletivos.

Imagem 02 - Horta Comunitária da Vila Santana do Cafezal e Horta Familiar do Vitória (2023)



Fonte: Acervo pessoal, 2023

Antes de apresentar brevemente minha trajetória acadêmica e profissional, é importante me identificar: sou um homem cisgênero, branco, bicha e pansexual⁶. Desde 2014, integro o Grupo de Estudos em Agricultura Urbana AUÊ! - UFMG⁷, elaborando e executando projetos de pesquisa, ensino e extensão em agricultura urbana e agroecologia na Região Metropolitana de Belo Horizonte. De 2020 a 2023, integrei a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) como Coordenador Grupo de Trabalho de Juventudes (2020 a 2021) e Conselheiro Fiscal da Diretoria de 2022-2023, além de participar da organização de eventos e atividades. Trabalhei na Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional da Prefeitura de Belo Horizonte em 2018, como estagiário, depois como Assessor em Agroecologia do gabinete de 2021 a 2022 e,

⁶ Faço parte da população LGBTQIAPN+ que constrói a agroecologia no Brasil. Desde 2018, no IV Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) temos ressaltado a importância da luta contra a LGBTfobia no campo da agroecologia. Em 2019, tive a oportunidade de coorganizar a 1º roda de conversa sobre a temática LGBTQIAP+ no XI Congresso Brasileiro de Agroecologia e publiquei o artigo intitulado “Se há LGBTfobia não há agroecologia: coletivos de juventudes LGBTQIAP+ e processos educativos sobre diversidade afetiva, sexual e de gênero” (Ornelas, 2022).

⁷ O AUÊ! é um grupo de pesquisa, extensão e ensino em agricultura urbana, sediado no Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (IGC/UFMG). Criado em 2013, o grupo tem o objetivo de fortalecer e visibilizar as agriculturas da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e do Colar Metropolitano, divulgando dados e informações sobre as práticas e praticantes da agricultura urbana e da agroecologia. Mais informações em: <https://aueufmg.wordpress.com>.

por fim, como coordenador geral do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional Mercado da Lagoinha (CRESAN) de 2023 a 2024.

Na minha monografia do curso de graduação em Gestão Pública, a partir de uma perspectiva mais macro, analisei a incorporação da pauta da agroecologia na governança metropolitana e no planejamento regional da Grande BH a partir da mobilização das redes de agroecologia da RMBH, especialmente a Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana e a Rede Urbana de Agroecologia - RUA Metropolitana (Ornelas, 2017).

Já na minha dissertação de mestrado em Ciência Política, aprofundei, em uma perspectiva mais localizada e histórica, a compreensão das ações coletivas e públicas, a interação Estado-sociedade e a institucionalização da agroecologia na Prefeitura de Belo Horizonte de 1993 a 2020 (Ornelas, 2021).

Após a realização desses dois trabalhos finais de cursos, percebi a necessidade de conferir um olhar mais territorial a partir da noção de lugar da perspectiva decolonial e evidenciar os processos de aprendizagens em comunidades de práticas de agroecologia, especificamente nas periferias de Belo Horizonte. Concomitantemente à pós-graduação, no período de 2021 a 2024, fui gestor do Programa Territórios Sustentáveis. Assim, nasce esta tese de doutorado em educação, buscando aprender com e nos territórios para aprimorar as políticas públicas de agroecologia na cidade e ressaltar seu papel educativo no contexto urbano.

Puxando os fios: desenho e metodologia de uma pesquisa em interação

"Quem fala em nome do lugar? Quem o defende? É possível encontrar nas práticas baseadas no lugar uma crítica do poder e da hegemonia sem ignorar seu arraigamento nos circuitos do capital e da modernidade?"

(Arturo Escobar, 2005)

O objetivo geral desta pesquisa é compreender as aprendizagens que ocorrem nas atividades de promoção da agroecologia realizadas na Vila Alto das Antenas, no âmbito do Programa Territórios Sustentáveis (PTS) da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), especialmente as transformações nas vidas das mulheres que constroem a horta. Os objetivos específicos da pesquisa são: (1) identificar a percepção das mulheres da horta em relação às práticas da agroecologia urbana, principalmente nas vivências dos mutirões, oficinas, cursos e intercâmbios; (2) compreender os sentidos ênicos dessas práticas no cotidiano da horta. Portanto, este trabalho pretende contribuir de maneira interdisciplinar com os campos da educação, agroecologia e antropologia urbana a partir da compreensão dos processos de aprendizagens agroecológicas nas e das periferias de Belo Horizonte.

A partir da necessidade de compreender como se situam os processos de aprendizagens agroecológicas no âmbito da Horta Alto das Antenas e por meio das ações do PTS da PBH, as principais questões que orientam a proposta de estudo etnográfico desta pesquisa de doutorado são: o que as praticantes da horta aprendem nas relações e atividades realizam nas suas comunidades a partir da chegada do PTS e das conexões com as redes de agroecologia? Como essas praticantes se transformam enquanto agricultoras urbanas e promotoras da agroecologia? Quais os sentidos e significados que elas constroem das práticas denominadas de agroecologia?

O desenho de pesquisa e a metodologia estruturante da pesquisa se constituem de três etapas que foram realizadas durante os quatro anos de doutorado para consolidação da tese (2021 a 2024). Ressalta-se que os dados e as evidências em que a pesquisa se baseia serão todos publicizados, além de conter as informações sobre como foram interpretados e analisados e os cuidados éticos adotados (ANPED, 2019). A pesquisa foi aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e o número do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética é 60632922.3.0000.5149. Durante o campo, foi informada e negociada as questões de ética com as instituições, organizações, grupos e pessoas interlocutoras da pesquisa. Além disso, os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido e de Autorização de Uso de Imagem foram devidamente assinados, bem como o Termo de Anuência da SUSAN/PBH para realização da pesquisa.

A primeira etapa do desenho de pesquisa foi a revisão bibliográfica da proposta cosmopolítica trazida por Isabelle Stengers (2018) e da etnografia de Anna Tsing (2004; 2018), destacando nesta última, as noções de fricção e de relações multi-seres. Estas abordagens foram postas em diálogo com o marco teórico da agroecologia e agricultura urbana. Foram ressaltados também os processos de educação popular e aprendizagem situada em comunidade de práticas nas ações públicas de agroecologia urbana.

A segunda etapa consiste na análise documental e na observação etnográfica dos encontros, oficinas e fóruns e do assessoramento das práticas agrícolas nas comunidades, evidenciando as praticantes e os processos de aprendizagens no âmbito do PTS da PBH. Foram realizados o levantamento histórico do programa, análises documentais (atas de reunião, fotos e documentos) e organização das observações participantes, registradas em um diário de campo. Além disso, foi mobilizada a perspectiva da antropologia urbana e a perspectiva decolonial da defesa do lugar - teorias do pós-desenvolvimento e da ecologia política. Essas teorias e conceitos trazem questões centrais para a minha pesquisa que aproxima o campo da antropologia, da educação e da agroecologia política.

As interlocutoras da pesquisa são as mulheres agricultoras urbanas da Vila Alto das Antenas, que se relacionam com o tecido social estabelecido entre as redes do território. Além dos órgãos da Prefeitura de Belo Horizonte, existem algumas organizações da sociedade civil atuam nesse território e apoiam sócio tecnicamente o grupo de mulheres, são elas: a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas - REDE (Organização da Sociedade Civil parceira da PBH na execução do PTS), a Associação Horizontes Agroecológicos e de diversos grupos acadêmicos de extensão, pesquisa e ensino como o AUÊ! - Estudos em Agricultura Urbana da UFMG.

Já o referente temporal da pesquisa foi 2014, quando iniciaram as ações educativas em agroecologia na região da Izidora através do coletivo Agroecologia na Periferia. No caso da PBH, os processos de aprendizagens agroecológicas do PTS se iniciaram em 2017. Nesse sentido, a pesquisa parte de uma compreensão incremental do processo de interação entre as redes de agroecologia e as ações da PBH.

A entrada no campo começa a partir de 2021. É importante reforçar que estive na coordenação do PTS de março de 2021 a abril de 2024, permitindo uma análise privilegiada sobre as ações do programa e uma relação direta com o método etnográfico em intervenção socioambiental. Além disso, minha observação etnográfica se transformou ao longo do tempo: inicialmente, como pesquisador e gestor do programa, e posteriormente, apenas como pesquisador. Essa mudança de posição no campo de pesquisa permitiu uma análise aprofundada

dos desafios e possibilidades na construção do conhecimento e da prática da agroecologia urbana, tanto em nível institucional quanto no âmbito territorial e comunitário. Além disso, faço parte do grupo de WhatsApp da Horta Alto das Antenas, interagindo com os diálogos e trocas de informações estabelecidas pelos espaços que a internet proporciona na combinação das esferas on-line e off-line (netnografia).

Esta pesquisa também foi realizada em consonância com Projeto de Extensão "Agrobiodiversidade e Aprendizagens Agroecológicas em Periferias Urbanas: práticas e praticantes do Programa Territórios Sustentáveis de Belo Horizonte"⁸ em parceria com o AUÊ! - Estudos em Agricultura Urbana da UFMG, da qual faço parte. O projeto permitiu o envolvimento de bolsistas de extensão que acompanharam as atividades e contribuíram com o levantamento de dados da pesquisa.

Por fim, a terceira etapa consistiu na realização do Rio do Tempo, uma metodologia do movimento agroecológico para visualização e reconstrução coletiva das memórias de uma experiência (Biazoti, Almeida e Tavares, 2017). A metodologia é resultado de uma reinvenção da dinâmica Linha do Tempo, a partir da dinâmica do Círculo de Cultura (Freire, 1967), evidenciando que “a história, as lembranças, a vida, correm mais como um rio do que como uma linha e que uma boa metáfora e história, próxima e com sentido à vida e todas e todos, nos ensina mais” (Freire, 2017). As perguntas orientadoras da montagem do Rio do Tempo da Horta Alto das Antenas foram: como as mulheres começaram a fazer parte da horta? Quais são os cursos, oficinas, espaços em que elas participaram? E o que a horta transformou na vida delas?

A análise do Rio do Tempo da Horta possibilita compreender e reconhecer como as ações das redes de agroecologia estimulam e ampliam a construção de novos processos metodológicos de participação e de inovações democráticas nos territórios.

Portanto, esta pesquisa buscou evidenciar dados desse contexto a partir da perspectiva das praticantes inseridas no Programa Territórios Sustentáveis, evidenciando os desafios e as possibilidades da ação pública em agroecologia neste arranjo socioambiental localizado na Vila Alto das Antenas em Belo Horizonte.

⁸ Mais informações sobre o projeto estão disponíveis em: <<https://sistemas.ufmg.br/siex/AuditarProjeto.do?id=77893>> acesso em: 20/02/2022

Etnografia em intervenções socioambientais: observação em políticas públicas territoriais

“O investigador, por via da etnografia e da proximidade com os sujeitos a que esta obriga, acaba por assumir um posicionamento privilegiado para a observação dos processos políticos que atravessam esses espaços e constitui-se como testemunho próximo da aplicação e dos efeitos das políticas sociais. Deste modo, a etnografia, ao contribuir para elucidar e re-situar os problemas sociais, não só possibilita a construção de saberes mobilizáveis para a sua resolução, como pode ajudar a reequacionar o sentido das próprias preocupações e prioridades públicas”

(Silva et al., 2015)

A etnografia se configura como uma maneira de aprender com e no processo de investigação (Ingold, 2020). No caso desta pesquisa, o trabalho de campo está inserido nos arranjos sociais e nas relações de aprendizagem que ocorrem com/nas práticas agroecológicas no âmbito de uma política pública de uma metrópole, o município central da Grande BH, como é conhecida a sua região metropolitana.

A abordagem da etnografia urbana se concentra na observação, análise e compreensão da complexidade das práticas e das vidas urbanas, ao invés de considerar a cidade apenas como "paisagem habitualmente descrita como uma realidade cinzenta, indiferenciada" (Magnani, p. 85, 2003). De acordo com Magnani (2023), a etnografia urbana busca entender as dinâmicas das cidades, principalmente como as pessoas e as comunidades urbanas, em suas diversas interações socioculturais e espaços de sociabilidade, constroem significados e identidades para lugares e experiências cotidianas. Além disso, o antropólogo destaca a importância de um olhar descentralizado para documentar e analisar as ações e tradições, os movimentos e trânsitos, a estrutura e produção do espaço e as dinâmicas sociais nas cidades.

É neste plano que entra a perspectiva *de perto e de dentro*, capaz de apreender os padrões de comportamento, não de indivíduos atomizados, mas dos múltiplos, variados e heterogêneos conjuntos de atores sociais cuja vida cotidiana transcorre na paisagem da cidade e depende de seus equipamentos (Magnani, 2002, p.17).

Neste sentido, é importante considerar a noção de direito à cidade de Lefebvre (2011), que se expressa a partir da ação política pela emancipação nos espaços urbanos e a afirmação das diferenças frente ao modo de produção capitalista. A efetivação do direito à cidade ocorre através do reconhecimento da apropriação e uso do espaço pelas pessoas e da restauração da cidade como obra coletiva da cidadania. Para o antropólogo Michel Agier (2015), a etnografia do “fazer-cidade” permite descrever a materialização do conceito do direito à cidade, evidenciando as experiências das cidadinas e suas práticas que ocorrem nas margens, nos lugares

e nos movimentos que perpassam a vida cotidiana. Portanto, a antropologia urbana possibilita compreender as dinâmicas, os processos e as interações sociais e culturais presentes nas cidades contemporâneas que estão em constante transformação, ou seja, em cidades vivas. Assim como Agier (2015):

interesse-me por diferentes aspectos desta questão: a fundação da cidade desde as margens urbanas - bairros populares ou "invasões", estabelecimentos provisórios de migrantes, campos de refugiados - ou, para dizer de modo mais geral, interesse-me por pensar a cidade a partir dos espaços precários e de um certo despojamento de bens, de sentidos e de relações (Agier, 2015, p. 487)

Esta pesquisa, além de conectar com o campo da etnografia urbana, realiza uma etnografia nas intervenções sociais, já que sua observação ocorre a partir de um conjunto de ações provenientes de uma política pública. De acordo com Silva et al. (2015), a etnografia na intervenção social se configura como um recurso metodológico pertinente para a produção de conhecimento indutor de formas de atuação socialmente flexíveis e ajustadas, além de permitir elaborar uma crítica ideológica de políticas e a desconstrução de relações de poder na esfera da ação institucional. A abordagem da etnografia na intervenção social possibilita um triplo exercício reflexivo para minha atuação como gestor público:

(i) para pensar sobre as circunstâncias que pautam o cotidiano dos indivíduos e apreciar as estratégias postas em prática pelos próprios para lidar com as dificuldades, sejam elas cíclicas ou crônicas; (ii) para refletir sobre o impacto das políticas sociais e das práticas de intervenção disponibilizadas pelos serviços estatais ou pelas organizações não governamentais junto dos potenciais beneficiários; (iii) como instrumento epistemológico e ferramenta sócio-cognitiva ao serviço da reflexão sobre as práticas profissionais e respectivos suportes teórico-conceituais (Silva et al., 2015, p. 32)

Como esta pesquisa está inserida no campo da educação ambiental, a abordagem da etnografia na intervenção social elaborada por Silva et al (2015) será denominada nesta tese como socioambiental. A partir dessa compreensão relacional entre os territórios, as pessoas praticantes e as ações do Programa Territórios Sustentáveis, este trabalho irá identificar essas práticas agroecológicas, os processos de aprendizagem e captar as dimensões de cada situação vivida no campo na Vila Alto das Antenas e nos intercâmbios com outras experiências e territórios. Não obstante, serão evidenciadas as relações de poder nessas comunidades de práticas, já que as ações do poder público, leia-se Estado, encontram conflitos, resistências ou cooperações das pessoas que vivem nas periferias de Belo Horizonte e seus diversos marcadores sociais de raça, classe e gênero nessa interação.

Segundo Arturo Escobar (2005), os movimentos sociais em interação com as comunidades locais, o Estado, as ONGs e os setores acadêmicos têm um papel fundamental na

defesa do lugar. A etnografia associada à perspectiva do lugar, reforça que “é importante tornar visíveis as múltiplas lógicas locais de produção de culturas e identidades, práticas ecológicas e econômicas que emergem sem cessar das comunidades ” (Escobar, 2005, p. 80). Arturo Escobar também propõe uma abordagem metodológica, especificamente a partir da pesquisa etnográfica, para compreensão da continuidade entre a natureza e a cultura e os aspectos corporizados do conhecimento no lugar:

O enfoque estaria na documentação dos significados-uso do natural como expressões concretas de conhecimento baseado-no-lugar. De uma multiplicidade de conjuntos de significados-uso, os antropólogos ecológicos puderam propor uma defesa do lugar formulada como a possibilidade de redefinir e reconstruir o mundo a partir da perspectiva de uma lógica de lugar múltiplo (...). É importante tornar visíveis as múltiplas lógicas locais de produção de culturas e identidades, práticas ecológicas e econômicas que emergem sem cessar das comunidades de todo o mundo. Em que medida estas práticas colocam obstáculos importantes e talvez originais ao capitalismo e às modernidades eurocentradas? (Escobar, 2005, p. 80)

Neste sentido, a partir da etnografia, é possível captar as interseções globais e locais presentes nos territórios e as visões alternativas do conhecimento e inovações locais das comunidades. Além disso, as afirmações políticas dos movimentos sociais para a defesa dos modelos locais da natureza possibilitam a revitalização simultânea da ecologia e da democracia.

Portanto, a etnografia em intervenções socioambientais será o método nesta pesquisa, possibilitando uma reflexividade sobre a minha prática como pesquisador, gestor público e ativista da agroecologia. Essa abordagem permite também analisar e avaliar as políticas públicas, repensar a própria comunicação e as repercussões nas pessoas beneficiárias, técnicas e gestoras que constroem essa ação pública. Ademais, por se tratar da dimensão socioambiental, confere um olhar multiespécie/multi-seres nos processos de aprendizagens agroecológica, trazendo um ganho para o campo da educação, da antropologia, da ciência política e dos movimentos sociais.

O fio condutor: a aprendizagem situada e suas conexões

“(...) compreender a tecnologia da prática é mais do que aprender a utilizar ferramentas; é um modo pelo qual a pessoa pode se vincular à história da prática e participar de sua vida cultural mais diretamente”

(Lave e Wenger, 2022, p. 82)

O campo das teorias da prática social busca entender como as práticas – que envolvem hábitos, rotinas e tradições – organizam e dão forma à vida social. O livro “Aprendizagem situada: participação periférica legitimada”, de Jean Lave e Etienne Wenger (2022), apresenta uma grande contribuição para compreensão da aprendizagem nas práticas sociais, um processo socialmente situado que ressalta aspectos da materialidade, história e cultura em contextos e comunidades específicas.

Os autores trazem a perspectiva da Aprendizagem como Participação Social, ou seja, é através da participação ativa em práticas sociais que as pessoas aprendem as atividades cotidianas de suas comunidades. Nesse sentido, o conceito de Comunidades de Práticas é central, pois evidencia como os grupos de pessoas, que compartilham interesses comuns, aprendem suas práticas em um processo de participação progressiva.

Ao usarmos o termo "comunidade", não implicamos alguma entidade primordial de cultura compartilhada. Presumimos que os membros tenham interesses diferentes, façam contribuições diversas à atividade e mantenham pontos de vista variados. Em nossa perspectiva, o pertencimento a uma comunidade de prática acarreta a participação em múltiplos níveis. Tampouco o termo "comunidade" implica necessariamente uma copresença, um grupo bem definido e identificável ou limites socialmente visíveis. O que ele de fato implica é a participação num sistema de atividade em torno do qual os participantes compartilham a compreensão sobre o que estão fazendo e o que isso significa em suas vidas e suas comunidades (Lave e Wenger, 2022, p. 79).

Outro conceito central do livro e da teoria da aprendizagem situada é o de Participação Periférica Legitimada, processo pelo qual os novatos acessam informações, recursos e oportunidades de participação, assim, tornam-se membros plenos de uma comunidade de prática. De acordo com os autores:

Qualquer tentativa de analisar uma forma de aprendizagem através da participação periférica legitimada deve envolver a análise da organização social e política daquela forma, seu desenvolvimento histórico e os efeitos de ambos sobre as possibilidades continuadas para aprender. A necessidade de uma tal análise motiva o nosso enfoque em comunidades de prática e nossa insistência de que os aprendizes deverão ser participantes periféricos legitimados na prática em curso para que as identidades em processo de aprendizagem sejam engajadas e se desenvolvam como participação plena (Lave e Wenger, p. 54, 2022).

Os autores trazem cinco estudos etnográficos que se concentram sobre aspectos de regimes de aprendizados específicos⁹, são eles: parteiras Maias Yucatec, no México; alfaiates Vai e Gola na Libéria; contramestres da marinha nos EUA; açougueiros nos supermercados dos EUA; e "alcoólatras que não bebem", nos Alcoólicos Anônimos. O exemplo dos alfaiates Vai e Gola permite compreender as diferentes posições dos aprendizes desde a participação periférica até a participação plena, evidenciando a formação do currículo das práticas diárias. Inicialmente, eles participam de forma periférica, realizando tarefas simples e observando os mestres nas práticas diárias das alfaiatarias. Gradualmente, eles se envolvem em atividades mais complexas à prática da comunidade.

Em relação às parteiras Yucatec, por exemplo, o processo de aprendizagem está implicado na vida cotidiana e atravessado pela questão de gênero e sucessão familiar, “sem que haja ensino e sem um regime de aprendizado organizado formalmente” (Lave e Wenger, 2022, p. 69). Ressalta-se a construção da identidade das parteiras ao longo da vida através da observação e do acompanhamento das dinâmicas dos partos, inclusive na sua vivência com o parto do próprio filho. Esse regime de aprendizagem deixa evidente como alguns processos de aprendizagens são definidos pelos marcadores sociais e pela transmissão familiar, além de reforçar aspectos interessantes da cultura local. Já no estudo dos “alcoólatras que não bebem”, fica evidente como a aprendizagem é estruturada a partir da narrativa e da linguagem, que também condicionam a identidade coletiva e a participação plena.

Nesse sentido, a pessoa foi transformada em um praticante, um recém-chegado que se torna veterano, cujas mudanças em seu conhecimento, habilidades e discurso são parte de uma identidade em desenvolvimento - em resumo, um membro de uma comunidade de prática. A ideia da identidade/pertencimento tem fortes elos com o conceito de motivação. Se a pessoa é, ao mesmo tempo, membro de uma comunidade e agente da atividade, o conceito de pessoa une de perto significado e ação no mundo (Lave e Wenger, p. 95, 2022).

A partir da análise do regime de aprendizagem e dos processos que moldam a participação periférica legitimada em uma comunidade de prática, é possível compreender o Currículo de Aprendizagem, ou seja, um campo de recursos de aprendizagem na prática

⁹ O Regime de Aprendizagem está relacionado às formas histórico-culturais e aos modos de (re)produção que definem as condições e as maneiras legítimas de participar e progredir em uma determinada comunidade de prática. Segundo os autores, “há variações nas formas de aprendizado e grau de integração desse regime na vida cotidiana, bem como nas formas de produção com as quais o aprendizado é associado” (Lave e Wenger, p. 56).

cotidiana que se baseia nas oportunidades situadas para o desenvolvimento improvisacional de novas práticas.

Um currículo de aprendizagem é, em essência, um currículo situado. Não é algo para se considerar de forma isolada, manipulado em termos didáticos ou analisado à parte das relações sociais que moldam a participação periférica legitimada. Um currículo de aprendizagem é, portanto, característico de uma comunidade (Lave e Wenger, p. 79, 2022).

Compreender o currículo de aprendizagem também reforça a necessidade de identificar como a prática pode ser mais ou menos transparente para os aprendizes, principalmente em relação aos significados dos artefatos. Além disso, é importante ter em vista que em qualquer comunidade de prática existem tensões, conflitos e contradições em relação a continuidade e deslocamento das práticas.

Tais tensões podem ser silenciadas, mas não extintas, pelas diferenças de poder entre veteranos e recém-chegados. Como um dos modos no qual os conflitos relacionados se dão na prática, a participação periférica legitimada é muito mais do que apenas um processo de aprendizagem da parte dos recém-chegados. É uma relação recíproca entre pessoas e práticas. Isso significa que o movimento dos aprendizes rumo à participação plena numa comunidade de prática não se dá num contexto estático. A prática em si se encontra em movimento. Como a atividade e a participação dos indivíduos envolvidos nela, bem como seu conhecimento e perspectivas, são mutuamente constitutivos, a mudança é uma propriedade fundamental de comunidades de prática e suas atividades (Lave e Wenger, p. 95, 2022).

Portanto, o livro de Jean Lave e Etienne Wenger e o conceito de participação periférica legitimada trazem elementos cruciais para análise e compreensão das relações de aprendizagem, “uma abordagem alternativa à dicotomia tradicional entre a aprendizagem pela experiência e a aprendizagem a distância, entre aprender fazendo e aprender por abstração” (Lave e Wenger, 2022, p. 85). Além disso, apresenta uma crítica aos modelos tradicionais de educação, que frequentemente separam o conhecimento teórico da prática, defendendo uma abordagem mais integrada, onde a aprendizagem é contextualizada e relevante para a vida real e as práticas sociais dos aprendizes.

Como esforço de sistematização e sintetização da operacionalização da teoria da aprendizagem situada, organizei as principais dimensões, aspectos, efeitos e definições relacionadas à análise e compreensão dos conceitos e formas da comunidade de prática e do regime de aprendizado (Quadro 01).

Quadro 01 - Como analisar uma forma de aprendizagem situada?		
Conceitos e Formas	Observações e Análises Durante o Estudo Etnográfico	
	Dimensões e Aspectos	Efeitos e Definições
Comunidade de Prática e Regime de Aprendizado	<ul style="list-style-type: none"> - análise da organização social e política e desenvolvimento histórico; - artefatos e tecnologias empregadas; - formas de recrutamento; - relações entre mestres e aprendizes; - organização da atividade de aprendizagem; - relações entre o fluxo de informações numa tarefa central e as diferentes formas de participação; - acesso dos aprendizes a informação, recursos de aprendizagem importantes e oportunidades de participação; - processos de participação e complexidade crescentes. 	<ul style="list-style-type: none"> -participação periférica legitimada; -desenvolvimento e engajamento das identidades construídas em processo de aprendizagem; - currículo de aprendizagens; - transparência dos significados das práticas e seus artefatos; - possibilidades continuadas para aprender; - modos de produção e reprodução social da comunidade de prática

Fonte: elaboração própria a partir de Lave e Wenger, 2022.

A partir dessas reflexões etnográficas sobre aprendizagem situada, algumas questões se tornam fundamentais para o meu campo de pesquisa, são elas: como as pessoas estão praticando a agroecologia? Como e se elas se transformaram? O que é mais importante para elas na prática que realizam? Quais são as questões e os diálogos importantes para elas? Com quem e como elas se relacionam? Essas questões são fundamentais para estabelecer a categoria de análise a partir das observações do campo.

Portanto, a proposta de tese está estruturada em três capítulos, além da apresentação e considerações finais. No capítulo inicial, intitulado “Fricções da Agroecologia: movimento cosmopolítico-pedagógico e ecologia de práticas”, será acionado o conceito rizomático da agroecologia com um breve histórico do campo da agroecologia e suas múltiplas dimensões, práticas e disputas. Posteriormente, será aprofundado o debate da agroecologia urbana e a questão das hortas urbanas nas ruínas do capitalismo, as ações públicas e algumas experiências na periferia de Belo Horizonte.

Em seguida, no segundo capítulo, serão apresentados o Programa Territórios Sustentáveis e a institucionalização dos princípios e das ferramentas metodológicas da

agroecologia e da educação popular na PBH. Serão analisadas as políticas públicas de agroecologia na PBH e as metodologias participativas para fortalecimento da participação social. Nas seções serão aprofundadas os dilemas da fricção entre a gestão pública e as vidas nos territórios, bem como a governança popular, o reconhecimento territorial e a troca de saberes.

Por fim, no último capítulo, faço analogia ao crescimento das plantas para descrever a transformação das mulheres da Horta Alto das Antenas em promotoras da agroecologia. Serão apresentados os processos de aprendizagens na Horta Alto das Antenas, principalmente as observações do campo da pesquisa, as trocas de saberes nas comunidades de práticas ampliadas, destacando, a partir da fala do lugar, a transformação na vida das mulheres que fazem parte da horta e as tramas de aprendizagens da agroecologia urbana que integram e articulam as questões de gênero, raça, classe, lutas socioambientais e convivência comunitária.

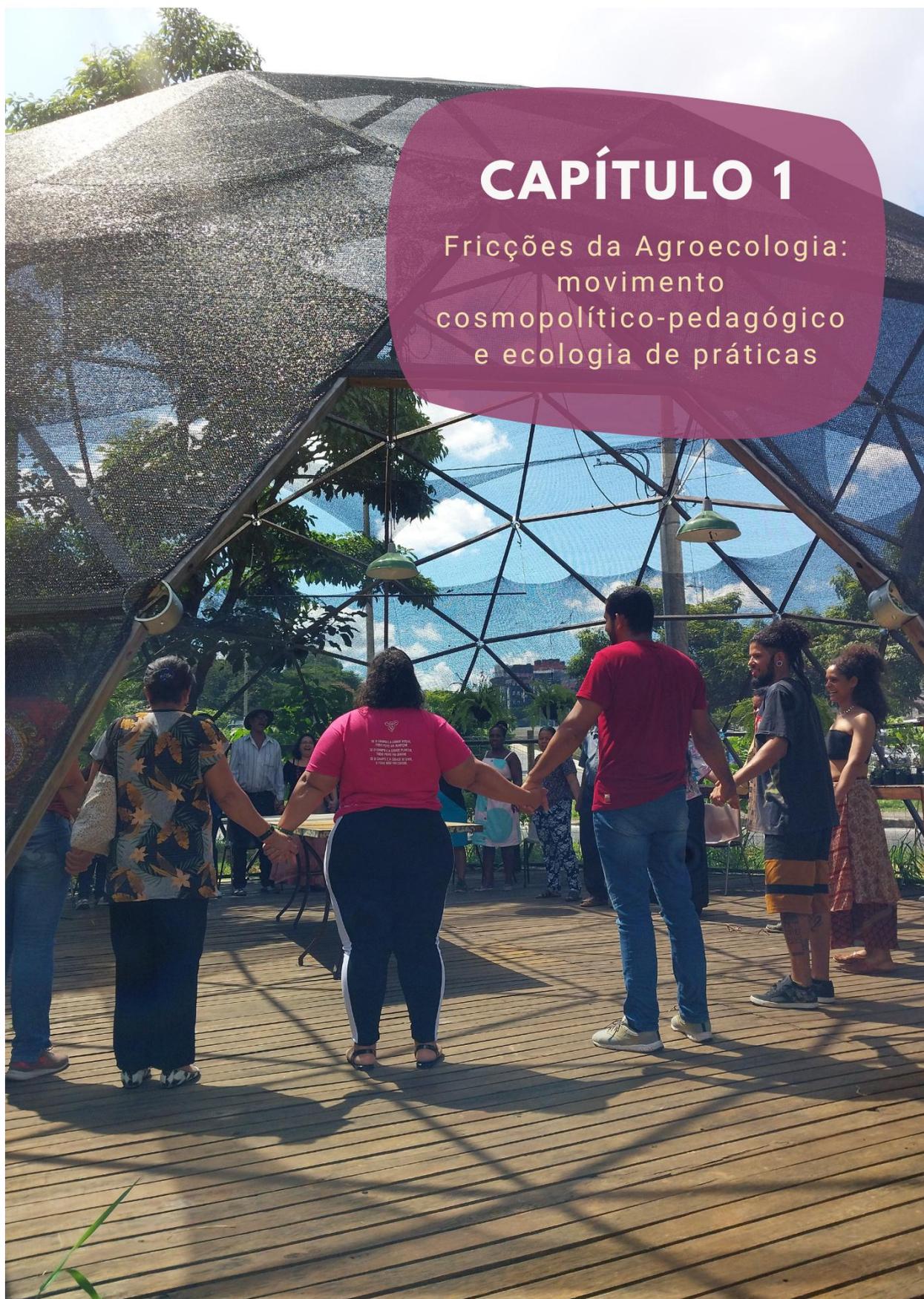


Imagem 03 - Mística de abertura da 2ª edição do Curso de Promotores da Agroecologia no CRESAN - Mercado da Lagoinha, em Belo Horizonte, 2023.

Fonte: Acervo Pessoal, 2023.

1. FRICÇÕES DA AGROECOLOGIA: MOVIMENTO COSMOPOLÍTICO-PEDAGÓGICO E ECOLOGIA DE PRÁTICAS

Como tentar responder a Intrusão de Gaia de um modo que não seja bárbaro? Essa é uma das questões centrais no trabalho de Isabelle Stengers (2015), filósofa belga que defende a aproximação da ciência com a política e o repovoamento do mundo com a criação de saberes, lutas e experiências para pensar, imaginar, agir e responder a Gaia. De acordo com Stengers, a Intrusão de Gaia é a reação da Terra à expansão predatória da ação humana e ao colapso ambiental contemporâneo promovido pelo capitalismo, denominados como Antropoceno¹⁰ (Stengers, 2015). Essa intrusão é um movimento de mudanças, ajustes e readaptação às dinâmicas humanas, alertando sobre a “necessidade de refazer, ou melhor, reativar nossos vínculos com a Terra, que é também uma maneira de restabelecer um mundo ‘comum’” (Sztutman, 2018).

No livro “Uma ecologia decolonial”, de Malcom Ferdinand (2022), o autor responde a hipótese científica Gaia, propondo a hipótese cosmopolítica Ayiti (nome ameríndio do Haiti), e aponta que:

Reconhecer a intrusão de Ayiti é reconhecer que a Mãe Terra, os ecossistemas, a biodiversidade e os recursos naturais carregam os traços das colonizações, das escravidões e das dominações misóginas do mundo (...) A intrusão de Ayiti vem lembrar que não se poderá enfrentar a crise ecológica e restabelecer coletivamente uma relação matricial com a Terra sem se desfazer da constituição colonial da modernidade, sem confrontar seus racismos, suas desigualdades e seu patriarcado (Ferdinand, 2022, p. 268).

A problemática da Intrusão de Gaia/Ayiti está diretamente relacionada à cosmopolítica, outra noção elaborada por Stengers (2015). A filósofa apresenta uma crítica contundente sobre as Ciências Modernas que historicamente se desenvolveram desqualificando outras práticas produtoras de mundo. A proposição cosmopolítica reivindica a politização das ciências e a necessidade de uma “ecologia de práticas” para valorização, criação e coexistência de práticas científicas diversas para produção e articulação de diferentes mundos, humanos e não-humanos (Stengers, 2018).

¹⁰ Donna Haraway (2016) ressalta os diversos termos para nomear o período contemporâneo como Antropoceno, Plantationoceno, Capitaloceno (termo de Andreas Malm e Jason Moore antes de ser utilizado pela antropóloga) e Chthuluceno. No entanto, todos esses nomes propostos são grandes demais e ao mesmo tempo pequenos demais, já que “trata-se de mais do que ‘mudanças climáticas’; trata-se também da enorme carga de produtos químicos tóxicos, de mineração, de esgotamento de lagos e rios, sob e acima do solo, de simplificação de ecossistemas, de grandes genocídios de pessoas e outros seres etc., em padrões sistemicamente ligados que podem gerar repetidos e devastadores colapsos do sistema” (Haraway, 2016, p. 2).

Nesse sentido, Stengers (2015) estabelece uma distinção entre as profissionais especializadas, que trabalham sob o domínio da economia do conhecimento e ligados à indústria, e as praticantes da ciência, um conjunto heterogêneo de pessoas que defendem o que as fazem imaginar e pensar em torno de algo em comum. Para Stengers (2015), a economia do conhecimento representa a destruição de práticas como a produção de inteligência coletiva e transforma todo saber em mercadoria, destruindo a capacidade de pensar e agir em conjunto. Além disso, ocorre a perda de confiabilidade científica, já que muitos “especialistas” se beneficiam com subvenções de uma indústria, gerando uma situação de dependência e dissolvendo a obrigação de trabalhar em conjunto. Assim, as praticantes resistem ao estabelecimento do vínculo direto entre as ciências e uma racionalidade universal neutra e nos ensinam algo novo sobre o mundo e sobre as coisas.

Os praticantes cientistas (em contraste com aqueles que servem à Ciência) como reunidos por um “comum”, ou seja, por uma “causa”: eles seriam engajados por um tipo de êxito, próprio a cada campo, cuja eventualidade obriga aqueles que pertencem a esse campo, os forcem a pensar, a agir, a inventar, a objetar, ou seja, a trabalhar juntos, uns dependendo dos outros (Stengers, 2015).

Para Stengers (2015), os cientistas não inventaram um meio de resistir ao regime de economia do conhecimento. No entanto, no contexto latino-americano, desde 1960, há a emergência da agroecologia, um campo de saberes e práticas ecológicas e socioambientais que resistem à lógica industrial. Baseado em conhecimentos multidisciplinares e em constante transformação, o campo da agroecologia vem apresentando outras possibilidades de politizar a ciência e construir conexões ecológicas e trocas de saberes entre “mundos”, estabelecendo um diálogo com a perspectiva da cosmopolítica de Stengers (2015).

1.1. O conceito rizomático da agroecologia: breve histórico do campo da agroecologia e suas múltiplas dimensões, práticas e disputas

“Um agenciamento é precisamente este crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões. Não existem pontos ou posições num rizoma como se encontra numa estrutura, numa árvore, numa raiz. Existem somente linhas”

Deleuze e Guattari (1997)

Interpreto a ampliação da agroecologia no Brasil a partir do conceito de fricções, elaborado pela antropóloga Anna Tsing (2004)¹¹. O conceito de fricção foi utilizado inicialmente nos estudos de Tsing sobre a globalização como um contraponto às histórias de fluxos globais “sem atrito”. Atualmente, esse conceito tem ampla operacionalização e evidencia os atritos entre histórias regionais e nacionais, bens e dinheiro, entre outras relações. No âmbito das teorias feministas, o conceito de fricção apresenta uma relação com a noção de interseccionalidade¹², evidenciando sistemas de desigualdade e a fricção/atrito entre a diferença e diversidade que podem ser positivas ou resultar em opressões e explorações.

O conceito de fricção apresenta um potencial para superar a noção de interação, articulação ou relação nas diversas áreas do conhecimento e evidenciar os encontros heterogêneos e desiguais (fricções/atritos) entre movimentos sociais locais e globais e, especificamente, a relação ecológica mais radical entre humanos, não humanos, minerais, vegetais, animais, atmosfera etc.

A percepção da ampliação da agroecologia no Brasil e na América Latina como processos de fricção, possibilita evidenciar os encontros heterogêneos e desiguais que podem levar a novos arranjos ecológicos, sociopolíticos, culturais e econômicos com perturbações ou insurgências. Nesse sentido, é fundamental compreender as fricções da ampliação tanto da diversidade de práticas como do conceito da agroecologia em diferentes territórios, como no campo, nas florestas, nas águas e nas cidades, configurando processos de aprendizagens e experiências locais e regionais.

Outra aproximação que estabeleço para compreender o campo da agroecologia é a partir da politização das ciências, aproximando da noção de “ecologia de práticas”, elaborada por Stengers (2015b, 2018), tendo em vista valorização, criação e coexistência entre as práticas da

¹¹ O verbete fricção/atrito foi traduzido para o português. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2018/11/12/verbeta-friccao-atrito-por-anna-ting/>. Acesso em: 30/07/2021

¹² O termo interseccional foi criado por Kimberlé Williams Crenshaw com o objetivo de superar o feminismo branco, eurocêntrico e de classe média a partir da conjunção das categorias de raça, gênero, classe, sexualidade, entre outros marcadores sociais.

ciência e de saberes advindos de outras cosmologias, bem como a articulação de diferentes mundos, humanos e não humanos.

Os movimentos sociais do campo ambiental têm um papel fundamental na denúncia das desigualdades, na reivindicação de direitos e na construção de ações político-pedagógicas orientadas pela perspectiva da educação ambiental crítica e transformadora¹³ (Carvalho, 2001; Loureiro, 2008). O movimento agroecológico, por exemplo, tem atuado desde a década de 1970 para denunciar os padrões socialmente excludentes e ambientalmente predatórios que caracterizaram a “Revolução Verde” e, atualmente, o agronegócio e a indústria de alimentos.

O termo “agroecologia” surgiu na década de 1930 para estabelecer conexões entre a ecologia e a agronomia, sendo utilizado por diferentes pesquisadores (Schmitt, 2016). No Brasil, o termo ganhou destaque a partir do livro “Agroecologia: bases científicas para uma agricultura alternativa”, do agrônomo chileno Miguel Altieri, publicado em 1989, mesmo ano em que foi criado o Consórcio Latino-Americano de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável (CLADES). Desde então, o termo passou a ser utilizado amplamente para articulação das diversas práticas de agriculturas alternativas no território latino-americano. Os movimentos de agriculturas alternativas denunciam a insustentabilidade do sistema de produção industrial e da modernização da agricultura, iniciada no final do século XIX a partir da Revolução Verde. De acordo com Nego Bispo:

(...) os colonizadores passaram a defender a tese de que o que se produzia no campo não era mais suficiente para abastecer as cidades, criando-se, assim, as condições para o que era lixo da Segunda Guerra Mundial virasse implementos agrícolas no Brasil. Os caminhões criados para transportar soldados agora se faziam necessários para transportar os trabalhadores. A produção em ciclos curtos e larga escala, inclusive os venenos utilizados como desfolhante para combater a capacidade de camuflagem dos adversários, foram reaproveitados na monocultura para combater as "ervas daninhas". Assim, compulsoriamente, todo o lixo da Segunda Guerra Mundial transformou-se no grande pacote agroquímico dos tempos atuais (Santos, 2015, p. 54).

A difusão do pacote agroquímico industrial, que forma a base do que é chamado atualmente de agronegócio, e a dependência de equipamentos e maquinários que utilizam fontes não renováveis de energia e combustíveis fósseis (Gliessman, 2005), intensificou a degradação dos recursos naturais essenciais para a prática agrícola (água, o solo e a biodiversidade). Esses modelos de produção industrial capitalista têm ampliado a concentração da posse das terras por latifundiários para exportação de commodities e utilizado insumos químicos e agrotóxicos em

¹³ Os movimentos sociais são protagonistas nas discussões sobre o processo educativo ambiental e também no alargamento da participação política e da democracia (Loureiro, 2008). Para Magacho e Cavalari (2019), “a relação entre EA e movimentos sociais ocorre de maneira mútua, bidirecional e interligada, na qual ambos se transformam e são beneficiados” (p. 96).

larga escala, gerando desigualdades no acesso alimentar e diversos danos à saúde humana e ao meio ambiente. Além disso, o sistema alimentar hegemônico se configura como o principal causador de conflitos socioambientais, “um processo permanente de exclusão social, êxodo rural, diferenciação social e concentração da posse da terra” (Caporal e Petersen, 2012, p. 72). Ressalta-se, também, os diversos processos de desterritorialização e uma dependência da produção de alimentos do campo para as cidades, reforçando a dicotomia urbano e rural e a divisão socioespacial das atividades econômicas e do trabalho.

O movimento de Agricultura Alternativa iniciou sua articulação no Brasil na década de 1970 com os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAs). Nesse mesmo período, foram criadas as Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). A partir de 1983, ressalta-se o papel das organizações não governamentais para promoção dessas práticas de agricultura alternativas que foi impulsionado com o Projeto Tecnologias Alternativas (PTA) da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)¹⁴. Já no final dos anos 1990, surgem a Rede Ecovida de Agroecologia no Sul do Brasil e a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) que contribuíram para o fortalecimento das ações temáticas e regionais. A partir de 2000, iniciam-se os Encontros Nacionais de Agroecologia¹⁵ (ENA) e em 2002 é criada a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), organização que articula e fortalece coletivos, redes, movimentos sociais, associações e outros grupos que atuam com agroecologia para incidência política¹⁶. Em 2018, assinaram a Carta Política do IV ENA representantes de povos indígenas de diversas etnias, quilombolas, agricultoras familiares, camponesas, extrativistas, pescadoras artesanais, faxinalenses, agricultoras urbanas, geraizeiras, sertanejas, vazanteiras, quebradeiras de coco, caatingueiras, criadoras em fundos e fechos de pasto, seringueiras, representantes de comunidades ribeirinhas, de povos tradicionais de matriz africana e povos de terreiro, técnicas, educadoras, pesquisadoras, extensionistas e estudantes, além de gestoras públicas, representantes da cooperação internacional e aliadas da agroecologia.

A partir de uma articulação em redes locais, regionais e nacionais para mobilização das experiências de agriculturas alternativas, o movimento agroecológico tem organizado diversos

¹⁴ O projeto teve como objetivo promover e ampliar as práticas agroecológicas, fortalecer a agricultura familiar e promover o desenvolvimento rural sustentável, estimulando a formação de diversas ONGs pelo Brasil - os Centros de Tecnologia Alternativa (CTA) - e, por fim, se transformando na Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA)

¹⁵ A primeira edição aconteceu no Rio de Janeiro (RJ) em julho de 2002 e a última na cidade de Belo Horizonte em 2018.

¹⁶ IV Encontro Nacional de Agroecologia ocorrido em Belo Horizonte no ano de 2018 contou com, aproximadamente, 2 mil pessoas de diferentes identidades socioculturais como trabalhadoras do campo, das florestas, das águas e das cidades, vindas de todas as regiões do Brasil (ANA, 2018).

encontros para troca de saberes e práticas e realizado ações políticas para promulgação de várias leis e políticas públicas de promoção e incentivo à produção de alimentos mais saudáveis e ecológicos. Destaca-se, no âmbito nacional, a criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e do Programa ECOFORTE que contaram com ampla participação social e protagonismo dos movimentos sociais na elaboração de suas diretrizes e ações (Schmitt et al, 2020).

No campo acadêmico, a partir de 2003, iniciam-se a realização dos Congressos Brasileiros de Agroecologia (CBA)¹⁷ e em 2004 é criada Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), contribuindo para o fortalecimento da construção do conhecimento e da produção científica da agroecologia (Bianchini e Medaets, 2013). A ABA conta com a participação de pesquisadoras, professoras, técnicas e estudantes de diversas áreas de conhecimento para valorização, criação e coexistência de práticas científicas diversas na produção e articulação de diferentes saberes e áreas do conhecimento de forma multidisciplinar¹⁸.

Em relação às praticantes da agroecologia, as mulheres têm centralidade na construção da agroecologia sob uma perspectiva crítica e transformadora, “envolvendo o reconhecimento das mulheres como trabalhadoras, as desigualdades de gênero, as inúmeras restrições enfrentadas no acesso a meios de vida (terra, água e biodiversidade), a violência doméstica, entre outras” (Schmitt, 2020, p. 323). Ressalta-se o lema “sem feminismo não há agroecologia” e a “Marcha das Margaridas”, manifestação/protesto das mulheres trabalhadoras rurais do Brasil, realizada desde 2000, que teve um papel fundamental na criação da Política Nacional de Agroecologia.

Desde 2004, o campo da agroecologia foi ampliado com a emergência de novas lutas, além de mudanças internas dentro do próprio movimento agroecológico. Ressalta-se o papel das juventudes¹⁹ (Ornelas e Falcão, 2022), a valorização do bem viver e da ancestralidade²⁰ e a necessidade de uma perspectiva interseccional (classe, gênero, raça e sexualidade) na luta pelo

¹⁷ A primeira edição do CBA aconteceu em novembro de 2003 na cidade de Porto Alegre (RS) e a última ocorreu no Rio de Janeiro (RJ) em 2023.

¹⁸ A ABA realiza diversos eventos acadêmicos e conta com a publicação de edições regulares da revista científica Cadernos de Agroecologia e da Revista Brasileira de Agroecologia.

¹⁹ Em 2021, tive a oportunidade de elaborar e executar, enquanto coordenador do Grupo de Trabalho (GT) Juventudes da ABA, o Ciclo de Debates “Esperanças Juventudes: experiências agroecológicas de jovens do campo, das florestas, das águas e das cidades”. O evento teve o objetivo de aproximar as juventudes do Brasil e da América Latina para dialogar sobre projetos que afirmam a permanência de jovens em seus territórios, ressaltando as diversidades e novas demandas e pautas para o campo da agroecologia. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/issue/view/12> Acesso em: 05 de maio de 2024.

²⁰ No XI CBA, o debate contracolonial se destacou, reforçando a necessidade de uma autocrítica do campo da agroecologia em relação ao apagamento de práticas ancestrais, que já existiam antes da nomeação e unificação do termo agroecologia. Durante o congresso foi criado o Grupo de Trabalho Povos e Comunidades Tradicionais, Etnicidades e Ancestralidade na Associação Brasileira de Agroecologia (ABA).

projeto agroecológico (Motta, 2020), reverberando nos seguintes lemas: “Sem Juventudes não há Agroecologia”, “Se tem racismo, não tem Agroecologia” e “Se há LGBTfobia, não há Agroecologia”. Essas emergências e confluências de lutas apontam para a construção de um quadro interpretativo de amplo escopo da prática da agroecologia, exigindo a mobilização de um pensamento complexo²¹ e a transversalização de diversas formas de opressão na perspectiva interseccional.

O caráter polissêmico do substantivo “agroecologia”, objeto de constantes debates e redefinições, reflete, em boa medida, sua inscrição teórica e prática em um espaço dinâmico de relações. O campo agroecológico busca articular, em sua configuração atual, um conjunto heterogêneo e diversificado de atores, lugares e modos de fazer, vinculando os processos de construção do conhecimento agroecológico aos distintos ambientes em que os mesmos se desenvolvem”(Schmitt, 2016).

Diante desse cenário, alinhado à perspectiva de Stengers (2015a) sobre a cosmopolítica, o campo da agroecologia aglutina um conjunto heterogêneo de praticantes que resistem à economia do conhecimento e defendem o que as fazem imaginar e pensar em torno de algo em comum, especificamente a transformação dos sistemas alimentares com sustentabilidade e justiça social.

Essa multiplicidade de atores sociais e comunidades que fazem parte e constroem o campo da agroecologia reforça a necessidade de compreender os diferentes processos de aprendizagens em contextos de práticas sociais diversificadas. Faz-se necessário recorrer a abordagem da aprendizagem situada de Jean Lave (1991 e 2019), que evidencia tanto o acesso como a participação nessas comunidades de práticas e suas respectivas relações socioculturais e ambientais e em processos historicamente situados. Paralelamente e tendo como referência o trabalho etnográfico de Anna Tsing (2018 e 2019) sobre cogumelos nas ruínas do capitalismo, esses processos de aprendizagens agroecológicas estabelecem relações multiespécies e apontam outras possibilidades de vidas em paisagens perturbadas e deterioradas pela industrialização.

As práticas e metodologias da agroecologia são orientadas tanto para a dimensão da agricultura quanto para um projeto socioambiental de rearranjo dos sistemas alimentares e enfrentamento da emergência climática. Ressaltam-se o manejo e a recuperação de ruínas e áreas degradadas por catástrofes e impactos da ação humana no meio ambiente, reconhecendo técnicas de adubação verde, o solo como organismo vivo, a vermicompostagem de resíduos

²¹ De acordo com Edgar Morin (2007), o pensamento complexo possibilita superar a simplificação e fragmentação de áreas do conhecimento e de metodologias científicas que separam os objetos de pesquisa do seu contexto e meio ambiente, ressaltando a multidimensionalidade dos fenômenos e a trama complexa da realidade. Segundo Floriani e Floriani (2010), a agroecologia pode ser compreendida como um “saber ambiental do campo da complexidade”, a partir de sua relação com os saberes ambientais para compreender as interdependências entre os sistemas sociais e naturais.

orgânicos e diversas relação interespecie, multiespecie ou com outras espécies de vida, humanas e mais que humanas (multi-seres).

A agroecologia se constitui também como “política governamental, modalidade de educação formal, nova profissão e, para alguns, como modo de vida, ideologia e utopia” (Norder et al., 2016).

Como projeto utópico, a agroecologia apresenta uma perspectiva de transformação radical da sociedade tendo como centralidade a produção, comercialização e consumo de alimentos saudáveis. Segundo Portilho (2020), a agroecologia se insere nas temáticas levantadas pela segunda geração de ativismo alimentar no Brasil que parte da politização da comida e do comer com a pauta ambiental e climática.

Conceitualmente a agroecologia pode ser compreendida como ciência, prática e movimento (Wezel et al, 2009). É uma ciência porque articula os saberes tradicionais e populares com diferentes áreas do conhecimento de forma transdisciplinar e sistêmica para conservação e manejo dos bens naturais, conectando a produção, a comercialização e o consumo com a justiça social. Além disso, é um conjunto de práticas socioambientais e metodológicas orientadas para o manejo e a construção de sistemas alimentares sustentáveis e também um movimento político por mudanças nos valores, atitudes e formas de organização dos atores sociais para transformação ambiental, social e econômica.

Portanto, o campo da agroecologia vem se transformando e incorporando outras dimensões fundamentais para ampliar o debate da justiça socioambiental como: o feminismo e o antirracismo²² para a equidade e justiça de gênero e étnico-racial; a valorização da cultura alimentar e da ancestralidade; a promoção do direito à cidade, do bem viver²³, da economia popular e solidária; entre outras pautas e lutas (Imagem 04).

²² O debate antirracista no âmbito da agroecologia denuncia também como a branquitude estrutura a modernidade, as instituições e a colonialidade e opera na manutenção das desigualdades. Nesse sentido, reforça a necessidade das pessoas brancas se racializarem, rompendo por dentro com o pacto da branquitude, e utilizarem seus privilégios para redistribuir recursos materiais e simbólicos para fortalecimento dos movimentos sociais antirracistas. Raça e racismo não são pautas exclusivas de pessoas negras e indígenas.

²³ De acordo a perspectiva do ecofeminismo queer de Greta Gaard (2011), a difusão da cultura ocidental e o processo de colonização do cristianismo na América Latina conectam um conjunto de opressões que afetam as mulheres, o erótico e as sexualidades queer (gays, lésbicas, bissexuais, pessoas transgênero), as pessoas não brancas e a natureza. O conceito de bem viver, termo oriundo da filosofia de povos andinos, aproxima a dimensão do cuidado das práticas coletivas de agroecologia a partir da crítica ao modelo desenvolvimentista e capitalista, propondo alternativas concretas para integração da humanidade com a natureza, recompondo natureza/cultura e atribuindo direitos ao meio ambiente (Acosta, 2012).

Imagem 04 - Dimensões que interagem com a Agroecologia



Fonte: Articulação Nacional de Agroecologia, 2018

Assim como um rizoma, defino o campo da agroecologia como um movimento cosmopolítico-pedagógico, que aporta uma perspectiva de ecologia de práticas com ações educativas, gerando metodologias participativas e processos de aprendizagens em confluência com múltiplas dimensões - ambiental, social, cultural, econômica, ética e política.

Apesar de todos esses avanços do campo da agroecologia, ainda predomina nas ações públicas nacionais e regionais do movimento de agroecologia um direcionamento para o desenvolvimento rural sustentável que reforçou a dicotomia entre campo e cidade e dificultou a incorporação dessas pautas ambientais para a população dos grandes centros urbanos, invisibilizando as experiências de agriculturas alternativas nos territórios metropolitanos e seu papel transformador e educativo.

Na dimensão da educação, interessa-me pensar o campo da agroecologia com a educação popular. De acordo com Tardin e Travassos (2022):

A educação popular em agroecologia se constitui pelos saberes oriundos das práticas dos trabalhadores e trabalhadoras para manter uma forma de vida humanamente viável, com a preservação de técnicas ancestrais, articuladas aos conhecimentos científicos e novos saberes construídos pelas experiências atuais que orientam formas originais de sociabilidade em relações sustentáveis na e com a natureza (Travassos, p. 382).

Busco, nesta tese, estabelecer algumas aproximações, reflexões e interpretações sobre os processos de aprendizagens em agroecologia a partir da perspectiva da antropologia para compreender os sentidos e a emergência de saberes e práticas de comunidades ecológicas e socioambientais que resistem à lógica industrial e à economia do conhecimento.

Os principais marcos para compreensão dos processos de aprendizagens agroecológicas foram elaborados nos Seminários Nacionais de Educação em Agroecologia (SNEA), realizados em 2013, 2016 e 2023. Esses eventos permitiram avançar na relação entre educação e a agroecologia, principalmente nas abordagens epistemológicas e metodológicas presentes na construção do conhecimento agroecológico e também estabelecer algumas diretrizes, considerando a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão e os princípios da vida, da diversidade, da complexidade e da transformação (Almeida Aguiar, 2016). Porém, a maior parte dos trabalhos apresentados nos eventos eram vinculados à educação formal (atividades escolares dos diversos níveis do sistema oficial de ensino) e aos processos de aprendizagens da Educação do Campo, bem como temáticas de luta pela terra e reforma agrária. Poucos trabalhos evidenciaram o debate e as experiências de processos educativos não formais e da construção da agroecologia em territórios urbanos.

No campo da educação, ressalta-se a tese de Marcio Gomes da Silva (2020), intitulada “Pedagogia do Movimento Agroecológico: fundamentos Teórico-Metodológicos”, que sistematiza as experiências educativas desenvolvidas na Zona da Mata mineira, mas também reforça as concepções e práticas político-pedagógicas da Educação do Campo.

Em relação aos trabalhos que apresentam uma contribuição importante e diretamente relacionada ao campo da Educação Ambiental, destaca-se algumas aproximações entre Educação Ambiental e a agroecologia, evidenciando a perspectiva da educação ambiental crítica e transformadora e ampliando as dimensões educativas nessas dinâmicas socioambientais. Segundo Madeira et al (2013), a agroecologia é a própria educação ambiental crítica em prática e contribui para a efetivação do pensamento ecológico. Já Silva e Machado (2015) apontam a crescente aproximação dos debates e da práxis que compõem o campo da Educação Ambiental Transformadora e da Agroecologia, reforçando que a agroecologia “não envolve apenas a mudança na forma de plantar – com a ausência de agrotóxicos – posto que, esteja relacionada com uma transformação paradigmática” (p. 127). Contudo, esses trabalhos

também reforçam apenas a relação entre a Agroecologia e a Educação do Campo para o desenvolvimento rural sustentável.

Assim, todo esse cenário estabelece a necessidade de analisar os processos de aprendizagens em agroecologia nas e das cidades. A justificativa de realização desta pesquisa parte da importância de considerar as contribuições do movimento agroecológico para os processos de aprendizagens situadas e as lacunas de pesquisas sobre essas experiências no contexto urbano.

1.2. Urbano agroecológico ou agroecologia urbana: a horta urbana nas ruínas do capitalismo

As grandes metrópoles apresentam diversos conflitos e problemas socioambientais interdependentes nas regiões metropolitanas como a degradação e a poluição ambiental associado a falta de acesso aos direitos sociais básicos - saúde, saneamento básico, educação, moradia, alimentação saudável, renda mínima, entre outros. Diante desse cenário, é fundamental o aumento de informações e de canais abertos de participação para a construção de metrópoles sustentáveis e com justiça ambiental (Jacobi, 2006).

Existem nas metrópoles uma diversidade de práticas de agriculturas urbanas com múltiplas funcionalidades, “podendo fazer parte das estratégias de reprodução de famílias de baixa renda; estar orientadas para o mercado; ser realizadas como uma forma de lazer e de terapia, bem como motivadas por preocupações ambientais” (Almeida, 2016, p. 378). Entretanto, essas práticas são invisibilizadas pela lógica industrial e imobiliária e não configuram pautas prioritárias de ações e políticas públicas na maioria das grandes metrópoles.

As hortas urbanas localizadas nas periferias reforçam a necessidade de praticar pesquisa em um tempo de catástrofes ecológicas e climáticas e apontam caminhos de como aprender a habitar ruínas do capitalismo:

(...) entendemos que já vivemos o futuro distópico outrora anunciado e que urge encará-lo, responder a ele. Não nos parece distante essa compreensão na medida em que como pesquisadoras com estudos imbricados em territórios de periferia, a condição de ruína – objetiva e subjetivamente falando, se é que é possível tal distinção - tem sido permanente. As ruínas do capitalismo estão evidentes nas periferias brasileiras (Ornelas et al, 2022)

De acordo com Almeida (2016), a prática da agricultura urbana apresenta discursos e tendências complexas na literatura internacional, associando-se à sustentabilidade urbana e segurança alimentar e nutricional e/ou à lógica de produção capitalista, já que muitas vezes essa prática tem aspectos simultâneos e contraditórios tanto radicais/progressistas, quanto neoliberais. Para Oliveira (2017), os impactos da agricultura urbana são múltiplos e apresentam inter-relações com o potencial de consolidar políticas públicas inter e transetoriais (Quadro 02).

Quadro 02 - Síntese dos múltiplos impactos da agricultura urbana

Social	Saúde preventiva, física, mental e psicológica; Ocupação dos espaços e direito à cidade; Empoderamento das mulheres; Fortalecimento comunitário; Segurança alimentar; Educação e Lazer.
Ambiental	Combate a secas e inundações; Reutilização dos resíduos; Melhora do microclima; Preservação das águas; Maior biodiversidade; Mais espaços verdes; Conservação do solo; Redução da poluição.
Econômico	Fortalecimento da economia circular. Fortalecimento da economia local; Autonomia alimentar; Geração de renda; Resiliência.

Fonte: elaboração própria a partir de Oliveira (2017).

Em 2017, a RUAF Foundation - Resource Centres on Urban Agriculture & Food Security, sediada na Holanda, publicou uma edição exclusiva da revista *Urban Agriculture* com a temática da Agroecologia Urbana, contribuindo de maneira significativa para articular e documentar a emergência de experiências locais, movimentos sociais e iniciativas públicas de agroecologia urbana em diferentes países ao redor do mundo. O trabalho reforçou a diversidade de sentidos atribuídos ao termo agroecologia e os diversos tipos de agriculturas praticadas nas cidades, procurando estabelecer as diferenças entre agricultura urbana e agroecologia urbana e também as visões divergentes ou conflitantes. Contudo, o editorial da revista chega à conclusão de que “a agroecologia urbana é um conceito ainda em formação, e seus significados ecológicos, sociais, econômicos e geográficos estão longe de compartilhar um entendimento e uma narrativa em comum” (RUAF, 2017, p. 4). Assim, mesmo que a edição da revista tenha sido um marco no debate internacional sobre a agroecologia urbana, continua sendo necessária uma compreensão e interpretação mais profunda do significado e sentido do “urbano” associado à agroecologia.

No que tange às pesquisas realizadas no contexto da Região Metropolitana de Belo Horizonte, ressalta a dissertação sobre os Centros de Vivência Agroecológicas (CEVAE), um projeto da Prefeitura de Belo Horizonte criado em 1993 com a parceria da sociedade civil organizada. Barbosa (2002), analisa as contribuições do CEVAE para a Educação Ambiental Popular nas periferias da cidade a partir da agroecologia no início dos anos 2000, sendo um grande marco no estudo sobre as iniciativas do poder público municipal em agricultura urbana. Porém, atualmente o projeto perdeu o caráter progressista e crítico depois das diversas mudanças de governos e gestão municipal. Além disso, desde 2004, surgiram diversas ações

coletivas e redes de articulação que ampliaram o debate da agroecologia na esfera pública de Belo Horizonte.

Outra pesquisa fundamental para a construção do campo de Agroecologia Urbana, é a tese de Daniela Almeida (2016) que analisa a incorporação da agricultura no planejamento metropolitano (Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e Macrozoneamento Metropolitano), iniciando um processo de mapeamento e caracterização das práticas de agricultura na RMBH e evidenciando o potencial da agroecologia urbana para favorecer novas configurações territoriais. Contudo, a autora deu bastante enfoque no planejamento urbano, deixando uma lacuna na caracterização e compreensão das diversas ações coletivas das redes de agroecologia e das narrativas das diversas pessoas que constroem a agroecologia na RMBH sobre suas práticas.

Em minha dissertação de mestrado em Ciência Política (Ornelas, 2021), aprofundi, em uma perspectiva mais localizada e histórica, a compreensão das ações coletivas e públicas, a interação Estado-sociedade e a institucionalização da agroecologia na Prefeitura de Belo Horizonte de 1993 a 2020. Foi possível identificar 26 encaixes institucionais que incorporaram e promoveram a temática da agroecologia na política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) de Belo Horizonte: programas, projetos, equipamentos públicos, deliberações normativas, espaços de participação, planos, leis, decretos, órgãos, cursos, protocolos e instrumentos de políticas públicas. No entanto, foquei mais na dimensão política da agroecologia, elaborando uma proposta para de interpretação do conceito de agroecologia política em três categorias: (1) política do cotidiano; (2) ação coletiva; (3) institucionalização.

Na cidade de São Paulo, Luiza Machini (2018) realizou uma etnografia sobre as ações de coletivos, autogestionários e voluntários, que criam e mantêm espaços de plantio e hortas comunitárias em espaços públicos. A dissertação evidenciou o entrelaçamento e perspectivas cosmopolíticas de cooperação que emergem entre humanos e não humanos na política do cotidiano, ou seja, nas relações para além do e com o Estado. Já em Porto Alegre, destaca-se a pesquisa de Lilian Schmitt (2021), que apresentou uma experiência da Horta Comunitária Lomba do Pinheiro, ressaltando as aprendizagens compartilhadas nas relações multiespécie e o desenvolvimento de habilidades relacionadas tanto às técnicas de horticultura no espaço de periferia quanto às habilidades em termos sensíveis e termos políticos.

Portanto, essa breve revisão da literatura possibilita compreender os avanços na construção do campo da agroecologia urbana e sua interface com a educação e a política. Diante desse cenário e inspirado no trabalho de Carvalho (2002), que ressalta a crítica contracultural e o valor substantivo do ambiental na Educação Ambiental, esta pesquisa parte da necessidade

de compreender o urbano como valor substantivo na agroecologia urbana. Para tanto, são fundamentais a análise e o reconhecimento da compreensão das sujeitas e dos sentidos das experiências agroecológicas nos territórios urbanos, especificamente na capital Belo Horizonte. Além disso, é necessário avançar na compreensão das especificidades dos diversos processos de aprendizagens agroecológicas nas cidades e suas dimensões ecológicas, culturais, espirituais, socioeconômicas, entre outras.

É a partir desses interesses que chego ao meu campo de pesquisa com as comunidades de práticas em agroecologia na e da periferia de Belo Horizonte, especificamente na ação pública que resulta no Programa Territórios Sustentáveis da PBH.

1.3. Confluências cosmopolíticas: ação pública em agroecologia urbana

O diálogo entre a agricultura urbana e os movimentos de agroecologia “tem buscado dar visibilidade e salientar a relevância social, ambiental e econômica das agriculturas há anos praticadas nas cidades pelas pessoas e organizações sociais, com seus próprios recursos” (Almeida, 2016 p.112). Essa mobilização em torno da temática tem pressionado o poder público para formular e implementar marcos legais e políticas intersetoriais de agroecologia nas cidades.

No Brasil, o campo da agricultura urbana tem uma trajetória marcada com dinâmicas de elaboração de políticas públicas²⁴ e processos de mobilização e organização social em conexão com agendas regionais, nacionais e internacionais. No entanto, de acordo com Almeida (2016):

têm prevalecido nesses processos entraves burocráticos do Estado, as descontinuidades ligadas às mudanças nos cargos políticos, a dependência de interesses e decisões de gestores públicos e a falta de vontade política para definir orçamentos permanentes e equipes estruturadas e capacitadas para atuar nesse novo campo de ação institucional. A institucionalização traz também o risco de homogeneização e cooptação pelos governos locais, por meio da priorização de um enfoque de políticas de apoio e da imposição de condições e mecanismos formais para o acesso aos recursos públicos que não respeitam as especificidades territoriais e os objetivos das iniciativas protagonizadas pelas organizações e redes sociais (Almeida, 2016, p. 104).

Ressalta-se a atuação do Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU), criado em 2014, que promove a articulação de experiências de agricultura urbana, organizações, redes e movimentos sociais, evidenciando cumprimento da função social da propriedade e do direito à cidade e à alimentação adequada, dentre outras questões (CNAU, 2015). A pauta da agricultura urbana também tem ganhado visibilidade nos Congressos Brasileiro de Agroecologia e nas agendas da Articulação Nacional de Agroecologia e da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)²⁵, possibilitando a sistematização de experiências de agriculturas urbanas agroecológicas e seu potencial de transformação em diálogo com o bem-viver nas cidades.

²⁴ A institucionalização da agricultura urbana no Brasil, no âmbito federal, iniciou-se com a criação do Programa Fome Zero e foi potencializado com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006) e demais recomendações e diretrizes presentes nos relatórios e planos da política de SAN. Em 2024, a partir da intensa mobilização e pressão de organizações sociais que já atuavam com a temática da agricultura urbana em contextos locais e regionais, foi promulgada a Lei Nº 14.935/2024 que Institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/114935.htm. Acesso em: 01/02/2024

²⁵ Entre 2022 e 2023, foi desenvolvida uma pesquisa nacional no âmbito do projeto “Agricultura Urbana Agroecológica e Promoção da Saúde: intercâmbios para o fortalecimento de práticas e redes” da Agenda de Saúde e Agroecologia da FIOCRUZ, possibilitando a sistematização de experiência em seis redes territoriais de agricultura urbana (SOARES, 2023). Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/2025/02/agriculturas-urbanas-no-12o-congresso-brasileiro-de-agroecologia>. Acesso em: 01/02/2025.

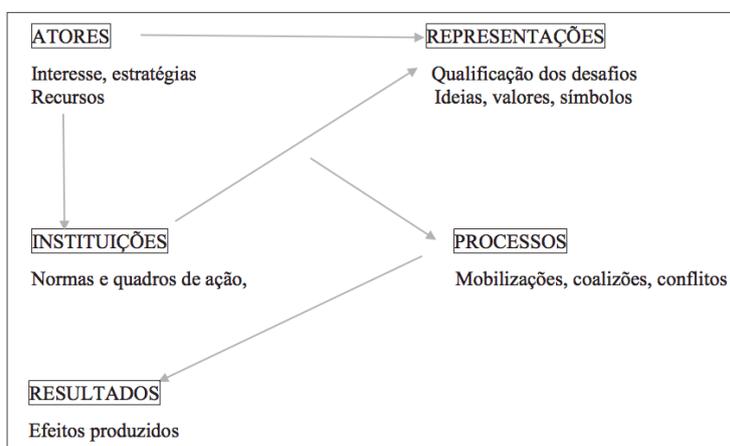
Nesse sentido, a articulação entre a pauta da agricultura urbana e as redes de agroecologia possibilita, de acordo com Almeida e Biazoti (2017), compreender que “é preciso avançar na desconstrução da dicotomia entre campo-cidade e identificar que há uma luta comum, que é a luta pela terra e o valor de uso dos espaços, enquanto locus de produção e reprodução da vida” (p. 4). Assim, essas redes de agroecologia têm discutido propostas a partir do direito à cidade para incorporação da produção de alimentos em bases agroecológicas no planejamento urbano e nas políticas públicas como uma possibilidade de desenvolvimento local com justiça socioambiental.

A perspectiva da ação pública possibilita ampliar a compreensão e a análise clássica das políticas públicas para além das etapas/sequenciais de identificação do problema, formação de agenda, formulação da política pública, implementação e avaliação. De acordo com Lascoumes e Le Galès (2012), “a ação pública é um espaço sociopolítico construído tanto por técnicas e instrumentos quanto por finalidades, conteúdos e projetos de atores” (Lascoumes, Le Galès, p. 21).

A sociologia da ação pública examina os processos relevantes que permitem a colocação da questão agroecológica na agenda pública. Ela se interessa pelas propostas e controvérsias entre as concepções da agroecologia que se estabilizam como referências para a ação, e analisa através de qual tipo de dispositivos institucionais elas se estabilizam. Quais são os obstáculos para essa institucionalização? E quais são os efeitos dessa dinâmica de institucionalização sobre os instrumentos e as práticas de agroecologia (práticas de transição/transformação ou pelo contrário, “convencionalização”?) (Sabourin et al., 2019, p. 20).

De acordo com Oliveira (2017), as análises das ações públicas evidenciam as representações e relações entre atores, ideias e instituições em ação, combinando “os aspectos práticos, simbólicos e relacionais de um fenômeno social que é a ação pública” (p. 15).

Imagem 05 - Os Dispositivos da Ação Pública



Fonte: Lascoumes e Le Galès (2012) apud Sabourin (2019)

A pesquisa de Oliveira (2017) sistematizou as principais ações públicas e aspectos da institucionalização da agricultura urbana, possibilitando compreender os diferentes mecanismos que podem ser acionados para os avanços no campo da agroecologia urbana (Quadro 03).

Quadro 03 - Ações públicas e aspectos da institucionalização da agricultura urbana		
Ações Públicas	Acesso à Terra e Uso do Solo	Programa de acesso à terra para AU
	Segurança Alimentar e Saúde	Créditos e financiamentos para AU
		Educação e assistência técnica de AU
		Assistência para acesso a mercados
		Gestão de riscos
	Serviços Ambientais	Promoção de técnicas de agricultura ecológica
		Serviços de integração entre compostagem e AU
Aspecto da Institucionalização	Estado legal da AU	
	Orçamento público para AU	
	Inclusão da AU no Plano de Segurança Alimentar	
	Inclusão da AU no Plano de Urbanismo	
	Existência de um Comitê Intersetorial de AU	
	Existência de espaços de participação para a AU	

Fonte: elaboração própria a partir de Oliveira (2017).

No entanto, essa sistematização não contempla os processos de aprendizagem na ação pública, bem como não evidencia a dimensão cosmopolítica e multi-seres. De acordo com Carvalho, Schmitt e Pereira (2021), as práticas da agricultura urbana, a depender de seus

objetivos e intencionalidades políticas, podem se constituir como comunidades de práticas (Lave, 1991), tendo como referência os debates sobre os temas ambientais desde uma perspectiva crítica e configurando-se como potentes espaços de aprendizagem e suas interações humanas e mais que humanas.

Segundo Almada (2010), os saberes ecológicos presentes na agricultura urbana “podem contribuir de forma determinante para a promoção da segurança alimentar e nutricional dos espaços urbanos, subvertendo parcialmente a dependência do fluxo de alimentos do campo para a cidade” (Almada, 2010, p. 13). Além disso, os quintais, as hortas e os ervanários urbanos contribuem para a saúde popular a partir do conhecimento dos princípios ativos em plantas medicinais preservados por parteiras e benzedadeiras que vivem nas cidades.

Nesse sentido, as ações públicas de agroecologia urbana podem ser compreendidas pela noção de confluência²⁶, proposta por Nego Bispo (2015), que enfatiza o encontro e a articulação entre diferentes saberes, temporalidades e práticas, em diálogo com a cosmopolítica de Stengers (2018), que propõe a coexistência de múltiplas existências e agências. Portanto, a agroecologia urbana não é apenas uma política setorial, mas uma confluência cosmopolítica onde conhecimentos ancestrais, práticas populares e perspectivas institucionais se entrelaçam, criando instrumentos de ações públicas e dinâmicas territoriais que reconfiguram a relação entre a cidade, a natureza e as políticas públicas, promovendo novas formas de governança compartilhada.

É a partir desse cenário que chego ao meu campo de pesquisa com as comunidades de práticas em agroecologia nas periferias de Belo Horizonte. A justificativa de realização desta tese parte da importância de considerar as contribuições do movimento agroecológico para os processos de aprendizagens situadas e as lacunas de pesquisas sobre essas experiências no contexto urbano. Na próxima seção será apresentada a ampliação da prática da agroecologia nessas comunidades, evidenciando as dimensões políticas, socioambientais e culturais.

²⁶ É importante ressaltar que, de acordo com Nego Bispo (2015), a confluência é o encontro de diferentes correntes — de saberes, culturas, modos de vida — sem que uma anule, subjogue ou absorva a outra. É um encontro de base horizontal, onde as praticantes mantêm suas identidades, histórias e epistemologias próprias, mas fluem juntas em direção comum ou coexistem em um mesmo espaço ou processo.

1.4. Cultivando territórios agroecológicos: agriculturas urbanas e periferias de Belo Horizonte

Na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), a terceira maior região metropolitana do Brasil, tem emergido uma intensa mobilização e incidência de redes da sociedade civil²⁷ para promover e ampliar modelos alternativos de produção de alimentos na perspectiva agroecológica, articulando as dimensões sociais, culturais, espirituais, ambientais e econômicas com as práticas agrícolas no território (Almeida, 2016; Ornelas, 2017). Essas experiências também apontam outras relações socioespaciais e ambientais possíveis no território metropolitano e reforçam a necessidade de garantir a Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), previsto na Constituição Federal de 1988.

Todo esse cenário emergente de mobilização social e política tem ganhado grande repercussão e tem configurado o município de Belo Horizonte como uma referência nacional no debate sobre agroecologia no contexto urbano. Em 2018, o município de Belo Horizonte sediou IV Encontro Nacional de Agroecologia que teve como tema “Agroecologia e Democracia Unindo Campo e Cidade”.

As redes de agroecologia, especificamente na capital Belo Horizonte, são formadas por diversos atores sociais, grupos comunitários, agricultoras e agricultores, coletivos, movimentos sociais, ONGs e grupos de pesquisa e extensão²⁸. Ressalta-se a atuação da Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU), a Rede Urbana de Agroecologia (RUA Metropolitana), a Articulação Embaúba - Raizeiras, Benzedeiros e Parteiras, a Associação Horizontes Agroecológicos, além de iniciativas que conectam hortas comunitárias com compostagem e feiras agroecológicas educativas, experiências de conexões entre religiões de matrizes africanas e agroecologia, entre outras. Existem algumas pesquisas que identificam a existência dessas redes, mas poucas sistematizaram e analisaram suas ações coletivas e os processos de aprendizagem agroecológicas em contextos urbanos.

²⁷ A sociedade civil pode ser compreendida como uma instância autônoma que abriga um senso coletivo de obrigações e responsabilidades sociais, caracterizada por laços de solidariedade e pelo voluntariado, comportando uma heterogeneidade de organizações, como, por exemplo, associações, redes na sociedade, grupos formais e informais que existem para além da família e entre o Estado e o mercado (Dagnino, 2004).

²⁸ Dentre as ações de pesquisa e extensão na RMBH, ressalta-se a atuação do Kaipora - Laboratório de Estudos Bioculturais da Universidade do Estado de Minas Gerais, do Balaio da Universidade Federal de Viçosa, localizado no campus do município de Florestal, do Programa SoFIA do Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho e Tecnologias do CEFET-MG e dos grupos da UFMG - Grupo Aroeira, do AgroÊ e AUÊ. A atuação desses grupos possibilita uma cooperação relevante no processo de mobilização, sistematização e divulgação das experiências de agroecologia, bem como na produção coletiva do conhecimento em diálogo com os atores sociais.

De um modo geral, essas organizações e redes de agroecologia na RMBH se interagem para facilitar a troca de informação, promover e ampliar as experiências de agriculturas e sistematizar suas ações, proporcionando uma maior integração sociopolítica entre os atores da sociedade civil e do poder público envolvidos com essas temáticas (Ornelas, 2017).

Em 2014, foi criado o coletivo²⁹ Agroecologia na Periferia, uma iniciativa de ativistas e movimentos populares do campo da reforma urbana e da agroecologia, que tem como objetivo promover a agroecologia por meio de oficinas de capacitações, mutirões e intercâmbios em ocupações urbanas da RMBH, principalmente na Região da Izidora. Nessa área estão presentes três ocupações, Vitória, Rosa Leão e Esperança, localizadas na região norte de Belo Horizonte, na divisa com o município Santa Luzia. Essas ocupações urbanas surgiram durante o ano de 2013 e juntas são consideradas o maior conflito fundiário da América Latina. As ocupações irregulares nas periferias da cidade surgem em um contexto de desigualdades socioespaciais e geram diversas perturbações e conflitos socioambientais, bem como diversas situações de vulnerabilidade social para as moradoras dessas regiões periféricas.

Imagem 06 - Identidade visual do Coletivo Agroecologia na Periferia e registro da reunião



Fonte: Acervo do Coletivo Agroecologia na Periferia, 2017

Nesse sentido, as ações do coletivo Agroecologia na Periferia se iniciam apoiadas em uma crítica às dificuldades de acesso à agroecologia pelas populações em situação de vulnerabilidade social. A partir da construção de processos educativos não formais com metodologias participativas e os princípios da educação popular, o projeto do coletivo visa

²⁹ Os coletivos são uma nova forma de organização social e têm ganhado destaque na literatura dos movimentos sociais. De acordo com Perez e Filho (2017), os coletivos podem ser definidos “enquanto formas de mobilização da sociedade civil regidas pelos princípios da horizontalidade, não institucionalidade, temporalidade e auto-organização” (Filho, 2017, p. 270).

incentivar o cultivo de alimentos agroecológicos nas moradias das ocupações através da realização de oficinas práticas, mapeamento das iniciativas, planejamento das atividades, troca de saberes e a formação de promotoras de agroecologia nas comunidades³⁰. A atuação do coletivo ganhou bastante visibilidade e, em 2017, firmou uma parceria com a Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN) da Prefeitura de Belo Horizonte a partir da construção do Programa Territórios Sustentáveis.

Imagem 07 - Oficina de Fossa Ecológica no bairro Vitória na Ocupação Izidora



Fonte: Acervo do Coletivo Agroecologia na Periferia.

Imagem 08 - Encontro do Curso de Promotores, realizado no dia 15 de setembro de 2018 no Roots Ativa



Fonte: Acervo do Coletivo Agroecologia na Periferia. Fotos: Thalita Barbalho e Lucas Bois, 2018.

No âmbito da Prefeitura de Belo Horizonte, destaca-se o programa estratégico “BH Cidade Sustentável: Mobilizar, Educar e Cultivar Alimentação Saudável”, da SUSAN no âmbito da gestão 2021/2024. Esse programa está alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento

³⁰ Para compreender o processo de construção da agroecologia nas ocupações da Izidora, uma versão detalhada foi escrita por Galera e Fonseca (2019) e está disponível em: <<http://anpur.org.br/xviiiinanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=881>> acesso em: 20/09/2019.

Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. Dentre as ações desse programa, três projetos apresentam metodologias participativas tanto na construção, como na execução, que envolveram diversos atores das redes de agroecologia, são eles: Trilha da Agroecologia³¹, projeto de educação ambiental em agroecologia (Silva e Ornelas, 2024); Programa Territórios Sustentáveis, fomento à agroecologia nas ocupações urbanas da região da Izidora, no Quilombo Mangueiras e na Vila Cemig/Alto das Antenas; o apoio na Certificação Orgânica a partir do Sistema Participativo de Garantia (SPG)³², envolvendo diversas experiências e atores sociais; e as Formações com guardiões/ãs de sementes crioulas e agroecológicas para construção do Banco Público de Sementes Crioulas de Belo Horizonte (Ornelas, Ferreira e Pereira, 2024).

No próximo capítulo, será apresentado um breve histórico do Programa Territórios Sustentáveis e o processo de institucionalização dos princípios e das ferramentas metodológicas da agroecologia e da educação popular no âmbito da sua governança e atuação territorial.

³¹ Cf. <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/susan/gastronomia-e-qualificacao-profissional/trilha-agroecologica>. Acesso em: 18/01/2025.

³² Cf. <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/prefeitura-de-belo-horizonte-desenvolve-projeto-de-agroecologia>. Acesso em: 18/01/2025.



Imagem 09 - O centro da roda no encontro do comitê local no Quilombo Mangueiras. Fonte: Acervo Pessoal, 2023.

2. O PROGRAMA TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA AGROECOLOGIA E DA EDUCAÇÃO POPULAR

“Territórios sustentáveis e saudáveis são espaços moldados por relações sociais e um senso de pertencimento simbólico e afetivo. Eles são apropriados de forma crítica e transformados intencionalmente pela ação coletiva de grupos que promovem a vida, tendo o bem viver como princípio central da governança. Essa governança viva envolve a colaboração entre comunidades, sociedade civil e Estado na gestão de bens comuns e na implementação de políticas públicas em rede.”

Gallo (2021, p. 114)

O Programa Territórios Sustentáveis (PTS) é uma iniciativa da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN) da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), em diálogo com coletivos e organizações de articulação da agroecologia de Belo Horizonte, para fomentar a sustentabilidade local a partir de ações participativas de segurança alimentar e nutricional com foco na agricultura urbana agroecológica.

Atualmente, o Programa Territórios Sustentáveis (PTS) tem como objetivo promover a sustentabilidade em 5 territórios em Belo Horizonte, são eles: as três ocupações urbanas da Região da Izidora - Vitória, Rosa Leão e Esperança -, o Quilombo Mangueiras e a Vila Cemig/Alto das Antenas (Mapa - Anexo I). Os principais objetivos específicos do programa são: fomentar e incentivar a agroecologia, agricultura urbana e sistemas agroflorestais; promover a geração de renda, formação e qualificação profissional, organização social, preservação e recuperação ambiental; realizar um processo de articulação intersetorial para o planejamento participativo das ações nos territórios.

O programa conta com uma estrutura de governança participativa através do Grupo Gestor (órgãos da PBH), Fórum (articulação das comunidades e parceiros) e Comitês Locais (em cada território) que possibilita a realização da mobilização social, planejamento, definições de prioridades, construção de agendas e cronogramas, acompanhamento e monitoramento. O PTS é executado a partir de uma cartela de serviços intersetoriais, construída no âmbito do Grupo Gestor, que inclui os seguintes eixos: Produção Agroecológica e Gestão de Resíduos; Conservação e Recuperação Ambiental; Comercialização e Construção de Mercados; Ações Socioassistenciais, Comunicação e Mobilização Social; Direitos Humanos, Cidadania e Saúde Coletiva; Educação, Pesquisa e Extensão; Arte e Cultura.

São realizadas reuniões com o Grupo Gestor do Programa Territórios Sustentáveis para construção e organização de ações com base nessa cartela de serviços intersetoriais. Participam

do Grupo Gestor, coordenado pela SUSAN/SMASAC, os seguintes órgãos: Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), Superintendência de Limpeza Urbana (SLU), URBEL - Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte, Secretaria Municipal de Política Urbana (SMPU), Secretaria Municipal de Cultura (SMC), Secretaria Municipal de Educação (SMED), Subsecretaria de Assistência Social (SUAS), Subsecretaria de Direitos de Cidadania (SUDC) e as Coordenações Regionais. Além disso, o programa tem parcerias com as Instituições de Ensino Superior para fomento de pesquisas e projetos de extensão e produção do conhecimento³³.

Conforme informado na seção anterior, as ações realizadas pelo coletivo Agroecologia na Periferia junto à ocupação Vitória em 2014 - para promover a agroecologia no processo de produção do espaço - e o projeto de extensão do grupo AUÊ! UFMG, em 2015 - para apoiar as atividades - foram fundamentais para a construção do PTS. Na época, eu fazia parte do projeto de extensão e cursava Gestão Pública na UFMG.

O início da elaboração do projeto do Programa Territórios Sustentáveis foi em 2017, a partir de reuniões e visitas locais com os coletivos, grupos e as comunidades. Neste mesmo ano foi criado um fórum para construir o plano de ação inicial do programa³⁴.

Imagem 10 - Reuniões do Fórum do PTS realizadas em 2017 na Ocupação Esperança da região da Izidora



Fonte: Acervo Pessoal, 2017.

Em 2018, teve início o mapeamento e a caracterização de quintais e das práticas de agricultura urbana e produção de alimentos. Foram implantados Sistemas Agroecológicos nas ocupações da Izidora: 3 Unidades Produtivas Coletivas e Comunitárias e 1 Pomar Comunitário de Agrofloresta, em parceria com a SMMA. Além disso, iniciou a primeira edição do Curso de

³³ A SUSAN, em sua trajetória de atuação com agricultura urbana, já realizava um conjunto de parcerias tanto entre os setores da PBH como com órgãos públicos de outras esferas e diversas instituições, movimentos e coletivos da sociedade civil.

³⁴ Cf. <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/projeto-territorios-sustentaveis-avanca-em-belo-horizonte>. Acesso em: 18/01/2025.

Promotores/as da Agroecologia em parceria com a OSC Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE) e o Coletivo Agroecologia na Periferia com apoio de outros atores (Brigadas Populares, Nación Pachamama, Movimento Sem Terra e AUÊ da UFMG).

Imagem 11 - Mapeamento e caracterização de quintais e mutirões feitos em 2018



Fonte: Acervo Pessoal e do PTS/PBH, 2018.

Em 2019, foi realizado o Curso de Educação Ambiental em parceria com a SLU e foram doadas 15 minhocários, além de mudas de frutíferas e medicinais e a distribuição de 98 kits de jardinagem para fomento de quintais (pá, enxada, garfo, substrato, sementes, jardineira e regador). Também ocorreu a Oficina de Comercialização visitas aos 15 pontos possíveis de comercialização dos 3 territórios da Região da Izidora.

Imagem 12 - Curso de Educação Ambiental e Implantação Unidade Produtiva Familiar - Ocupação Vitória



Fonte: Acervo do PTS/PBH, 2019.

Em 2020, ocorreu a redução e suspensão de algumas das ações do programa devido à pandemia da COVID-19. Contudo, alguns atendimentos e fomentos às unidades produtivas foram mantidos, como a implantação da Unidade Produtiva de Território de Tradição no Quilombo Mangueiras - Horta Espaço Geledés GerminAR Ewé Mimó.

Já em 2021, após a defesa do meu mestrado em Ciência Política sobre a Institucionalização da Agroecologia na PBH, fui convidado para coordenar o PTS da PBH no mesmo ano em que iniciava o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMG. Assim, nasce o projeto de tese de doutorado, tendo em vista a localização privilegiada que eu possuía para a observação etnográfica das ações do programa, buscando aprender com e nos territórios para aprimorar as políticas públicas de agroecologia na cidade e ressaltar seu papel educativo no contexto urbano.

2.1. Educação Popular para e nas Políticas Públicas: metodologias participativas e troca de saberes agroecológicos

“Se há uma conclusão que a experiência humana inegavelmente confirma é a de que fins democráticos requerem métodos democráticos para sua realização”

Dewey (1970, p. 260)

O campo da agroecologia está diretamente relacionado ao campo da educação popular, tendo em vista, por exemplo, o histórico de atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. No livro “Extensão ou comunicação?” (2015), Paulo Freire apresenta a perspectiva do diálogo de saberes no encontro de culturas, principalmente para orientar os profissionais das ciências agrárias envolvidos com a extensão rural e o trabalho em comunidades agrícolas.

De acordo com o Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas (Brasil, 2014):

A Educação Popular pode se dar com os diferentes sujeitos envolvidos pelos processos políticos-pedagógicos propostos em diferentes campos da política pública, sempre com o propósito de ousar, inovar, lançar e buscar romper com posturas verticais, motivar e tencionar para que as relações sejam dialógicas, pautadas pelo ouvir e escutar, por partir da realidade e da necessidade do povo. Nesse sentido, a proposta metodológica e política da Educação Popular precisam ser ousadas no sentido de garantir espaços junto aos formuladores das políticas públicas para que estas possam estar próximo da vida e do cotidiano do povo brasileiro. A Educação Popular é uma ferramenta necessária para que seus princípios como o da amorosidade e do respeito aos diferentes saberes sejam consolidados em espaços como de escolas públicas, dos hospitais, universidades, faculdades entre outros (Brasil, 2014, p. 63).

O documento do Marco de Referência traz categorias da educação popular para orientar agentes públicos em seu trabalho cotidiano, são elas: dialogicidade, amorosidade e conscientização; transformação da realidade e do mundo através da percepção crítica, participação social e autonomia; partir da realidade concreta com a valorização e o respeito aos diferentes saberes, as realidades culturais e as diversidades territoriais; construção do conhecimento e de novos saberes e pesquisa participante; e sistematização de experiências e do conhecimento. Além disso, elenca 6 princípios e diretrizes para as ações de educação popular nas políticas públicas: I - Emancipação e poder popular; II - Participação popular nos espaços públicos; III - Equidade nas políticas públicas fundamentada na solidariedade e na amorosidade; IV - Conhecimento crítico e transformação da realidade; V - Avaliação e sistematização de saberes e práticas; VI - Justiça política, econômica e socioambiental.

A institucionalização da agroecologia na Prefeitura de Belo Horizonte tem uma longa trajetória que começa em 1993 por meio de diversos encaixes institucionais³⁵ (Quadro 04). No entanto, é a partir de 2017, em uma ação pública “colaborativa”, que diversas iniciativas das redes de agroecologia de Belo Horizonte e o poder público atuaram de maneira conjunta para o aprimoramento do referencial conceitual e metodológico dos serviços de segurança alimentar e nutricional a partir das definições e princípios da agroecologia e também da educação popular (Ornelas, 2021).

Quadro 04 - Encaixes institucionais resultantes dos repertórios de interação entre as redes de agroecologia e a Prefeitura de Belo Horizonte (1993 a 2020)	
Período	Encaixes Institucionais
(1993 a 2000) Das Práticas Populares aos Primeiros Encaixes Institucionais	1994 - Programas e projetos: Pró-Pomar, Hortas Escolares e Comunitárias, Feira Modelo, Feiras Livres, Direto da Roça e o Conselho Municipal de Abastecimento (COMASA) 1995 - Centro de Vivência Agroecológica (CEVAE) 2000 - Deliberação Normativa nº 31/ 2000 que dispõe sobre as normas de gestão e funcionamento dos CEVAEs
(2001 a 2011) Articulações Regionais e Internacionais e Legislações	2002 - Feira Orgânica 2003 - Conselho Municipal de Segurança Alimentar 2006 - Programa Global Cidades Cultivando para o Futuro e Projeto Da Semente à Mesa 2008 - Plano de Ação de Agricultura Urbana de BH 2008-2018: BH Cultivando Agricultura Urbana 2009 - Incorporação da Agricultura Urbana na Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo (Lei nº 7.166/1996. Art. 64) 2011 - Lei nº 10.255 - Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana
(2017 a 2020) A Difusão das Ideias da Agroecologia e Novos Coletivos e Encaixes Institucionais	2017 - Decreto nº 16.811, de 19/12/2017 – Comusan-BH. 2017 - Programa Territórios Sustentáveis e Curso de Promotores em Agroecologia 2017 - Diretoria de Fomento à Agroecologia e Abastecimento – DFAB 2018 - Curso Trilha da Agroecologia 2018 - Protocolo de Intenções - Sistema Participativo de Garantia – SPG RMBH 2018 - Projeto Corredor Agroecológico 2018 - Cadastro de Agricultura Urbana 2019 - Decreto nº 17.056, de 29/01/2019 - organização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. 2019 - Central de Abastecimento da Agricultura Familiar e Urbana (CAFA) 2019 - Centro Municipal de Agroecologia e Educação Ambiental para Resíduos Orgânicos (CEMAR) 2020 - Lei nº 11.219, de 12 de fevereiro de 2020 que autoriza o Poder Executivo a outorgar concessão comum de mercados municipais 2020 - Feira de Agricultura Urbana 2020 - Projeto “Elas Cultivam a Lagoinha”

Fonte: Ornelas, 2021

³⁵ Os encaixes institucionais (Lavalle et al., 2019) são artefatos resultantes de processos de interação socioestatal, resultando na institucionalização de pautas dos movimentos sociais nos instrumentos de políticas públicas, leis, programas, entre outros.

Em 2023, tive a oportunidade de contribuir, como Assessor em Agroecologia da SUSAN, com a elaboração do Decreto Nº 18.385/2023³⁶, que Regulamenta a Lei nº 10.255, de 13 de setembro de 2011, que institui a Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana³⁷. Assim, foi possível incorporar nesse decreto os princípios das metodologias participativas e da educação popular para fomentar redes e iniciativas locais de participação popular e controle social no âmbito dessa política, principalmente para a valorização dos saberes populares, da humanização e da autonomia comunitária. O decreto também apresenta o conceito de parceria público-comunitária, ou seja, “modelo de desenvolvimento urbano, por meio de cooperação entre grupos ou comunidades organizadas e o poder público municipal, de modo que cada um dos entes envolvidos contribua para a realização de benfeitorias e manutenções de interesse coletivo em áreas públicas”.

Uma das primeiras ações que realizei ao assumir a coordenação do PTS em 2021, foi estruturar o documento conceitual do programa, bem como a sistematização das diretrizes de sua prática em relação a execução das atividades nos territórios. Nesse sentido, as metodologias participativas são adotadas em todas as etapas de elaboração, implantação e execução das ações, incentivando a construção coletiva do conhecimento a partir dos princípios da agroecologia, educação popular, controle e participação social e economia popular e solidária. As etapas de implantação das ações junto às comunidades são definidas e priorizadas a partir de processos participativos, buscando o envolvimento efetivo das beneficiárias das ações, bem como o estímulo à sua organização comunitária. Além disso, essas etapas de implementação são organizadas de maneira intersetorial com a integração e colaboração institucional entre setores da PBH para promoção da sustentabilidade dos territórios.

Como informado na seção anterior, o PTS conta com uma estrutura de governança participativa através do Grupo Gestor, Fórum e Comitês Locais que possibilita a realização da mobilização social, planejamento, definições de prioridades, construção de agendas e cronogramas, acompanhamento e monitoramento:

³⁶ Cf. <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/421686>. Acesso em: 18/01/2025.

³⁷ A SUSAN/PBH, por meio da Gerência de Fomento à Agricultura Familiar e Urbana (GEFAU), promove a implantação e manutenção de unidades produtivas coletivas e comunitárias por meio de assessoria técnica e fornecimento de insumos para promoção da agricultura urbana de base agroecológica. <https://prefeitura.pbh.gov.br/seguranca-alimentar-nutricional/fomento/sistemas-de-producao/coletivas-e-comunitarias>. Acesso em: 22/02/2025.

- Comitês Locais: grupos territoriais de mobilização comunitária, levantamento das demandas locais, planejamento das ações, implantação, monitoramento e avaliação;
- Fórum: integração e articulação entre os territórios atendidos e organizações da sociedade civil parceiras, alinhamento, acordos gerais, planejamento ampliado e monitoramento;
- Grupo Gestor: grupo dos órgãos governamentais para promover a intersetorialidade, transversalidade, perspectiva multidimensional, ações estratégicas, plano de ação

intersectorial e cartela de serviços (Anexo II).

Imagem 13 - Esquema da Governança Participativa.



Fonte: Acervo PTS, 2023.

Em relação à concepção da prática da agroecologia nos territórios, o programa se baseia na construção coletiva do conhecimento a partir da vivência e experimentação na produção de alimentos saudáveis, ambientalmente sustentáveis, socialmente justos e economicamente viáveis. Nesse sentido, a perspectiva da agroecologia abrange as seguintes dimensões:

- Ambiental: recuperação, conservação e preservação do solo e da água/nascente, dos ecossistemas, da paisagem e da biodiversidade; não utiliza venenos (agrotóxicos) e sementes transgênicas, apenas insumos naturais e locais;
- Social: relações de trabalho e humanas justas e dignas; participação e autonomia dos sujeitos a partir do fortalecimento dos aspectos coletivos; inserção e protagonismo das mulheres, construção da equidade e justiça de gênero e valorização da diversidade;
- Econômica: geração de renda, considerando os princípios da Economia Popular Solidária e da sustentabilidade econômica;

- Cultural: considera a particularidade e identidade de cada coletividade; resgata e valoriza a cultura popular e os modos de produção tradicionais; diálogo de saberes.

Dentre os objetivos do programa, é importante ressaltar o fomento à agricultura urbana agroecológica nos territórios, a formação de pessoas promotoras agroecológicas³⁸ e o apoio à comunidade local na produção de alimentos saudáveis em espaços coletivos e/ou familiares (hortas, quintais produtivos, pomares), além de iniciativas que promovam maior autonomia e renda para as famílias, tais como: produção de composto orgânico e minhocário, produção de mudas e sementes, agroindústria, entre outros. Seguem abaixo, a definição de algumas práticas ambientais importantes para a construção de territórios sustentáveis:

- Horta Comunitária ou Unidade Produtiva Coletiva Comunitária: unidade cuja gestão e produção são realizadas por grupos compostos por três ou mais pessoas que não pertençam à mesma unidade familiar;
- Quintais Produtivos: área produtiva de uma residência destinada a atividades de agricultura, cuja gestão e produção são realizadas por um ou mais indivíduos, com mão de obra da própria família e que contribuam para o autoconsumo ou renda;
- Unidade Produtiva Territórios de Tradição: unidade cuja gestão e produção são realizadas por famílias ou grupos em quilombos, terreiros, acampamentos ciganos, territórios indígenas e agrupamentos de povos e comunidades tradicionais;
- Agroflorestas: espaço coletivo para produção de frutas e plantas medicinais nas comunidades, preferencialmente relacionado a processos de recuperação ambiental nos territórios, como áreas degradadas, nascentes e margens de córregos e rios;
- Viveiros de Mudas: espaços coletivos ou familiares para produção e mudas diversificadas (hortaliças, aromáticas, medicinais, culturas anuais, frutíferas, arbóreas, adubação verde, ornamentais) para atendimento ao próprio território e/ou geração de renda;

³⁸ Promotores agroecológicos são multiplicadores, especialmente agricultoras e agricultores urbanos, de conhecimentos técnicos e aprendizados, de forma proativa e com metodologias de construção participativa e articulação comunitária.

- Compostagem: espaço de uso coletivo ou equipamentos domésticos destinados à produção de adubo, composto e/ou vermicomposto orgânico, através do aproveitamento de resíduos orgânicos disponíveis localmente;
- Banco de Sementes Crioulas: iniciativas coletivas ou familiares para reprodução e manutenção de sementes diversificadas (hortaliças, aromáticas, medicinais, culturas anuais, frutíferas, arbóreas, adubação verde, ornamentais) para atendimento ao próprio território e trocas;
- Agroindústrias Sustentáveis: pequenos empreendimentos comunitários para agroindustrialização dos alimentos (fabricação de doces, compotas, temperos, beneficiamento de hortaliças etc.), principalmente os produzidos nos territórios de maneira sustentável;
- Tecnologias Socioambientais: técnicas com enfoque social e ambiental que diminuem o impacto das ações humanas sobre os recursos naturais, como, por exemplo, os tanques de evapotranspiração (TEVAP) e a fossa biodigestora para tratamentos dos efluentes provenientes de sanitários a nível doméstico, sem oferecer risco de contaminação para a natureza.

Em 2022, iniciou-se a parceria com a Organização da Sociedade Civil Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE)³⁹, através de termo de colaboração com a SMASAC, por meio da SUSAN, para realização de atividades de formação e assessoria técnica e metodológica em agroecologia e agricultura urbana⁴⁰. As atividades previstas no plano de trabalho eram: adquirir e repassar insumos, ferramentas e materiais de apoio à produção; retomar o mapeamento dos quintais produtivos e as áreas coletivas dos territórios; realizar processos de formação teórica-prática; elaborar relatórios com dados sociais, ambientais e de infraestrutura; elaboração de plano de comercialização dos territórios⁴¹.

³⁹ Criada em 1986, a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE) é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que atua com ações e projetos para construção de uma sociedade sustentável para a melhoria da qualidade de vida de comunidades do campo e da cidade. A REDE é uma organização de referência nacional no que diz respeito à promoção e fortalecimento da agroecologia, da agricultura familiar e da agricultura urbana. As principais áreas de intervenção da organização são: agroecologia, produção orgânica, agricultura familiar, agricultura urbana, soberania e segurança alimentar e nutricional, biodiversidade, cultura, educação popular, mulheres e juventudes. <https://redemg.org.br/>. Acesso em: 18/01/2025.

⁴⁰ Convênio n° 906080/2020 do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, através de emenda parlamentar do deputado federal Patrus Ananias, celebrado entre a SUSAN/SMASAC/PBH e a organização da sociedade civil REDE de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas.

⁴¹ Cf. <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/smasac/2021/edital-1.pdf>. Acesso em: 18/01/2025.

A parceria com a REDE foi central para qualificação das atividades do PTS, principalmente no fortalecimento das experiências de produção agroecológica e organização popular, através do acompanhamento técnico, da realização de atividades de formação e da atuação política conjunta com as lideranças e as organizações de base.

Imagem 14 - Identidade visual do PTS elaborada em parceria com a REDE



Fonte: Acervo PTS, 2023

Em 2023, ocorreu a segunda edição do “Curso de Formação de Promotoras e Promotores da Agroecologia e Agricultura Urbana”, tendo como público-alvo as pessoas moradoras dos territórios atendidos pelo programa (Ocupações Vitória, Esperança e Rosa Leão; Quilombo Mangueiras e Vila Cemig/Alto das Antenas) e também a participação de Unidades Produtivas Coletivas e Comunitárias cadastradas na PBH⁴². Essa edição do curso foi realizada em parceria com a REDE e a Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais (PROEX/UFMG), através do Grupo de Estudos em Agricultura Urbana (AUÊ!/UFMG).

O “Curso de Formação de Promotoras e Promotores da Agroecologia e Agricultura Urbana” tem o objetivo de formar lideranças e agricultores e agricultoras urbanos/as dos territórios com áreas de cultivo e dispostas a multiplicar os saberes e práticas com metodologias participativas e articulação comunitária, recebendo e visitando pessoas para fortalecer a agroecologia tanto nos seus respectivos territórios, como em outras comunidades e nas instituições parceiras, organizações e movimentos sociais (Ornelas, Araújo e Ribeiro, 2023).

⁴² No âmbito da Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana são fomentadas 56 unidades produtivas coletivas comunitárias. A sistematização dessas experiências está disponível nas “Fichas das Unidades Produtivas coletivas/comunitárias da Agricultura Urbana de Belo Horizonte”, elaborada a partir da parceria entre a SUSAN/PBH e o AUÊ! - UFMG. Disponível em: [https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/smasac/2022/Fichas%20UPs_coletiva_comunitaria_Belo%20Horizonte_VERSAO%20fev.2022%20\(1\).pdf](https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/smasac/2022/Fichas%20UPs_coletiva_comunitaria_Belo%20Horizonte_VERSAO%20fev.2022%20(1).pdf). Acesso em: 10/07/2024.

Imagem 15 - Registro da 2ª edição do Curso de Promotoras da Agroecologia



Fonte: Acervo PTS, 2023.

O curso é inspirado na metodologia “Campeño a Campeño”, difundida na América Latina a partir das experiências em Cuba (Alvarez, 2016). Focada no processo social para a transição agroecológica, a metodologia tem os seguintes passos: 1 - Entendimento do contexto e motivação para mudá-lo; 2 - inventário de práticas e conhecimentos com mapeamento dos saberes agroecológicos; 3: intercâmbio camponês com visitas para aprofundamento de entendimentos, motivações e técnicas; 4 - testemunhos do intercâmbio e multiplicação das compreensões, crenças e motivações; 5 - construção coletiva de repertório agroecológico; 6 - Diagnóstico Rural Participativo; 7 - mapeamento dos problemas gerais e cruzamento com o repertório de práticas agroecológicas; 8 - reflexão coletiva sobre o caminho percorrido e planejamento dos próximos passos; 9 - encontro de intercâmbio de experiências; 10 - formação de promotoras e facilitadoras agroecológicas.

Imagem 16 - Relatoria Gráfica do Módulo 5 - Metodologias Participativas e Educação Popular.



Fonte: Acervo Pessoal, 2023

A organização do curso foi estruturada em seis módulos e três mutirões nos territórios atendidos pelo PTS, contabilizando um total de nove encontros presenciais, com atividades complementares produzidas no tempo-território-comunidade. Os temas do curso perpassam pelo planejamento produtivo, cuidado e formação do solo, adubação, plantio, colheita, controle natural de pragas e doenças, cuidado e preservação da água, metodologias participativas na construção da agroecologia, entre outros aprendizados compartilhados (Quadro 05).

Quadro 05 - Programação da 2ª Edição do Curso de Promotores/as da Agroecologia - 2023		
Encontros	Temas	Atividades complementares
Módulo 1	Agroecologia e Territórios Sustentáveis e Saudáveis: introdução do curso	Troca de Mudanças e Sementes
Módulo 2	Solos e Plantios	Mapeamento de Recursos Hídricos
Mutirão 1	Manejo e Podas	Limpeza do espaço para expansão da horta e podas de árvores
Módulo 3	Gestão de Resíduos e Compostagem	Oficina de Compostagem Estática Termofílica
Mutirão 2	Territórios, gênero, raça e bem viver na cidade	Oficina de captura do Microrganismos Eficazes (EM) e Gestão de Hortas e Quintas
Módulo 4	Sementes e Produção de Mudanças	Oficina de preparo líquido do Microrganismos Eficazes (EM)
Módulo 5	Planejamento Produtivo e Construção de Canteiros	Aplicação do Microrganismos Eficazes (EM)
Mutirão 3	Metodologias Participativas e Educação Popular	Oficina de Educação Alimentar e Nutricional: Alimentação Saudável, Boas Práticas e Aproveitamento Integral de Alimentos
Módulo 6	Solenidade de Formatura	Rio do Tempo, Avaliação e Entrega de Certificados
Realização de Mutirões nas Comunidades durante os módulos		

Fonte: elaboração própria.

Já em 2024, foi publicado o livro “Circulador de Saberes: Metodologias Participativas e Práticas Agroecológicas”⁴³ (Ferreira, 2024), uma publicação conjunta entre a SUSAN e a REDE com a sistematização dos processos educativo e das principais metodologias elaboradas no âmbito do PTS, das Trilhas da Agroecologia e das Oficinas de Agroecologia e Construção Social de Mercados, são elas: o círculo e a circularidade (Círculo de Cultura⁴⁴); o centro da roda

⁴³ Cf. https://redemg.org.br/wp-content/uploads/2025/01/SUSAN_CARTILHA-SABERES_-digital.pdf. Acesso em: 01/02/2025

⁴⁴ Paulo Freire apresenta o Círculo de Cultura, “peça fundamental no movimento de educação popular”, no livro Educação como Prática da Liberdade (1967). Esse método foi elaborado no âmbito dos processos de alfabetização de adultos, baseando-se no diálogo e na participação ativa das pessoas para discutirem temas do seu cotidiano. As obras de Freire trazem experiências concretas e aprofundam conceitos pedagógicos que partem da concepção da educação como um processo libertador, baseado na conscientização, no pensamento crítico e na transformação social (Freire, 1967; 1987; 1993; 2015).

e a ciranda de afetos⁴⁵; intercâmbios e mutirões agroecológicos⁴⁶; cantar e dançar juntas; comer juntas; feitura coletiva; poesia e relato poético; e troca de mudas e sementes (Imagem 16).

Imagem 17 - Registros do Curso de Promotoras da Agroecologia e suas metodologias participativas



Fonte: Acervo PTS; Autoria: Clarice Santana da Silva, 2023

Portanto, a institucionalização da agroecologia pelo Programa Territórios Sustentáveis da Prefeitura de Belo Horizonte trouxe também um conjunto de experiências metodológicas participativas que destacam a importância da educação popular para e nas políticas públicas, além de trazer exemplos de tecnologias socioambientais para a promoção da sustentabilidade e saúde coletiva nos territórios urbanos. A construção conceitual e programática do PTS pode ser lida a partir da noção de experimentalismo democrático, ou seja:

⁴⁵ A construção do centro da roda durante os encontros, com elementos da agroecologia, sementes e mudas, permite sensibilizar de maneira afetiva sobre o diálogo transversal dos diversos temas que fortalecem o cuidado com a terra, o corpo, as pessoas e os territórios.

⁴⁶ Os mutirões agroecológicos têm a finalidade pedagógica de reunir os participantes cursistas com a mediação pedagógica da SUSAN/REDE/AUÊ! para o reconhecimento e a construção de aprendizagens e trocas de saberes na resolução de problemas situados e relacionados à produção agroecológica.

A ideia de experimentalismo democrático se desenvolve com o objetivo de responder ao desafio teórico e prático de imaginar instituições e processos que, ao partir da sociedade atual e de suas contradições, possam caminhar rumo a um conjunto de experiências individuais e coletivas que realizarão melhor as aspirações e os interesses práticos em nome dos quais as estruturas estabelecidas se justificam” (Teixeira, 2010).

O experimentalismo democrático que configura a abordagem política do Programa Território Sustentáveis busca superar as limitações da democracia representativa tradicional e do neoliberalismo, promovendo a inovação metodológica e estimulando a participação ativa em comunidades e instituições, principalmente a partir dos princípios da educação popular nas e para as ações do poder público municipal. Assim, essa experiência mostra que o Estado, em sua heterogeneidade, pode ter um papel ativo na criação de novas oportunidades e na promoção e construção de saberes e práticas por meio da educação popular e da agroecologia, fortalecendo a autonomia produtiva e a retomada da cultura alimentar das comunidades, além de reduzir as barreiras estruturais que impedem a garantia da sustentabilidade e da segurança alimentar e nutricional, sobretudo nos territórios em situação de vulnerabilidade social.

2.2. "O território já existe": fricção entre a gestão pública e as vidas nos territórios

Como promover territórios sustentáveis e saudáveis nas ruínas do capitalismo? Essa é uma das questões principais que me rondava durante a implantação e execução do Programa Territórios Sustentáveis (PTS), desde que assumi a coordenação em 2021, especialmente em uma conjuntura de pandemia e de emergência climática oriundas de diversos conflitos e crimes ambientais do sistema capitalista.

A entrada de um gestor público e ativista do movimento agroecológico no Estado, possibilita estabelecer uma interação direta entre a burocracia e as pautas das redes de agroecologia, em outras palavras, um processo de “ativismo institucional” (Abers e Von Bülow, 2011). Contudo, é necessário considerar que essa entrada no aparato estatal e a submissão de regras e normas, respaldadas pelos princípios da administração pública, gera diversas fricções (Tsing, 2004) - cooperação, possibilidades, conflitos e desafios - principalmente em relação aos tempos: a morosidade da burocracia pública em contraposição à urgência e às demandas das vidas nos territórios⁴⁷.

Como mencionado nas seções anteriores, os territórios atendidos pelo PTS são as ocupações urbanas da Região da Izidora, o Quilombo Mangueiras e a Vila Cemig/Alto das Antenas. Esses territórios, muitas vezes, são lidos como vulneráveis, mas esse termo poderia ser trocado para vulnerabilizados, já que seus problemas socioambientais são oriundos, principalmente, da segregação socioespacial⁴⁸, do racismo ambiental⁴⁹ e do nutricídio⁵⁰.

O debate do racismo ambiental é pautado pelos movimentos negros que evidenciam a relação das desigualdades e injustiças ambientais com as questões de raça, classe e território. Ou seja, os danos e problemas ambientais atingem majoritariamente as pessoas pretas e indígenas localizadas em áreas de risco e em situação de vulnerabilidades e conflitos socioambientais, porém, são as que menos causam danos ao meio ambiente. Além disso, são

⁴⁷ Em 2019, por exemplo, o PTS foi contemplado com uma emenda parlamentar federal para estruturação e ampliação da capacidade estatal para executar as atividades do programa, incluindo recursos para contratação de equipe, por meio de termo de colaboração com OSC, e para infraestrutura. Após toda a tramitação burocrática e a restrição no período eleitoral, a execução foi iniciada somente 4 anos depois, em 2023.

⁴⁸ A cidade de Belo Horizonte foi planejada e construída a partir de processos de segregação espacial, tendo como base “a construção de uma zona urbana elitista, expulsando antigos moradores e imigrantes pobres para os subúrbios desorganizados e sem higiene, assim como áreas de risco e ambientalmente frágeis” (Fernandes, 2021).

⁴⁹ A expressão racismo ambiental foi cunhada pelo afro-americano Dr. Benjamin Franklin Chavis Jr, na década de 1980, no âmbito dos protestos ocorridos no estado da Carolina do Norte (EUA). Na época, o governo havia escolhido construir o aterro de resíduos tóxicos no Condado de Warren, cuja maioria da população era negra.

⁵⁰ O termo nutricídio foi criado pelo médico norte-americano Llaila Afrika para evidenciar a situação de insegurança alimentar, fome e dificuldade ou falta de acesso a alimentos saudáveis, da população preta, principalmente com a perda da cultura alimentar tradicional a partir da hegemonia do sistema alimentar industrial e seus alimentos ultraprocessados que trazem diversas consequências para a saúde.

territórios que também estão localizados em desertos e pântanos alimentares (IDEC, 2019), onde predominam a escassez ou inacessibilidade a alimentos saudáveis, mas, por outro lado, existe uma oferta de alimentos ultraprocessados de baixo valor nutricional, obrigando as pessoas a se locomoverem para obter alimentos saudáveis.

Todo esse cenário, oriundo das desigualdades socioespaciais, do racismo estrutural e da dinâmica industrial e imobiliária de Belo Horizonte, demanda uma atuação e intervenção socioambiental coordenada com a articulação de diversas políticas públicas. O PTS foi uma das primeiras políticas públicas a realizar atividades nas ocupações da região da Izidora em 2017, tendo em vista a incidência do coletivo Agroecologia na Periferia na gestão municipal, como descrito nas seções anteriores de resgate histórico do programa. Posteriormente, outras políticas públicas da PBH iniciaram ações pontuais e outras de maneira conjunta, apesar da dificuldade do poder público em realizar ações intersetoriais, principalmente pela falta de comunicação entre os órgãos, pelo caráter setorial do poder executivo e pela dinâmica das burocracias.

Nos anos seguintes, antes da minha chegada na coordenação, as ações do programa foram vinculadas ao Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), especificamente na ação “BH Cidade Sustentável: Mobilizar, Educar e Cultivar Alimentação Saudável”, tendo como meta a “Implantação e Manutenção dos Territórios Sustentáveis - Território Implantado e Mantido”. Em uma das primeiras reuniões que tive com a OSC REDE, parceira do programa, uma das coordenadoras ressaltou que “o território já existe”, que não fazia sentido ter essa meta física. Essa contradição expunha uma questão central, principalmente em relação à noção de território construída pela gestão no início do programa. De acordo com Milton Santos (2001):

O território não é apenas o conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da resistência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2001, p. 293).

Assim, a partir dessa concepção mais abrangente que reconhece o contexto local e a construção das identidades das pessoas que vivem nos territórios, alteramos a meta do PTS no PPAG para “Promoção e Fortalecimento de Territórios Sustentáveis - Território Sustentável Fortalecido”. Ou seja, os territórios já existem e não se implanta um território sustentável, o papel do programa é promover e fortalecer a sustentabilidade local com diversas ações construídas em diálogo com a comunidade. Além da dimensão conceitual, o programa avançou no reconhecimento territorial e, especialmente, na identificação dos projetos locais das pessoas que vivem nesses territórios. Segundo Arturo Escobar (2005), em sua pesquisa realizada na

Colômbia com um grupo de ativistas afro-colombianos da região da floresta tropical do pacífico, as comunidades locais enfatizam quatro direitos fundamentais: a identidade, o território, a sua própria visão de (des)envolvimento e autonomia política.

Outra questão apontada por Escobar é que “a construção de paradigmas alternativos de produção, ordens políticas e sustentabilidade são aspectos de um mesmo processo” (2005, p. 78). Ou seja, os modelos locais da natureza compreendem também as práticas não-capitalistas, envolvendo o reconhecimento da terra, dos recursos materiais, do conhecimento, da ancestralidade, entre outras dimensões do território. Nesse sentido, é fundamental resgatar a perspectiva do lugar, especificamente da defesa do lugar⁵¹ a partir das teorias da ecologia política e do pós-desenvolvimento⁵².

Além disso, é importante evidenciar as práticas não-capitalistas⁵³ presentes nesses territórios e as visões alternativas do conhecimento. Dessa maneira, emerge dos territórios o conhecimento local, que pode ser considerado mais como prática e experiência de vida do que como um sistema formal. Esse conhecimento é constituído por práticas históricas e também por práticas em movimento, nas palavras de Escobar, “o conhecimento local é um modo de consciência baseado no lugar, uma maneira lugar-específica de outorgar sentido ao mundo” (Escobar, 2015, p. 68).

Desse modo, as diretrizes para as ações do PTS nos territórios, aliadas às metodologias de participação da educação popular descritas na seção anterior, voltam-se para o reconhecimento territorial, buscando compreender e fortalecer os projetos de (des)envolvimentos das pessoas que vivem e constroem ações cotidianas locais, a partir dessa parceria público-comunitária. Ao mesmo tempo, realiza o levantamento e a priorização de demandas para encaminhar ao Grupo Gestor (órgãos parceiros da PBH), estabelecendo planos de ações para resolução por meio de ações intersetoriais. Esse levantamento ocorria durante as reuniões dos Comitês Locais dos territórios por meio de círculos de culturas com as seguintes

⁵¹ Segundo a perspectiva territorial de Escobar (2005), a defesa do lugar envolve diversas práticas de um grupo de atores, desde ativistas de movimentos sociais até arqueólogos históricos, antropólogos ecológicos, psicólogos ambientalistas e ecólogos. Nesse cenário, ocorre a construção de redes de atores sociais que são produtoras de identidades e conhecimentos baseados-no-lugar e, ao mesmo tempo, transnacionalizadas.

⁵² A noção de pós-desenvolvimento está relacionada com a articulação de práticas sociais e econômicas alternativas à lógica desenvolvimentista e capitalista que mercantiliza a vida. Escobar (2020) denomina essas alternativas como “transições pluriversais” por meio da auto-organização e de configurações sacionaturais.

⁵³ De acordo com Moreno (2005), é fundamental reconhecer o mundo-de-vida popular e as conexões entre outros arranjos socioeconômicos, já que “mercado e cidadania são sistemas de regras de funcionamento, de produção e de reprodução, fora das quais nem um nem outra têm possibilidades de existência” (Moreno, 2005, p. 97).

perguntas orientadoras: Quais e onde eram as demandas? Quais pessoas e organizações eram responsáveis pelo encaminhamento? Quando seria resolvido (prazo)?

Imagem 18 - Visitas Técnicas para reconhecimento territorial na Ocupação Esperança, Quilombo Mangueiras, Ribeiro de Abreu e Vila Cemig



Fonte: Acervo PTS, 2021.

Em relação às ocupações urbanas da região da Izidora, diversas ações foram identificadas em relação aos projetos comunitários já existentes. Essas ocupações se constituem como espaços insurgentes que, por iniciativas de pessoas e organizações sociais, fizeram a ocupação das terras de espaço subutilizado na realização de sua função social.

Imagem 19 - Horta Familiar da Ocupação Vitória e comercialização na Feira de Agricultura Urbana da PBH



Fonte: Acervo PTS, 2021.

Na Ocupação Esperança, por exemplo, uma das associações de moradores, denominada Atcopeizidora⁵⁴, possui um projeto de sustentabilidade que envolve 15 ações. São elas: padaria, cozinha comunitária, creche, horta, fábrica de blocos, futebol, agrofloresta, serralheria, lavanderia, energia solar, reciclagem, piscicultura, suínos, granjas água mineral e gás e construção de casas. Em 2022, a partir da demanda da comunidade, foi realizada uma instalação informativa e uma roda de conversa sobre Sistemas Agroflorestais na Ocupação Esperança para dialogar sobre a produção de alimentos agroecológicos e preservação ambiental da área conhecida como "Matinha", destinada futuramente à implantação de um parque, conforme definido pela própria comunidade e incluído no Plano de Urbanização Sustentável. Além disso, foram entregues materiais informativos e doadas mudas frutíferas e plantas medicinais.

Imagem 20 - Transformações na Horta Comunitária da Ocupação Esperança



Fonte: Acervo PTS, 2023.

⁵⁴ Associação dos Trabalhadores Cooperados Izidora.

Imagem 21 - Implantação do Tanque de Peixes (Piscicultura) na Ocupação Vitória



Fonte: Acervo PTS, 2023.

O contexto e histórico do Quilombo Mangueiras⁵⁵, que possui uma área de 19,9 hectares onde vivem 32 famílias, expõe contradições da expansão da metrópole de Belo Horizonte, já que seu registro de existência é datado desde meados do século XIX, mas somente foi reconhecido como Patrimônio Cultural da cidade em 2018.

Os quilombos são considerados “(...) grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio” (O’Dwyer, 2008). O Quilombo Mangueira possui vários projetos artísticos, culturais e ambientais de aquilombamento, demandando ações de revitalização e proteção das nascentes, gestão de resíduos e reciclagem, jardins em locais para o lazer e bem comum das crianças, entre outras. Além disso, a dimensão da ancestralidade e espiritualidade é fundamental para o território, estabelecendo relações mais que humanas e interações multi-seres a partir da casa de santo e das práticas da religião de matriz africana. A Yalorixá Ione Ty Oyá, uma das lideranças do Quilombo Mangueiras, afirma-se como um “ser vegetal”, reforçando a dimensão das folhas sagradas e a relação com os orixás.

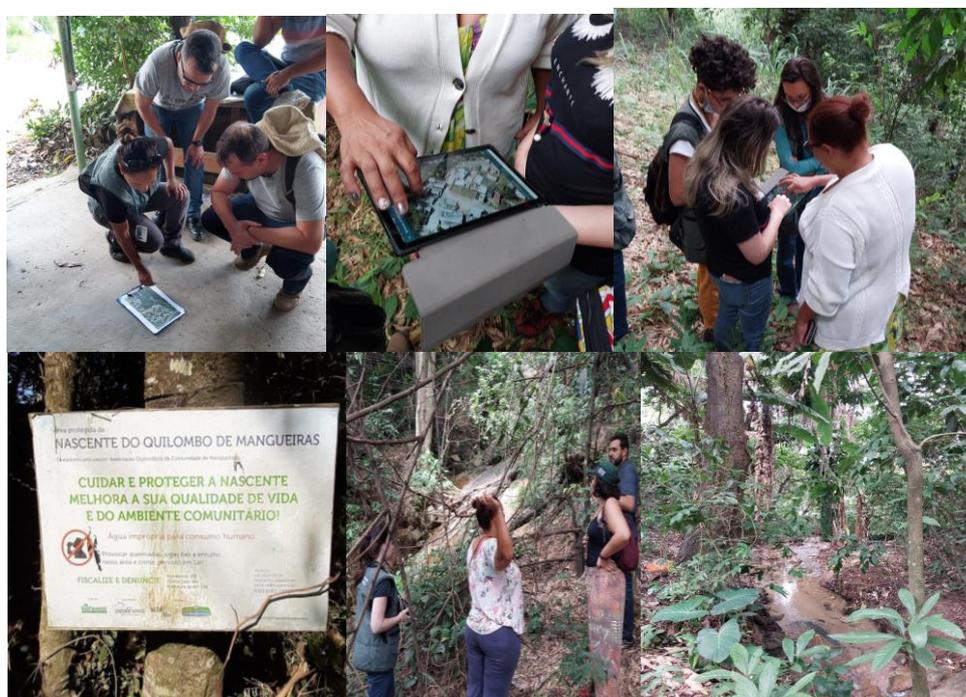
⁵⁵ O Quilombo Mangueiras está localizado entre Belo Horizonte e Santa Luzia, no quilômetro 13 da rodovia MG-20, próximo ao Bairro Novo Aarão Reis e Ribeiro de Abreu. Disponível em: <https://cbhvelhas.org.br/noticias-internas/quilombo-mangueiras-e-a-luta-pela-preservacao-de-seu-territorio-na-bacia-do-rio-das-velhas/>. Acesso em 13/05/2023.

Imagem 22 - Oficina de Compostagem no Quilombo Mangueiras



Fonte: Acervo PTS, 2022.

Imagem 23 - Levantamento de Dados Ambientais do Quilombo Mangueiras, realizado no âmbito do PTS em parceria com as moradoras e a Diretoria de Gestão Ambiental (DGEA)



Fonte: Acervo PTS, 2023.

Os territórios atendidos pelo PTS são locais de resistências históricas decorrentes das desigualdades e violências presentes nos diferentes marcadores sociais de raça, gênero e classe. As pessoas que vivem nas ocupações urbanas e no quilombo urbano se encontram em constantes lutas sociais e politicamente mobilizadas para a garantia do acesso e da manutenção dos direitos à terra, à cidade, à moradia, à alimentação saudável, entre outros.

Imagem 24 - Oficina de Agrofloresta na Ocupação Esperança.



Fonte: Acervo PTS, 2021.

O PTS tem atuado para fortalecimento dos direitos dos territórios por meio de metodologias e mobilização para participação social e através diversas atividades, como, por exemplo: a entrega de ferramentas, materiais de apoio para produção e insumos para horta⁵⁶ (esterco, mudas etc.); cursos de formação teórica-prática, oficinas, mutirões, construção de tecnologias alternativas, como fossa biodigestora, e técnicas de controle biológico⁵⁷; construção de estruturas de apoio para armazenamento dos alimentos produzidos e de ferramentas e materiais, realização de atividades de beneficiamento de alimentos e organização da comercialização; montagem da irrigação e cercamento das hortas; cadastro de cozinhas solidárias e doações de alimentos em parceria com o Banco de Alimentos da PBH; relatórios com dados sociais, ambientais e de infraestrutura; elaboração de planos de ações para intervenção com as práticas agroecológicas⁵⁸ e planos de comercialização; oferta de cursos de qualificação profissional em gastronomia a partir da parceria com o CRESAN; oficinas de educação alimentar e nutricional; curso de mestre composteiro em parceria com o CEFET, SLU, IFMG Santa Luzia e AUÊ! UFMG; diálogos com as escolas municipais e centros culturais próximas aos territórios para construção de ações conjuntas e complementares; Circuito de SAN

⁵⁶ Além das ações da OSC parceira REDE, a entrega de insumos é feita através do formulário “Solicitação de insumos e atendimentos para os sistemas agroecológicos atendidos pela SUSAN”. A Gerência de Fomento à Agroecologia, Agricultura Familiar e Agricultura Urbana (GEFAU) produz as mudas no Jardim Botânico da PBH e organiza as entregas por ordem de solicitação e por regional, dependendo do estoque e logística. Disponível em: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdmCTMWM7NaHTpVZesEjtNwnGiDB2ivL8x1578vDdp7iRCuSQ/viewform>. Acesso em: 01/02/2025.

⁵⁷ A Biofábrica de Joanelhas da PBH produz em massa insetos que fazem o controle biológico de pragas em áreas verdes. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/meio-ambiente/biofabrica>. Acesso em: 01/02/2025

⁵⁸ Cf. “Plano de Recuperação Ambiental: estratégias para a recuperação ambiental e proteção de áreas vazias nas ocupações da Izidora”. Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/politica-urbana/2022/PRO-IZIDORA_Plano%20de%20Recupera%C3%A7%C3%A3o%20Ambiental.pdf. Acesso em: 01/02/2025.

na Ocupação Vitória, Região da Izidora⁵⁹; mapeamento e atendimento de quintais produtivos; entre outras.

Imagem 25 - Mutirão na Horta Comunitária da Ocupação Esperança



Fonte: Acervo PTS, 2022.

Para além da cooperação, as ações e encontros do PTS com os territórios também são marcadas por conflitos. Como descrito brevemente nesta seção, as fricções (Tsing, 2004) do programa estabelecem encontros heterogêneos e desiguais entre humanos, não humanos, mais que humanos, territórios, ações e políticas públicas que possibilitam gerar novos arranjos ecológicos, sociopolíticos, culturais e econômicos. Em relação aos conflitos, ocorrem tanto no âmbito das hortas quanto na articulação intersetorial para execução do PTS, seja pela falha na comunicação ou por interesses distintos. Além disso, os principais desafios da atuação do programa são: ampliação da mobilização e participação da comunidade; respostas intersetoriais rápidas para as demandas dos territórios, bem como ações integradas e complementares; garantia da permanência do público beneficiário nas ações; e a atração das juventudes.

O próximo capítulo tem o intuito de aprofundar na descrição dos processos de aprendizagens na Vila Cemig/Alto das Antenas, já que foi o território que pude observar e acompanhar a chegada do PTS desde o início em 2021. Para tanto, serão apresentadas as aprendizagens, práticas e os sentidos que as mulheres da Horta Alto das Antenas dão à agroecologia e como suas vidas e os territórios são transformados.

⁵⁹ O Circuito de SAN é composto por ações e serviços ofertados pela Prefeitura e rede parceira, visando a troca de informações, saberes e experiências sobre alimentação e nutrição, e a promoção da saúde. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/mg1/video/acao-social-na-comunidade-izidora-em-bh-incentiva-o-cultivo-de-horta-em-casa-10826373.ghtml>. Acesso em: 01/02/2025.



CAPÍTULO 3

“A horta não é só a horta,
aqui é um lugar de
convivência”:
aprendizagens da
Horta Alto das Antenas

Imagem 26 - Registro do cotidiano da Horta Alto das Antenas, espaço de produção (trabalho para geração de renda) e reprodução (trabalho de cuidado).
Fonte: Acervo Pessoal, 2024.

3. “A HORTA NÃO É SÓ A HORTA, AQUI É UM LUGAR DE CONVIVÊNCIA”: APRENDIZAGENS DA HORTA ALTO DAS ANTENAS

Como as mulheres que fazem parte da Horta Alto das Antenas aprendem as práticas da agroecologia e formam-se como agricultoras urbanas e promotoras da agroecologia? Como essas mulheres se transformam e também transformam o contexto socioambiental e educativo do território?

Neste capítulo, serão descritas as tramas de aprendizagens ocorridas no âmbito da Horta Alto das Antenas, um espaço construído por mulheres, em parceria com o Programa Territórios Sustentáveis (PTS) da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). Como contei nas seções anteriores, os fios que me conectam ao território do Alto das Antenas são oriundos das redes de agroecologia de Belo Horizonte, que desde os anos 2000, realizam diversas ações públicas na Região Metropolitana de Belo Horizonte e que, dentre outras diversas experiências, repercutiram na criação do PTS.

As interlocutoras da pesquisa são as mulheres agricultoras urbanas da Vila Alto das Antenas e o tecido social estabelecido entre as redes do território. Além dos órgãos da Prefeitura de Belo Horizonte, existem algumas organizações da sociedade civil atuam nesse território e apoiam sociotecnicamente o grupo de mulheres, são elas: a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas - REDE (Organização da Sociedade Civil parceira da PBH na execução do PTS), a Associação Horizontes Agroecológicos e de diversos grupos acadêmicos de extensão, pesquisa e ensino como o AUÊ! - Estudos em Agricultura Urbana da UFMG.

É importante mencionar que as interlocutoras desta pesquisa são mulheres cujas trajetórias, vivências e experiências transcendem os limites de observação no trabalho de campo. Em sua maioria, são mulheres negras, trabalhadoras, muitas delas mães e/ou avós, algumas reconhecidas como lideranças comunitárias em seus territórios. Ao longo da etnografia realizada na Horta Comunitária Vila das Antenas, foi possível estabelecer interlocução com um número significativo dessas mulheres e também alguns homens, que integraram a comunidade de prática ali constituída. Entre 2021 a 2024, o fluxo de participantes da experiência foi dinâmico, já que as pessoas entraram e saíram do grupo da horta por diversas questões pessoais e relacionais. Nesse cenário, apenas quatro mulheres autorizaram formalmente (Termos de Consentimento Livre e Esclarecido e de Autorização de Uso de Imagem) a identificação no âmbito desta investigação e a citação de suas falas, são elas: Antônia, Claudineia, Cida e Simone. No entanto, esta tese não se propõe a reconstruir ou analisar suas biografias em sentido amplo, mas a focalizar um recorte específico de tempo e espaço, delineado pelas experiências

compartilhadas no contexto da horta comunitária e na relação com as políticas públicas e as redes de agroecologia de Belo Horizonte.

A opção por não aprofundar nas biografias das interlocutoras não implica em desconsiderar a complexidade de suas trajetórias e identidades. Pelo contrário, reconhece-se que suas vidas extrapolam em muito a experiência como beneficiárias de uma política pública ou agricultoras na horta comunitária, sendo atravessadas por múltiplas dimensões (afetivas, políticas, espirituais, socioeconômicas e culturais) que as compõem como sujeitas históricas e sociais singulares. A pesquisa, neste sentido, parte de uma perspectiva ética e epistemológica que rejeita a objetificação das pessoas, valorizando-as como sujeitas de saber, com vozes próprias, experiências situadas e agências diversas. Assim, ao circunscrever a análise a um determinado recorte temporal e espacial, não pretendo reduzir a totalidade das vidas dessas mulheres, mas evidenciar como, naquele contexto específico, emergem práticas, sentidos e aprendizagens que contribuem para a compreensão das dinâmicas comunitárias e dos processos de construção coletiva do conhecimento agroecológico no contexto urbano.

A entrada no campo inicia a partir de 2021. É importante reforçar que estive na coordenação do Programa Território Sustentável (PTS) de março de 2021 a abril de 2024, permitindo uma análise privilegiada sobre as ações do programa e uma relação direta com o método etnográfico em intervenção socioambiental. Os relatórios com dados sociais, ambientais e de infraestrutura produzidos pelas OSCs REDE e Práxis e pelos órgãos da PBH também contribuíram para a leitura e reconhecimento territorial.

Além disso, minha observação etnográfica se transformou ao longo do tempo: inicialmente, como pesquisador e gestor do programa, e posteriormente, apenas como pesquisador. Essa mudança de posição no campo de pesquisa permitiu uma análise aprofundada dos desafios e possibilidades na construção do conhecimento e da prática da agroecologia urbana, tanto em nível institucional quanto no âmbito territorial e comunitário. É importante ressaltar também que, a partir do momento que eu comecei a ir ao campo somente como pesquisador, minha relação e troca com as mulheres também sofreram algumas alterações em direção a outras alianças possíveis. Agora não era o gestor e representante da prefeitura, em uma relação de poder vertical, era também aliado em uma perspectiva horizontal e foi possível acessar outros discursos, outras práticas, outros tempos, outros arranjos de cooperação.

Além disso, faço parte do grupo de WhatsApp da Horta Alto das Antenas, interagindo com os diálogos e trocas de informações estabelecidas pelos espaços que a internet proporciona na combinação das esferas on-line e off-line (netnografia). Também foi realizado o “Rio do Tempo, uma metodologia do movimento agroecológico para visualização e reconstrução

coletiva das memórias de uma experiência (Biazoti, Almeida e Tavares, 2017). A metodologia é resultado de uma reinvenção da dinâmica Linha do Tempo a partir da dinâmica do Círculo de Cultura (Freire, 1967), evidenciando que “a história, as lembranças, a vida corre mais como um rio do que como uma linha e que uma boa metáfora e história, próxima e com sentido à vida e todas e todos, nos ensina mais” (Biazoti, Almeida e Tavares, 2017). As perguntas orientadoras da montagem do Rio do Tempo da Horta Alto das Antenas foram: como as mulheres começaram a fazer parte da horta? Quais são os cursos, oficinas, espaços em que elas participaram? E o que a horta transformou na vida delas?

A análise do Rio do Tempo da Horta, construído e validado pelas mulheres da horta, possibilita compreender e reconhecer como as ações das redes de agroecologia estimulam e ampliam a construção de novos processos metodológicos de participação e de inovações democráticas nos territórios. Essas questões foram fundamentais para estabelecer a categoria de análise a partir das observações do campo.

Portanto, para compreender como se situam os processos de aprendizagens agroecológicas no âmbito da Horta Alto das Antenas por meio das ações do PTS da PBH, e tendo como base as reflexões etnográficas sobre aprendizagem situadas, algumas questões foram fundamentais para o meu campo de pesquisa, são elas: Como as mulheres entraram nessa comunidade de prática? Como elas estão praticando a agroecologia? Como e se elas se transformaram? O que é mais importante para elas na prática que realizam? Quais são as questões e os diálogos importantes para elas? Com quem e como elas se relacionam?

As respostas para essas perguntas serão a partir do lugar de fala das mulheres envolvidas nas ações de agroecologia do PTS com a perspectiva dos saberes localizados, evidenciando as questões territoriais e socioambientais e a “fala do lugar”, ou seja, o protagonismo dessas mulheres na defesa do seu território e dos seus próprios projetos de (des)envolvimentos.

3.1. O solo: chegada e reconhecimento do território

Imagem 27 - Vista panorâmica da Vila Cemig/Alto das Antenas



Fonte: Acervo PBH, 2021.

A Vila Cemig/Alto das Antenas⁶⁰ está localizada na Regional Barreiro, em Belo Horizonte, sendo vizinha dos bairros Flávio Marques Lisboa e Conjunto Esperança. Conforme o site Favela é Isso Aí, a origem da comunidade é a ocupação de uma grande área que pertencia à antiga Fazenda Bonsucesso, que atualmente é de propriedade do Estado de Minas Gerais. No local havia várias nascentes de água, utilizadas como atrativos de recreação da população no geral.

Segundo a Companhia Urbanizadora, em 1959, José Rita e José Nogueira, atualmente falecidos, se instalaram com suas famílias onde hoje é a Rua Ema. Dona Heliadora dos Santos, viúva do Sr. Juvercino Romano dos Santos, também foi uma das primeiras moradoras da vila, chegando por volta de 1962, onde construiu a residência em que ainda mora, na Rua Clara (Favela É isso Aí)⁶¹.

⁶⁰ Salva as diferenças limítrofes e históricas, a Vila Cemig e Alto das Antenas estão coladas umas nas outras e a horta está localizada entre as duas vilas. Assim, o reconhecimento territorial será analisado em conjunto e por isso as vilas serão apresentadas conjuntamente. É importante ressaltar que os equipamentos e unidades públicas estão majoritariamente na Vila Cemig, porém, grande parte das integrantes da horta moram na Vila Alto das Antenas. Os fluxos e deslocamentos entre as vilas são constantes pelas pessoas que moram no local, principalmente para realizarem as atividades cotidianas e acessarem as políticas públicas.

⁶¹ Cf. <https://www.favelaeissoai.com.br/comunidades/vila-cemig/>. Acesso em 02/02/2025.

A Vila Cemig foi incluída, na década de 1980, no Programa de Desenvolvimento das Comunidades, do Governo do Estado, sendo conquistada, nessa época, a instalação de redes de esgoto e água e da urbanização de ruas, que contou com a participação dos moradores em mutirão. Na mesma época, foi construída uma sede para a Associação Comunitária.

O território já havia sido contemplado com o Programa Vila Viva⁶², realizando a remoção de 494 famílias em áreas de risco, que foram reassentadas em locais seguros. Posteriormente, os serviços do Programa Território Sustentáveis (PTS) foram acionados pelos setores da PBH para garantir o uso e ocupação do solo de maneira sustentável. De maneira confluyente, na mesma época chegou a demanda de construção da horta a partir da Pastoral da Criança, com o objetivo de criar um espaço coletivo para produção de alimentos saudáveis e garantia da segurança alimentar das famílias.

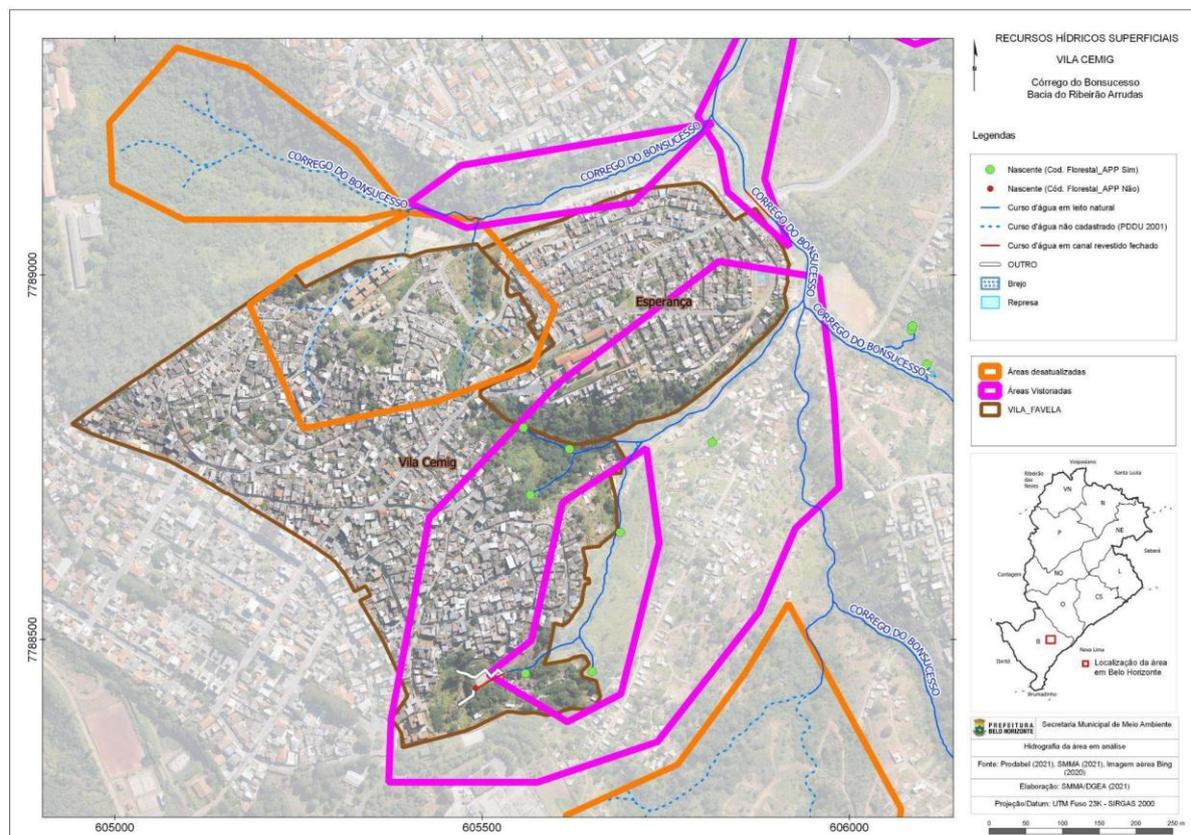
Em 2021, ocorreu a definição do novo território do PTS a partir da avaliação dos atributos ambientais de áreas como potencial para comporem atividades do PTS⁶³. Na vistoria realizada no dia 03 de setembro de 2021, em conjunto com a equipe da SUSAN, Secretaria de Meio Ambiente e Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel), foram avaliadas duas áreas localizadas na Vila Cemig/Alto das Antenas com potencial para implementações de ações de requalificação ambiental.

O primeiro local, localizado próximo ao Beco Mangueiras, tratava-se de uma área de relevância ambiental com várias Área de Preservação Permanente (APP) associada às nascentes e ao curso d'água denominado Córrego Bom Sucesso. Embora boa parte do corpo hídrico estava bem preservado, existia outra parte com alto nível de degradação, caracterizado pela ausência de vegetação, solo exposto ou com vegetação espontânea. Já na segunda área, próxima à rua Carangola, verificou-se a existência de nascente e curso d'água. O local se encontra parcialmente vegetado, inclusive com o plantio recente de mudas de árvores, mas também apresenta área com vegetação rasteira de gramínea. A nascente identificada parecia estar afetada pelo período seco e pela baixa cobertura vegetal.

⁶² O Programa Vila Viva Vila Cemig e Alto das Antenas contou com cerca de R\$ 74,7 milhões provenientes do Programa Pró-Moradia, do governo federal e da PBH. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/obras-das-vilas-cemig-e-alto-das-antenas-entram-na-reta-final>. Acesso em: 14/09/2024.

⁶³ Critérios de seleção dos territórios para o PTS são: Territórios com alto grau de vulnerabilidade social; com base em critérios sociais (nº de famílias, inscritos no Cad Único, ausência de ações do poder público, etc); Prioritariamente assentamentos ou ocupações existentes, não regularizados, parcialmente regularizados ou em processo de regularização; Mobilização social existente interna ou com contribuição externa; Atuação de instituições parceiras, movimentos sociais e outras instituições relacionadas à agroecologia e mobilização social; Prática em agricultura, de preferência com interesse em agroecologia; Territórios com áreas ambientais com potencial de recuperação; Possuir espaços identificados para ações que serão implantadas, em especial espaço para horta comunitária e quintais produtivos.

Imagem 28 - Mapa dos dados ambientais da Vila Cemig/Alto das Antenas, produzido pela DGEA/PBH



Fonte: Acervo PTS, 2021.

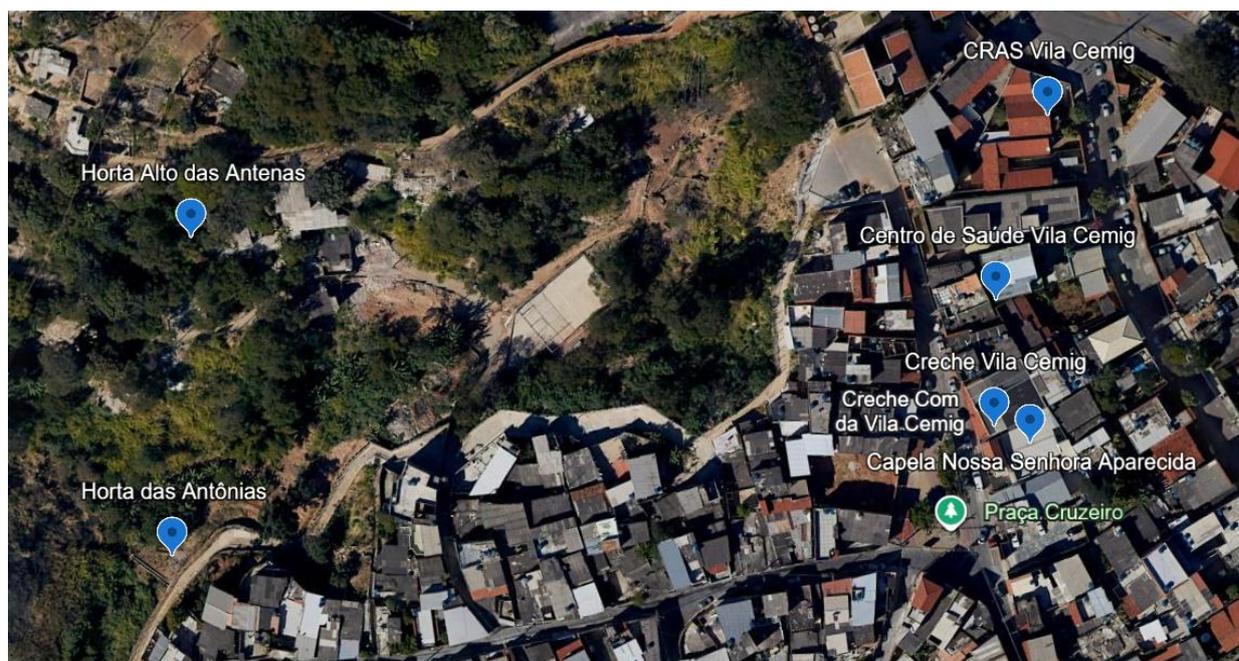
Assim, diante das características das áreas vistoriadas, entendeu-se que o território tinha um alto potencial para promoção de serviços ecossistêmicos, em especial para a conservação de águas, produção de alimentos e redução de impactos de ondas de calor. A escolha da região da Vila Cemig/Alto das Antenas para receber as ações do PTS tinha o potencial de reduzir a degradação observada nos locais vistoriados, além promover o envolvimento da comunidade do entorno, seja em processos de educação socioambiental, seja na implementação de unidades produtivas coletivas e comunitárias, agroflorestas, entre outros projetos. Por serem os locais de preservação permanente, entendeu-se que as ações deveriam buscar o máximo de revegetação e recomposição ambiental, associando processos agroecológicos com a promoção da biodiversidade e também de geração de renda para as famílias locais.

Além da dimensão técnica de leitura ambiental, o território possui uma integração com as redes de equipamentos (Centro de Referência em Assistência Social - CRAS⁶⁴, Centro de

⁶⁴ No CRAS está instalada uma pequena horta comunitária. Muitas pessoas cultivam hortaliças, verduras e medicinais em seus quintais em pequena escala.

Saúde, Creches, Escolas Públicas, Unidade de Prevenção a Criminalidade, Programa Mediação de Conflitos, entre outros), lideranças comunitárias, grupos comunitários e organizações sociais da Vila Cemig/Alto das Antenas e do Conjunto Esperança. Ou seja, o território já era afetado por uma ação coordenada de políticas públicas com mobilização e participação social.

Imagem 29 - Mapeamento das redes de equipamentos públicos e espaços coletivos e comunitários



Fonte: Acervo PTS, 2025.

A realidade da Vila Cemig/Alto das Antenas é bem parecida com a maioria das periferias e ocupações urbanas do Brasil: conflitos e problemas multidimensionais como a degradação e poluição ambiental associadas à falta de acesso aos direitos sociais - saúde, saneamento básico, educação, moradia, alimentação saudável, renda mínima, entre outros. Lembro que a primeira visita ao território foi bastante marcante, principalmente pela quantidade de áreas com lixos, esgoto a céu aberto e falta de água. Além disso, a presença dos fios e das antenas no território sempre me marcaram, desde o começo do campo. Mas aos poucos fui entendendo outros fios presentes nas relações dentro do território e fui puxando até chegar nas mulheres da horta e em suas conexões e lutas para defesa do território.

3.2. As sementes: as mulheres da Vila Alto das Antenas

Imagem 30 - Antônia, Claudineia, Cida e Simone, agricultoras urbanas da Horta Alto das Antenas



Fonte: Acervo Pessoal, 2024.

O grupo de mulheres interessadas e inscritas na Política Municipal de Agricultura Urbana da PBH foram mobilizadas pela Simone, integrante há 18 anos da Pastoral da Criança, que viu na horta comunitária uma oportunidade de enriquecer a alimentação das famílias em situação de insegurança alimentar e vulnerabilidade social da região do Alto das Antenas, buscando a segurança alimentar por meio da produção de alimentos saudáveis.

Nós pesquisamos esse negócio da horta comunitária, aí ele falou na prefeitura que tem. Corri atrás da Claudineia e falei, Claudineia, vamos tentar montar uma horta lá no Alto das Antenas com as mães da pastoral (...) Aí, eu comecei a ir nas casas, eu e a Claudineia, com um papelzinho das mães da pastoral, né Claudineia? Pegando os nomes de mães, e o CPF, que a prefeitura exigia. Aí a gente explicou que a horta ia ser aqui. Então conseguimos 25 cadastros. Só que pegamos 15 (...) Aí eu chamei a Josi para ser referência à horta. Aí ela foi comigo no CRAS, nós fomos no posto de saúde, e fomos na paróquia Cristo Redentor, tudo para pegar uma declaração que a prefeitura exige, que a gente procurasse uma referência de pessoas para nos ajudar, parceiros. (Simone, 2024).

No total foram mobilizadas 19 mulheres pela Pastoral da Criança. Muitas já eram mães e/ou avós, tinham por volta de 40 anos e estavam desempregadas. No início, essas mulheres possuíam uma ideia muito abstrata do trabalho da horta e não conseguiam definir exatamente

que tipo de produção e colheita querem adotar, mas revelaram ter o ideal de construir um posto de troca onde iriam receber materiais recicláveis em troca da produção sobressalente da horta. Elas acreditam que a troca de materiais recicláveis pela produção sobressalente, seja uma ótima forma de “comércio” sustentável dentro da realidade do território.

Antes de iniciar a horta, as mulheres participaram de intercâmbio em outras hortas comunitárias da região do Barreiro, fortalecendo o desejo de construção da horta na Vila Alto das Antenas:

Aí, houve uma inscrição pela igreja, que ia fazer uma vistoria nas hortas comunitárias. E eu já estava com isso antenado para fazer esse cadastro aqui. Gente, eu tenho que conhecer essa horta comunitária. Aí, a primeira horta foi do Vila Pinho, que é o pessoal que tem as hortas lindas. Aí, eu virei para elas e falei: “um dia, eu vou ter uma horta. Vou ter uma horta lá em cima com as minhas mães da pastoral da criança (...). Eu vim representar a pastoral da criança aqui. Aí elas falaram, “não, se Deus quiser, você vai conseguir”. E aí, o que despertou aí, veio mesmo o interesse, veio o encaixe. E na horta que eu vi lá, até hoje eu tô com ela na minha mente, que ainda não chegou no meu patamar da horta, que eu vi a necessidade da horta. Só que o que nós fizemos já tá de bom tamanho. Cadastramos, já tá com espaço, a prefeitura já deu para nós tudo. Agora o que nós temos é trabalhar com erguer a cabeça e trabalhar com a simplicidade. Quando começa a sair da minha mão a simplicidade, eu já começo a me sentir mal. Eu quero colher quem precisa mesmo. E tem gente aí fora que tá precisando, que trabalha bem, que ajuda, tem postura, mas nós ainda não conseguimos achar (Simone, 2024).

As principais expectativas com a entrada do programa na comunidade: era a visibilidade para o território; respaldo para a Vila Alto das Antenas; criação de um espaço para terapia ocupacional com a horta comunitária, possibilidade de enriquecer a variedade alimentar. Os alimentos que elas queriam produzir eram hortaliças, legumes, frutas e ervas medicinais.

Ressalta-se a expressão das memórias bioculturais (Toledo e Barrera-Bassols, 2015) das mulheres que participam da horta. Durante a realização do Rio do Tempo da Horta, foi possível identificar práticas e experiências evidenciadas nas memórias das vivências na roça do contexto rural em que viviam antes de mudarem para Belo Horizonte. Essas memórias guardam lembranças nostálgicas de alegrias e também sofrimentos, como a fome.

Lá no prédio eu planto, mas o pessoal não gosta. Eles cortam tudo (...) Eu era lá do interior e a gente mexia muito com planta. Perto de Montes Claros, Itacambira. Milho, feijão, plantava de tudo. Nós vivíamos da colheita. Mandioca (...) Aí eu mudei para cá com 17 anos, porque lá não tinha recurso de trabalhar. Você trabalhava, não tinha um chinelo. Se plantava, você comia. Se não plantava, você não comia não. Nossa, lá era ruim. Muito pobre. Passava muita fome. Comia abóbora com farinha. Cabaça com farinha. Nossa, passava muita fome. Nossa, Deus. Passava fome demais. Aí já vim para cá e trabalhei na casa de família. Fiquei lá 16 anos. E depois eu arrumei um barraco aqui perto da vila. Comprei, passei para cá. E depois eu fui indenizada pela prefeitura e tal (Cida, 2024).

No entanto, de modo geral, as memórias trazem práticas de coletividade e manejo de plantas, animais, paisagens e ciclos naturais do ambiente onde elas viveram:

Eu também fui criado na roça. Nasci na roça. Cresci na roça. Eu nasci lá no Espírito Santo, para lá de Mantena. No nosso interior lá, meu pai tinha um terreninho pequeno, na verdade, mas nós plantamos de tudo: era milho, feijão, tinha café, tinha arroz, tinha de tudo no terreninho dele. Então assim, cada um ou tinha pedacinho de terreno ou então trabalhava a meia, que a gente planta no terreno do outro. Na hora que faz a colheita divide no meio, né? E nós plantava só para nós, porque o nosso terreno era pequeno, mas plantava só para nós. Dava para gente se virar o ano todo (...). Tudo tinha a época certinho e tudo dava tudo certinho, naquela época que foi planejado. E hoje a chuva que atrasa. Você põe um mês e chove muito. Outro mês já não chove nada. Passa quase o ano todo sem chuva. Então sim, descontrolou muito. O meio ambiente, a natureza. Mas o que faz isso? É o homem que está destruindo tudo. Por isso que estamos voltando muito para as coisas naturais, porque o homem estragou muita coisa e hoje estamos tentando voltar. Mas vai ser um pouco difícil voltar igual antigamente (Antônia, 2024).

E o rio era para nós lavar roupa. Aí, ia aquele tanto de mulher com a bacia na cabeça. O rio, a nossa casa aqui e o rio era ali. Cada uma ficava no seu poço lavando a roupa. Nossa, eu tenho um prazer de lembrar disso. São coisas que eu vi, que eu trabalhei muito no social. Até a vivência tá no social. Os banhos da gente, uma água colocava por outra, um irmão saía da água, o outro entrava. E assim era a coletividade. Então eu lembro muito disso. Por isso que para mim isso aqui é uma natureza. Não tem nada que me tira. A minha casa tá ficando uma floresta (Simone, 2024).

As memórias também expõem a percepção sobre a emergência climática em conexão com os problemas socioambientais do contexto urbano e os padrões de consumo alimentar atuais:

Na roça não tinha lixo. Se você comia uma banana, você jogava ali no cantinho. Você nem via. Você chupava uma laranja, você jogava ali (...) A gente quase não bebia refrigerante. Nada de plástico. Não tinha refrigerante, não tinha o leite em caixinha. Tudo era leite natural. Na roça você não via lixo, não tinha lixo (...). No nosso interior não tinha esse negócio de ir regando a planta. Era a natureza mesmo. Porque tinha a época de plantar, tinha a época de colher e Deus mandava tudo naquela época, certinho. No mês de outubro vai chover, então você já preparava a terra e Deus mandava naquela época, certinho. E agora não, o tempo, a natureza está toda descontrolada (Antônia, 2024).

Essa seção tem o sentido de refletir sobre a importância do reconhecimento territorial, principalmente em relação ao conhecimento local das pessoas que vivem e constroem os territórios. As memórias bioculturais das mulheres, além de trazerem elementos das relações entre cultura e natureza, também apresentam conhecimentos de técnicas e manejo agrícola. Assim, o "saber de experiência feito" (Freire, 2004), ou seja, conhecimento adquirido na prática, por meio da vivência e da interação dessas mulheres com o contexto rural e suas experiências fortalecem a construção de novos saberes no âmbito urbano e os processos de aprendizagens em agroecologia iniciados com a chegada das ações do PTS no território.

3.3. Os adubos: parcerias e redes de agroecologia

Imagem 31 - Mulheres da Horta Alto das Antenas na 2ª edição do Curso de Promotoras da Agroecologia



Fonte: Acervo PTS, 2023.

O território da Vila Cemig/Alto das Antenas, conforme descrito anteriormente, já apresenta uma rede integrada de equipamentos, unidades e serviços públicos como o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), Centro de Saúde, Creches, Escolas Públicas, Unidade de Prevenção a Criminalidade, Programa Mediação de Conflitos, Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel), entre outros. Essa rede de equipamentos já se reunia mensalmente em diálogo com as lideranças, grupos comunitários e organizações sociais. Assim, algumas mulheres já acessavam essas políticas públicas⁶⁵ e outras já atuavam em articulação com a Pastoral das Crianças, realizando trabalhos de fortalecimento comunitário, atendimentos à famílias e combate à fome.

A primeira vistoria realizada no âmbito do PTS foi em 2021. No entanto, o terreno onde a horta seria implantada estava inserido no perímetro da Fazenda Bonsucesso, de propriedade do Estado de Minas Gerais. Assim, para que a PBH desse início às ações de implantação da

⁶⁵ Segundo o Censo, até 2010 existiam cerca de 4.844 famílias no local atendidas por programas sociais abrangendo em torno de 16.300 pessoas. Cerca de 52% da população residente são mulheres autodeclaradas pardas, com idade entre 30 e 59 anos e renda média de 1 a 2 salários-mínimos ao mês.

unidade produtiva coletiva e comunitária/horta comunitária, eram imprescindíveis o conhecimento prévio e a anuência expressa do Estado de Minas Gerais por meio de Termo de Cessão de Uso. Ao mesmo tempo, o termo de colaboração com a OSC REDE, parceria do PTS, já havia sido assinado, porém, devido a tramitação burocrática e o período eleitoral, o recurso só foi ser repassado em 2023.

Nesse intervalo de tempo de quase 2 anos - entre o tempo da burocracia e a vida nos territórios - as ações para implantação da horta foram realizadas em parceria com diversas organizações da sociedade civil e outros serviços de políticas públicas já existentes.

Em junho de 2022, foi realizada uma oficina sobre Planejamento da Horta Comunitária na Vila Cemig/Alto das Antenas em parceria com a URBEL, Práxis e AUÊ! UFMG. Nessa oficina, foram discutidos temas como: o conceito e as dimensões da agroecologia; os possíveis cultivos para a horta comunitária; as diferenças entre o plantio coletivo e individual e as colheitas; os sistemas de trocas e comercialização; compostagem de resíduos orgânicos; as dimensões terapêuticas da horta; e as estratégias de comunicação.

Nessa oficina, durante o círculo de cultura, as mulheres decidiram que tinham interesse em um formato de produção coletiva, com a colheita sendo direcionada para as famílias envolvidas e o sobressalente ser doado para famílias em situação de vulnerabilidade social da região. No entanto, já visualizavam algumas dificuldades na formação do grupo da horta, principalmente no comprometimento e na divisão de tarefas. Além disso, apesar do desejo de expandirem o convite a toda a população do território para participar de oficinas de educação ambiental, elas não acreditam que a presença de novas integrantes seria alta.

No dia 25 de agosto de 2022, na Rua Gavião nº 70⁶⁶, iniciou a implantação da Horta Alto das Antenas pela comunidade em parceria com a REDE⁶⁷ através de mutirões de limpeza, poda e plantio com a participação das moradoras locais, da assessoria técnica da REDE e da PBH e integrantes do CRAS.

No primeiro mutirão que teve, que o CRAS veio, veio a horta do CRAS. Aí eu chamei a Cida. Aí que a Cida veio (Claudineia, 2025).

Nesse período, as mulheres que iniciaram o processo de construção e atuaram no espaço eram Claudineia, Josiane e Rhyanne e, posteriormente, Cida se juntou ao grupo. Aos poucos, iniciaram-se os plantios, irrigação, cultivo e colheitas aos moldes agroecológicos.

⁶⁶ Localização no Google Maps da Horta Alto das Antenas: <https://g.co/kgs/QsaZFiY>. Acesso em: 02/02/2025.

⁶⁷ Na época, os trabalhos da REDE eram desenvolvidos a partir do projeto “Água, Agroecologia e Comida”.

Posteriormente, ocorreu a implantação e o cadastramento da Unidade Produtiva Coletiva e Comunitária - “Horta Comunitária do Alto das Antenas” no âmbito da Gerência de Fomento à Agroecologia, Agricultura Familiar e Agricultura Urbana (GEFAU)⁶⁸, formalizando a horta no âmbito da PBH e viabilizando o acesso a insumos, ferramentas e materiais de apoio.

Em 2023, iniciaram as reuniões do Comitê Local na Vila Cemig/Alto das Antenas. Os comitês locais compõem a governança participativa do PTS, constituindo-se como encontros e espaços de diálogos com as moradoras do território para identificar as principais demandas locais que, posteriormente, são encaminhadas ao Grupo Gestor para buscar soluções no âmbito dos órgãos e serviços da PBH.

As primeiras reuniões do Comitê Local da Vila Cemig/Alto das Antenas contaram ampla participação da população e alguns representantes de serviços intersetoriais da PBH (CRAS, URBEL, SLU, entre outros). Nos encontros dos Comitês Locais também ocorrem oficinas e formações, como: compostagem a partir de minhocário doméstico; plantio em espaços alternativos para produção de ornamentais temperos e plantas alimentícias de pequeno porte; iscas de moscas, entre outras.

Utilizando a metodologia do Círculo de Cultura⁶⁹ (Freire, 1967), foram listadas as principais demandas, são elas: resolver o problema do descarte irregular e inadequado de lixo da comunidade nas áreas verdes e próximo a horta; ações de mobilização, conscientização e educação ambiental com a comunidade, principalmente as crianças; mapeamento, proteção e revitalização das nascentes⁷⁰; construção de banheiro na Horta Alto das Antenas; entre outras.

Em relação aos encaminhamentos, foram realizadas vistorias e intervenções dos órgãos da PBH a partir de: limpeza das áreas verdes para remoção do lixo e ações de controle de zoonoses; elaboração de planos conjuntos de campanhas de educação ambiental sobre resíduos, envolvendo as escolas e a comunidade; e elaboração de relatórios sobre os dados ambientais do local (recursos hídricos, fauna e flora).

Outras relações foram estabelecidas pelas mulheres durante a consolidação da horta, são ela: filiação a Associação Horizontes Agroecológicos (AHA)⁷¹; participação da Rede de

⁶⁸ Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/susan/fomento/sistemas-de-producao/coletivas-e-comunitarias>. Acesso em: 02/02/2025.

⁶⁹ As perguntas orientadoras eram: Quais e onde eram as demandas? Quais pessoas e organizações eram responsáveis pelo encaminhamento? Quando seria resolvido (prazo)?

⁷⁰ A Área de Preservação Permanente da Vila Cemig/Alto das Antenas possui duas nascentes. Seu Antônio, morador da comunidade e grande parceiro das mulheres da Horta Alto das Antenas, cultiva uma horta na área, contendo diversas espécies de frutíferas, legumes e hortaliças.

⁷¹ A Associação Horizontes Agroecológicos busca promover a agroecologia a partir da certificação de produtos orgânicos através do Sistema Participativo de Garantia (SPG) e fortalecer a rede de agricultores agroecológicos na

mulheres agricultoras da Região Barreiro de Belo Horizonte, mobilizada pelo AUÊ! UFMG, REDE e PBH; articulação com a Rede Jubileu Sul⁷²; parceria com o Instituto Macunaíma de Cultura – Escola de Cidadania; participação nas ações da OSC Arquitetura na Periferia⁷³; entre outras.

Todos esses fios de conexão e o tecido social forjado pelas redes e parcerias no território e em interação com a Horta Alto das Antenas, possibilitam construir estratégias de defesa do lugar (Escobar, 2005), ou seja, o envolvimento de diversas práticas com redes de atores e organizações sociais que são produtoras de identidades e conhecimentos baseados-no-lugar e, ao mesmo tempo, regionalizadas.

Região Metropolitana de Belo Horizonte, seu Colar Metropolitano e entorno. Disponível em: <https://www.horizontesagroecologicos.org.br/>. Acesso em: 02/02/2025.

⁷² Cf. <https://jubileusul.org.br/noticias/ocupacoes-de-belo-horizonte-recebem-visita-da-acao-mulheres-pela-reparacao-das-dividas-sociais/>. Acesso em: 02/02/2025

⁷³ Segue um relato sobre a participação na OSC Arquitetura na Periferia, que foi iniciada a partir das trocas com outra agricultora urbana da região: “Foi Alexandre que mandou. Porque o que eu pensava? Tudo precisava de um homem para fazer. Igual o portão ali mesmo, a gente teve que chamar o homem para fazer para a gente. Então eu falei, vou me capacitar que eu mesma pego e faço. Não depende de homem para fazer. Entendeu?” (Claudineia, 2024).

3.4. A germinação: mutirões, oficinas, cursos e intercâmbios

Imagem 32 - Mutirão na Horta Alto das Antenas para ampliação do espaço da horta



Fonte: Acervo PTS. 2023

Entre 2021 a 2024, as mulheres da Horta Alto das Antenas participaram de vários encontros territoriais, mutirões, oficinas, cursos e intercâmbios regionais e nacionais, configurando processos de aprendizagens agroecológicas na prática.

A imagem que inicia esta seção, registra um dos mutirões do Curso de Promotores da Agroecologia, que ocorreu na Horta Alto das Antenas em 2023. Com a temática de mutirão⁷⁴ e podas, estavam presentes no dia cursistas, técnicos, beneficiários do CRAS⁷⁵ e a equipe do PTS e da REDE. O encontro iniciou com uma roda de conversa sobre o espaço e protagonismo feminino na construção e manutenção da horta. Logo em seguida, foram apresentadas as técnicas de manejo adequadas ao local, utilização correta de ferramentas e as possibilidades de podas de supressão da vegetação exótica. A partir da demanda das mulheres da horta, o foco do mutirão foi realizar a limpeza de uma nova área para ampliação dos espaços produtivos.

⁷⁴ Durante o Curso de Promotores da Agroecologia, foram compartilhadas metodologias participativas para multiplicação da agroecologia nos territórios, informando as etapas de mobilização, organização, planejamento, execução e avaliação dos mutirões, por exemplo.

⁷⁵ A equipe do CRAS Vila Cemig realiza diversas atividades formativas, em parceria com as mulheres da Horta, sobre temáticas, como, por exemplo, comunicação não violenta, e com diversos grupos (terceira idade, juventudes, entre outros).

De acordo com Silva (2023), os mutirões agroecológicos são metodologias participativas que permitem o reconhecimento e o trabalho cooperativo entre agricultores e agricultoras a partir de um processo de aprendizagem na prática sobre técnicas usadas nas hortas, possibilitando a experimentação e o surgimento de inovações para solucionar problemas e desafios comuns:

Quando pessoas se reúnem com o propósito de trabalhar a terra e durante a execução deste propósito conversam, festejam, ensinam, aprendem e experimentam novas tecnologias, se dá a propagação e a própria construção da Agroecologia - prática, movimento e ciência. A este momento atribuímos aqui a identidade de Mutirão Agroecológico: não somente o fazer no campo, mas o aprender-fazendo a partir do diálogo, da confiança, da afetividade e do reconhecimento do trabalho agrícola como um processo pedagógico (Silva, 2023, p. 16).

Os aprendizados que ocorreram nos módulos e mutirões do Curso de Promotores da Agroecologia, também permitem repensar práticas anteriores, realizadas na época em que as mulheres moravam no contexto rural, principalmente sobre as técnicas convencionais difundidas pela Revolução Verde e pela agricultura industrial e dependente de insumos químicos e tóxicos:

O plantio lá é diferente daqui. Nós não sabíamos que tinha que jogar palha no pé da planta (...) A gente aqui joga para esperar secar e jogar para cima da planta. A gente não plantava dessa maneira e também lá nós mexíamos com café, que joga muito agrotóxico. O feijão e o milho também a gente põe aquele granulado neles lá na roça. E eu também não sabia. E aqui depois, desse aprendizado da compostagem, dos biofertilizantes, da forma da gente fazer as caldas totalmente diferente do que a gente já aprendeu. A gente está reaprendendo novamente a cuidar das plantas naturalmente (Claudineia, 2024).

Os mutirões agroecológicos fazem parte da Horta Alto das Antenas desde seu início, em 2022, a partir das ações da OSC REDE. Nesse período, as mulheres realizaram um conjunto de mutirões com apoio de uma técnica para preparo do solo, construção de canteiros, plantio, manejo da horta, entre outras atividades. “Ela nos ensinou, nos ensinava a plantar”, ressalta uma das agricultoras. Elas sempre recordam desses encontros no começo da horta, que foram centrais na formação técnica em agroecologia, principalmente a partir do assessoramento realizado por outra mulher, ressaltando a importância da representatividade e protagonismo feminino na construção do conhecimento agroecológico (Siliprandi, 2015) e presentes em todas as vivências dessa experiência.

As mulheres vieram sempre. Nós tivemos mais reunião do que a produção. Elas nos ensinaram a plantar. Os centímetros 7x2. Está tudo anotado. Nós não fizemos, porque nós estamos esperando as mudinhas. Então vamos parar de esperar mudinhas. E vamos plantar, que quando elas chegarem, já tem o que nós compramos (Simone, 2024).

Logo em seguida, ocorreram as "Oficinas de Farmácia Caseira", um conjunto de 6 encontros, conduzidos por uma educadora popular e que possibilitaram o acesso aos saberes tradicionais em saúde por meio das plantas medicinais, desde o reconhecimento dos princípios ativos fitoterápicos até o preparo caseiro de xaropes, pomadas e géis. Essas oficinas resultaram no primeiro empreendimento das mulheres, denominado "Farmacinha Popular Nossa Senhora Aparecida"⁷⁶, em homenagem à capela onde eram realizadas as formações.

É importante ressaltar também os encontros realizados fora do território e dos espaços que as mulheres frequentavam antes da horta, algumas, por exemplo, só participavam de ações de grupos religiosos. Com a chegada das redes de agroecologia, foi possível conectar com outros territórios e com grupos de mulheres de Belo Horizonte, que também perpassam todo o histórico de construção da horta, como descrito no relato a seguir:

Eu sou evangélica, e, assim, por causa que a gente segue só esse caminho, os encontros que eu ia era só os de igreja (...). Quando eu comecei aqui na horta, a Laura foi e me chamou para ir em um encontro lá nas Meninas da Quebrada. São as mulheres que se juntaram também. É quebrada porque elas são guerreiras, mulheres trabalhadoras, igual nós, mas deu o nome de quebradas. Lá em cima, na Serra. Foi o primeiro encontro que eu participei, que a Laura me chamou, e lá eu me senti tão bem que nós ficamos contando nossos problemas. Tipo assim, nós tivemos os momentos lá de fala, assim, o que é que você estava sentindo dentro de você, e eu estava passando uma fase ruim com o meu marido, sabe? Ah, é muita coisa. Só sei que, teve uma fala lá na hora sobre "o que é que você tem de falar" em uma palavra. Aí, nós colocamos uma palavra, e depois você tinha que explicar o porquê dessa palavra. Então, aquilo ali, para mim, foi muito bom, porque a gente não tem o costume de ficar conversando com o outro da sua vida, né? Principalmente com estranhos que você não conhece (...). (Claudineia, 2024)

Grande parte desses encontros são realizados com a metodologia do Círculo de Cultura (Freire, 1967), permitindo a troca de saberes e vivências a partir do compartilhamento de relatos pessoais. O diálogo e a participação ativa das pessoas na discussão de temas do seu cotidiano propiciam um processo de educação libertadora por meio da conscientização e do pensamento crítico, além de trazerem novas possibilidades de engajamento para transformação social, conforme o relato a seguir:

Teve uma senhora que o filho dela tinha sido preso na noite anterior, e ela estava desesperada, mas ela estava caladinha. Mas, na hora que abriu essa fala aí, de cada um pôr o que estava sentindo naquela hora, a mulher desgamou a chorar. E nós todos começamos a chorar. Porque ela falou que a polícia pegou o filho dela num beco lá, e sumiu com o filho dela. E ela já tinha procurado por tudo quanto é lado, não tinha

⁷⁶ O empreendimento de farmácia popular foi suspenso, tendo em vista a necessidade de estruturar a produção a partir de normas de boas práticas, estabelecidas por órgãos de controle da vigilância sanitária, e os representantes da Capela Nossa Senhora Aparecida também pediram para retirar o nome que fazia menção a eles, para não associar os produtos às ações da igreja. No entanto, as mulheres querem continuar com a iniciativa, após a adaptação do local por meio do manual de boas práticas de manipulação e produção para o controle sanitário.

achado o filho. Aí, veio uma das meninas lá que trabalha na Gabinetona, ela foi e ligou na hora. Daí, na hora que terminou nosso grupo, nossa reunião, já tinha achado o filho dela. E eu achei aquilo maravilhoso. Eu falei, tenho que levar isso para o meu território. Eu tenho que levar isso para o meu território, porque eu quero ser assim também. Eu quero ajudar as pessoas dessa forma, assim, que a pessoa precisou, só você ligar... Aí, aquilo ali, minha cabeça despertou para ajudar aqui a comunidade (Claudineia, 2024).

Nesse sentido, esses encontros com outros grupos de mulheres e comunidades periféricas em Belo Horizonte favorecem a formação de redes e o compartilhamento de estratégias de ação coletiva e engajamento social que inspiram a atuação das pessoas ao retornarem aos seus territórios.

Em 2023, ocorreu o “Ciclo de oficinas de agroecologia e construção social de mercados”, realizado pela PBH em parceria com a OSC REDE. Com o objetivo de dialogar e trocar experiências sobre os princípios e ferramentas de gestão participativa e de comercialização, as oficinas promoveram o encontro entre agricultoras e produtoras de comida agroecológica e artesanal, um processo rico de aprendizado para a construção social de mercados em Belo Horizonte e região.

Destacam-se no trajetória das mulheres da Horta Alto das Antenas o “Encontro Territorial de Mulheres Agricultoras da Região Barreiro de Belo Horizonte”⁷⁷ e os encontros promovidos pelo projeto “Mulheres em Roda: agroecologia, memória e saúde”⁷⁸, este último descrito no relato a seguir:

Nós fizemos curso de precificação e de manipulação de alimentos. Nós fizemos várias receitas lá também. Nós fizemos Cubu. É um bolinho de fubá. Ele se chama Cubu. A Dona Helena que deu. Fez licor de laranja. Nossa, ficou bom demais. De laranja da terra. Fez o doce de laranja da terra. Foi maravilhoso. No hotel fazenda, né? Tipo assim, esses haras assim. Nossa, foi muito bom. Todos, foi maravilhoso. (Claudineia, 2024).

As mulheres da Horta Alto das Antenas também mencionam bastante os “passeios com a agroecologia”, referindo-se aos intercâmbios regionais e nacionais de agroecologia, como a 8ª edição do Balaio de Saberes⁷⁹, evento que ocorreu no Campus da UFV/Florestal, em 2023,

⁷⁷ Ação realizada pelo grupo AUÊ! UFMG com a OSC REDE e a SUSAN/PBH, contando também com o apoio do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), Centro de Tecnologias Alternativas/Zona da Mata (CTA/ZM) e GT Mulheres da ABA. O relato dessa experiência está disponível em: <https://youtu.be/-nvj2rELp68?feature=shared>. Acesso em: 02/02/2025.

⁷⁸ Projeto realizado pela OSC REDE a partir do projeto Termo de Fomento no 929393/2022, celebrado com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Disponível em: https://redemg.org.br/wp-content/uploads/2024/11/Mulheres-em-Roda_Virtual_compressed.pdf. Acesso em: 15/02/2025.

⁷⁹ O registro do 8ª Balaio de Saberes está disponível em: <https://www.instagram.com/nacabmg/reel/C948nd-ubeM/>. Acesso em: 15/02/2025.

para promoção da agroecologia e do bem viver. Nesse intercâmbio, além dos diálogos e troca de saberes e práticas, as mulheres também participaram da feira, comercializando temperos e corantes preparados com alimentos da horta.

No âmbito nacional, em 2023, uma das integrantes da horta participou de encontros em Salvador e no Rio de Janeiro, respectivamente, sobre Economia Solidária e o XII Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA)⁸⁰. Esses encontros e intercâmbios nacionais ampliam as aprendizagens e as conexões com temáticas do campo da agroecologia.

Porque eu já ia para Salvador com a Cáritas (...) Nossa, nós ficamos lá uma semana de treinamento também da Economia Solidária. Só que a Economia Solidária daqui não funciona do jeito que é lá. Lá é assim, é um grupo de pessoas que se associam e aí, daquele fundo que fica no caixa. Aí vamos supor, a Antônia é costureira, aí ela tá precisando comprar uma máquina nova. Aí desse fundo, Antônia, é igual um condomínio. Aí você vai pegar esse dinheiro para comprar a máquina nova que você está precisando e repor o dinheiro no caixa. Quando você puder. Mas tem que ter uma data certinha. Então, eu fiquei maravilhada com isso, que eu tentei trazer esse projeto para cá também, mas o povo, falar de dinheiro pro povo, é difícil. Eu acho que tem que ter uma formação mesmo para a pessoa entender o que é Economia Solidária (Claudineia, 2024).

No XII CBA foi apresentado o vídeo “Horta Feminina, agroecológica e comunitária Alto das Antenas - Barreiro Belo Horizonte”⁸¹, trabalhos apresentados na modalidade relato de experiência popular, que registra um pouco da história da horta, contada pelas mulheres.

Já em 2024, uma das integrantes da horta representou as redes de agroecologia de Belo Horizonte no G20 Social, uma iniciativa do governo federal que ocorreu no Rio de Janeiro para aumentar a participação da sociedade civil nos processos decisórios do G20.

Mas foi muito produtivo. Essa questão do agrotóxico, né? Também que eles falaram muito lá sobre isso. Sobre... enfim, sobre várias coisas. Questão política lá que eu não gosto de entrar muito no tema não. Porque tem coisas que eu não entendo. Então, se você não sabe, você não tem porque falar disso. Aí foi um haitiano lá que está sofrendo guerra lá no país dele. Foi o pessoal daquela guerra da Palestina com Israel, que eu também não entendo. Então não toco nem assunto. E outras coisinhas mais assim, sabe? Mas o ponto forte meu, foi a agroecologia. Na minha parte lá onde eu estava, era a agroecologia e a política do cuidado. Eu fui aprendendo aqui, né? Que a gente não tinha essa noção (Claudineia, 2024).

Esses espaços e interações locais, regionais e nacionais presentes nas trajetórias das mulheres da horta podem ser interpretados a partir da noção de circuitos, ou seja, “uso do espaço e de equipamentos urbanos possibilitando, por conseguinte, o exercício da sociabilidade por

⁸⁰ Em 2023, as mulheres da Horta Alto das Antenas participaram também do 3º Seminário Internacional de Segurança Alimentar e Nutricional da PBH, em uma mesa sobre as experiências de agricultura urbana de BH..

⁸¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZCKDmwt9xc>. Acesso em: 01/02/2025.

meio de encontros, comunicação, manejo de códigos” (Magnani, 2002, p. 24). Todos esses momentos de aprendizado - mutirões, oficinas, cursos e intercâmbios - possibilitam a formação de redes e de novas conexões e conhecimentos sobre a terra, as águas, animais, plantas, pessoas, agricultura, economias e políticas. Nas palavras das agricultoras da Horta Alto das Antenas:

Se você foi, você tem que se entregar ali para aquilo que você foi. Então eu aprendi (...) Que eu adoro aprender (...) A gente já passou por muitas coisas boas. (Claudineia, 2024)

Aprendi, nossa, muita coisa. Uma coisa que você nunca imaginava (...). Fazer muda, cuidar de planta. Até das formigas, eu aprendi a cuidar dela sem matar ela. Você bate a mamona e coloca no buraco dela e ela vai lá embora. Ela vai para outro lugar. Eu aprendi a fazer o tempero. (Cida, 2024)

Então a gente tá buscando muita capacitação. Muita capacitação através desse AUE de vocês aí, AUE mesmo, né? Porque a gente só fica no AUE! Eu quero ver minha mão na obra aqui, ó. (Simone, 2024)

No entanto, a quantidade de encontros também sobrecarregou as mulheres, já que a horta ganhou visibilidade e vários grupos passaram a procurá-las, coincidindo diversas agendas, muitas vezes na mesma semana. Na próxima seção, serão descritas as questões cotidianas, os conflitos e as transformações dessa experiência.

3.5. Da emergência à floração: práticas cotidianas, desafios e possibilidades

Imagem 33 - Espaço da Horta Alto das Antenas com vista dos canteiros, a estrutura de apoio implantada com fogão a lenha e banheiro



Fonte: Acervo PTS, 2024.

A emergência é o início do crescimento de uma semente, enquanto a floração é o período em que as flores desabrocham. Neste capítulo, como apresentado nos títulos de suas seções, faço analogia ao crescimento das plantas para descrever a transformação das mulheres da Horta Alto das Antenas em promotoras da agroecologia. Como informado, nesta seção, irei apresentar essa transformação a partir do cotidiano, das relações e da produção do espaço da horta.

Durante o processo de implantação da unidade produtiva coletiva e comunitária no âmbito do Programa Territórios Sustentáveis da PBH, ocorreu a construção participativa do Estatuto e Regimento Interno da Horta Alto das Antenas em parceria com a OSC REDE e a assessoria executiva da empresa “Pé de Quê Agroecológicos”. O documento é composto por princípios, deveres, direitos, objetivos, funcionamento da produção, comercialização, valores e contribuições, proibições, funções administrativas e penalidades. Esse documento é muito importante para estruturar a gestão da horta e garantir acordos comuns entre as agricultoras e a atuação da PBH.

Estatuto coletivo, mas cada uma tem o seu direito de ter um, mas em coletivo (...) capinar, limpar o que estiver precisando. Aí nos outros dias você vem cuidar do seu. Mas segunda e quarta é o dia de todas, tem que vir para limpar o quintal, limpar a varanda, limpar aonde que precisa, tirar o entulho (Simone, 2024).

A produção na horta é feita de forma coletiva, entre as participantes, e inicialmente, os canteiros pertenciam a todo grupo de mulheres. As ferramentas, mudas, sementes e insumos utilizados nos cultivos vêm das doações feitas pela PBH e também da OSC REDE.

Plantar dois canteiros de couve, dois de cebolinha, dois de alface, dois de coentro, salsinha. E deixar um, reposição. Foi o que a Fernanda nos ensinou. Mas só que as mudas não chegaram (Simone, 2024).

Os mutirões de preparo dos canteiros e plantio ocorrem semanalmente e as colheitas nas terças-feiras, para consumo próprio, e nas quintas e sextas-feiras, para comercialização. As mulheres também se organizam nas tarefas ligadas aos manejos, colheitas, comunicação e divulgação, vendas e gestão financeira.

Nós ficávamos com o mais forte, né? É, de cortar, de coisar e tudo. Aí ela ficava, a Josi no marketing, a Rayane nas anotações (...). No marketing de divulgar a horta. É, de fazer os vídeos, de fazer e pôr no Instagram, de fazer, tirar foto. Ela já sabe fazer essas coisas, né? Ela usa muito bem o Canva, né? A Josi. E Rayanne também, muito excelente. A Rayane serve para isso. Ou, ela é hiper mega organizada. Tudo de anotação. (Claudineia, 2024)

Além da produção de hortaliças e plantas medicinais, as mulheres produzem temperos, sabão natural e adubos orgânicos. A comercialização é feita por entregas - cestas montadas em parcerias, como, por exemplo, a Horta da Alê, que está na Região do Barreiro -, participação em feiras e comercialização para a creche e os sacolões. Ocorrem vendas no local também, já que sempre que tem alguém comprando no local. As mulheres também buscam firmar parcerias com mercados e outras possibilidades de comercialização, como feiras, grupos de Comunidades que Sustentam a Agriculturas (CSA). Elas também utilizam a Caderneta Agroecológica⁸², uma ferramenta do campo da economia feminista, onde as agricultoras monitoram o que é consumido, doado, trocado e comercializado, permitindo mensurar o trabalho invisibilizado.

Que deu cinco mil reais. De gastos, de colheita, de produção, de doado (...). Acho que cinco ou seis meses. (Claudineia, 2024)

⁸² Caderneta Agroecológica está disponível em: <https://www.car.ba.gov.br/sites/default/files/2019-07/Caderneta%20Agroecolo%CC%81gica.pdf>. Acesso em: 01/02/2025,

Existem dois grupos de Whatsapp para comunicação interna, um somente com as integrantes da horta e outro com a PBH, OSC REDE e parceiros. Nesses grupos são trocadas informações para organização e gestão da horta, mas também são compartilhadas fotos, receitas e técnicas. Segue abaixo um registro de diálogo sobre compostagem do café recebido nas cestas básicas, que muitas vezes não são de boa qualidade:

Gente, esse café aí, ele é ruim pra gente tomar, mas tem outra utilidade com ele. Doa para nós que nós vamos fazer adubo para a horta, é só a gente colocar ele numa vasilha de água, tampar, deixar uns 7 dias... mas as plantas ficam tão bonitas. Você tem que ver, eu faço isso quando eu ganho um café assim, muito ruim, porque tem café também que não tem gosto de café, ele é amargo, ele é muito ruim. Eu já ganhei desses cafés assim, mas aí eu faço assim, eu ponho assim numa vasilha, nesses negócios de limpeza, de 5 litros, aí deixo a água tampadinha num cantinho, pode doar pra nós quem quiser, quem não quiser tomar, e pode doar pra nós, que eu vou falar com as meninas pra nós fazermos adubo, aí coloca nos pés das plantas, nossa, mas fica bonito demais, viu? (...) é um adubo muito bom, viu? A gente pega ele e coloca dentro da água, num vidro de água desses de 5 litros, e tampa ele e deixa no cantinho lá. Aí pega, coloca no pé de abóbora, nesses pés de planta. Nossa, é um adubo bom, você tem que ver como que as plantas ficam bonitas, viu? Eu faço isso aqui. Mas fica bom, só não pode tirar o pó e pôr na horta, tem que deixar ele curtir na água. A gente coloca nos pés de tomate, no pé de abóbora, nas plantinhas, mas fica bonito, viu? É um adubo orgânico. (Cida, 2024)

A horta também é um espaço de conflitos, muito presentes em comunidades de práticas e principalmente entre praticantes que chegaram primeiro e novos membros (Lave e Wenger, 2022). Entre 2022 e 2023, alguns conflitos geraram a saída de algumas participantes⁸³ devido a diferenças nos interesses em relação à dinâmica cotidiana da horta, as formas de plantar, os usos e direcionamento da produção, entre outras questões:

Elas aprenderam assim, tudo bem. Até arrancar a muda de planta que nós tínhamos plantado, foi arrancado para tomar replantado, do jeito que elas sabiam (...). Porque elas eram as de frente da horta, assim. Entre aspas. Então, como a gente chegou por último, a gente fica respeitando muito as ordens delas. (Antônia, 2024)

O canteiro ficou ali e perdeu as coisas. Se você não come, por que você plantou o que você não come? De tanta gente querendo comer. (Claudineia, 2024)

Esses conflitos internos e também com a própria comunidade, ocasionaram na mudança do estatuto, definindo canteiros individuais e não mais coletivos. Além disso, por conter a palavra “comunitária” no nome inicial da horta, alguns moradores entendiam que a produção deveria ser gratuita. Assim, o nome foi alterado, que inicialmente chamava “Horta Comunitária Alto das Antenas” e passou a se chamar “Horta Produtiva Alto das Antenas”.

⁸³ Em 2023, devido a divisão do grupo, foi criada a “Horta das Antônias”, em um local próximo a Área de Preservação Ambiental da Vila Cemig, onde já atuava o Seu Antônio. A experiência foi apoiada pela PBH e a OSC REDE, mas, principalmente, pela Rede Jubileu Sul. Depois da reconciliação entre as mulheres, algumas integrantes voltaram para a Horta Alto das Antenas.

Foi uma novidade para eles. E nessa novidade, eles acharam que era de graça. Então o impacto foi assim. Na hora que eles viram que a gente está trabalhando, que está tudo beleza, eles começaram a pedir, mandar as crianças. Minha mãe está pedindo, manda para ela. O valor é R\$3,00. Daí a família diz, eu pensei que era de graça. Aí o impacto ficou assim. Chega aqui para comprar na mão, não. Aí se a gente oferecer, eles compram (...). É que a gente incentiva eles a plantar em casa também. (Simone, 2024)

Ah, ainda tem uma participação da comunidade que veio, o Lorinho assentou o portão para nós. Aí a gente deu verdura a ele em troca. Nós precisamos da brita e da areia ali. Aí o pessoal deu a gente também. (Claudineia, 2024)

Outra questão, é a percepção da comunidade que a horta era somente para mulheres. Após esses conflitos, mudanças no estatuto e na dinâmica de organização da horta, mediada pela equipe do PTS e da OSC REDE, foi realizada uma reunião para mobilizar novos colaboradores e o grupo da horta passou a contar com um morador homem.

Eu gosto desse negócio de horta coletiva. Porque quando fala, né, assim, ah, então cada um tem seu canteiro, eu não acho tão, assim... individual. Eu gosto mais quando do coletivo mesmo (Claudineia, 2024).

Em relação às transformações do espaço, algumas tecnologias socioambientais foram implantadas no local pelo PTS e OSC REDE, como, por exemplo, sistema de tratamento de água das pias e tanque de evapotranspiração (TEVAP) para tratamento das águas provenientes de vasos sanitários. Também foi construída uma estrutura de apoio de 10x4, com fogão a lenha e banheiro, tendo como objetivo: armazenamento dos alimentos produzidos e de ferramentas agrícolas e materiais; realização de atividades de beneficiamento de alimentos; organização da comercialização; encontros e reuniões.

Essa casinha aqui para mim tá sendo meio maravilha, gente (...) Nós temos onde esconder do sol, da chuva, temos onde ir nosso banheirinho. Então, assim, na horta foi uma coisa muito boa o que aconteceu. Muito, muito bom. Muito bom, gente. (Antônia, 2024)

Aqui foi investido muito. Tanto tempo de vocês, seus trabalhos, trabalho deles, trabalho da Rede, trabalho da Amanda, da Crisângela, do Auê. Então, tipo assim, a gente tem que pegar isso e pôr para fora. Valorizar. Aqui, deve ter ficado mais de vinte mil essa casinha, de horas de trabalho, os materiais, enfim. Olha esse fogão maravilhoso, gente. (Claudineia, 2024)

Essas transformações no espaço da horta a partir de intervenções e infraestruturas de apoio, que as mulheres chamam de “casinha”, além de trazerem melhorias na qualidade do trabalho das mulheres, também permitem ampliar a sociabilidade e a própria comensalidade, gerando momento de preparo de alimentos coletivamente e compartilhamento de refeições:

A gente come mais aqui. A gente faz coisas gostosas nesse fogão aí. Então, é muita coisa boa. (Antônia, 2024)

Esse pedacinho aqui. Vou fazer aqui esse quartinho para nós fazermos nosso xarope (...). Se a gente tem a estrutura, conseguimos a estrutura, cresceu. Agora é desenvolver (...). E vamos continuar fazendo nosso trabalho. É assim que vai. O círculo, ele tem que circular. O tempo vai passar. Esse tempo vai passar e vão vir novos. Não vamos dizer que nós vamos ficar pro resto da vida. O círculo vai circular. Nós vamos ter que implantar os filhos da Cida. O bebezinho tem que ir. Talvez seja o futuro desse aqui. Não é nosso. Então, nós temos que fazer uma coisa que vai circular com qualidade. A casinha, vamos preservar. Se está precisando de consertar, vamos melhorar para as coisas fluírem. É isso que é o planejamento do social (Simone, 2024).

O “planejamento do social” se caracteriza em várias ideias e projeções que as mulheres elaboram e constroem para a horta, principalmente no envolvimento das crianças⁸⁴, juventudes e mais pessoas da comunidade, na mobilização e captação de recursos, no crescimento da produção da horta e na conexão com outras questões sociais e práticas socioambientais, como, por exemplo, a reciclagem e compostagem:

Fazer esse espaço aqui para empregar muita gente jovem. Porque nós não damos conta (...). Plantar sementes. Fazer essas mudas de jatobás, manga (...). Nós queremos fazer um tanto de coisa, só que tem pouca gente. (Cida, 2024)

Porque nós precisamos melhorar a irrigação, nós precisamos melhorar... Que agora tá chovendo, né? Mas nós tivemos aquela guerra da água aí. Em vários sentidos, né? Que tá seca demais (...). Nós estamos buscando um edital que daqui para frente, ali, nós vamos fazer tudo de cultura (...). Tentar fazer uma área de lazer aqui para frente aqui. Para poder inibir essa questão do lixo (...), então eu vou tentar ver se a gente faz alguma coisa ali com crianças, com pessoal para gente limpar esse espaço e tirar essa questão desse lixo daqui. Porque não adianta ficar brigando (...). Já tem aquela que mexe com a reciclagem lá, que conheci ela no CBA. (Claudineia, 2024)

Se a gente trabalha com promotores humanos, eu trabalho sempre com isso, produzir humanos. Eu não estou querendo só para mim, eu quero, se aquela pessoa ali que não tem uma leitura, mas ela pode participar, ela pode ouvir, um dia ela pode se abrir e falar o que ela acha (...). Se ela faz parte da horta, ela vai participar. E pode encaixar ela, que ela vai fazer alguma coisa. Ela vai fazer, sim, alguma coisa lá na hora (Simone, 2024).

No entanto, a valorização do trabalho da agricultura urbana e a geração de renda com sustentabilidade ainda é um desafio, tendo em vista os desafios na produção e na comercialização dos produtos agroecológicos:

O desafio nosso, deixa eu falar. É isso tudo aí (...) vamos nos empenhar na plantação. Para gente conseguir comercializar por aqui. Senão a gente não ganha uma renda. A gente fica “pulando de pulando”. Então vamos parar assim de ficar sonhando muito. Vamos fechar. Fechou aqui, esse tudo aí, esse meio todo (canteiro) aí ficou como comestível para gente plantar e vender e tirar o lucro para nós (...). Por isso que os venenos nas coisas vêm por aí, é forte porque não é a natureza mais que produz (...). O nosso desafio é comercializar. É valorizar o trabalho da gente (...). Então, o desafio

⁸⁴ Algumas iniciativas de educação ambiental envolvendo as crianças da comunidade já ocorrem na horta, principalmente em parceria com as creches e escolas municipais do local.

nosso é isso aí, é mostrar outra coisa diferente, para não prejudicar tanto a saúde. Que essa doença, essas doenças todas que antigamente tinha, mas era mais por cima, hoje elas estão autônomas. Porque é o estresse, é a má alimentação, é veneno, é as coisas que as pessoas não têm controle hoje. Tudo é causa das doenças mais fortes aí por fora. Então o nosso desafio é isso aí. É mostrar mesmo. É buscar devagarzinho. (Simone, 2024)

Em 2024, foi elaborado no âmbito do PTS, o Plano Estratégico de Produção e Comercialização da Horta Alto das Antenas, com participação das mulheres da horta em parceria com a OSC REDE e desenvolvido pela empresa Campo e Florada Treinamentos e Assistência Rural. A construção do plano partiu de um mapeamento de mercados potenciais e parcerias; planejamento produtivo e controle de plantio, precificação e projeção de vendas; e comunicação e gestão.

No entanto, no contexto injusto, desigual e competitivo da lógica neoliberal e capitalista, a prática da agricultura urbana, quando busca a geração de renda, torna-se um trabalho precarizado e que exige das agricultoras atuar em todas as etapas um sistema alimentar, dimensionando as demandas do trabalho doméstico, o planejamento e o manejo da produção, a divulgação e comunicação, a comercialização e a valorização dos produtos. Nas falas a seguir, agricultoras relatam as possibilidades e os desafios para atender as demandas do mercado:

(...) fazer tipo um armazém, onde vai pegar as nossas coisas, que nós produzir, e levar para esse local, para vendas. Mas aí, falou que a gente tem que ter, né, uma qualidade, que tem que pôr os rótulos, que tem que pôr várias coisas. Então isso aí, vamos pôr eu para mim e para Simone, que nós é um pouco leiga ainda, né? Mas aí eles vão estar ajudando nisso (...). Mas eu acho que tem que ter um degustador lá, né? Assim, uma pessoa para oferecer, fazer a degustação dos produtos. Porque tem gente que não conhece as coisas da roça. (Claudineia, 2024)

Ah, mas é assim, né? É para classe alta, né? Não é para classe pequena, não. É outra realidade. Mas nós encaixamos nela. Porque na hora que nós começarmos a produzir, que a gente conseguir fazer o objetivo que estava lá, concretizando... (Simone, 2024).

Diante desse cenário, as agricultoras apontam algumas possibilidades para avançar em uma justiça redistributiva e outras possibilidades de garantia de renda:

Nós já temos a noção do trabalho coletivo, do como é importante você ter a renda financeira e a renda social (...). Uma colheita significativa, se a gente poderia, pelo menos, ter um apoio, né, Gabriel? Só até a gente começar a andar com as nossas próprias pernas. Mas tipo assim, eu quero dizer do trabalho mesmo que a gente tem na horta, sabe? Como agricultora. A gente ter uma certa renumeração aqui para a gente cuidar daqui... Para a gente ter essa força de vontade maior de vir. Mas... aí vamos ir lutando (Claudineia, 2024).

Nós queria que a prefeitura contratasse nós para produzir como eles produzem lá (mudas) (Simone, 2024).

Portanto, a prática da agricultura urbana evidencia a necessidade de uma justiça redistributiva e do fomento a outras economias, além de estabelecer uma demanda para reconhecimento do serviço ambiental promovido pelas agricultoras urbanas, seja em um pagamento ou bolsas do poder público para viabilizar um renda mínima com o intuito de garantir condições e capital inicial para dar início a um empreendimento e ampliar a produção e acessar mercados, como, por exemplo, mercados institucionais (Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, feiras do poder público, caixas escolares, entre outros).

3.6. Polinização: comunidade de prática ampliada e tramas de aprendizagens

Imagem 34 - Oficina de preparação de temperos ministrada pelas mulheres da Horta Alto das Antenas no CRAS Vila Cemig



Fonte: Acervo PTS, 2024.

A partir da fala do lugar e dos relatos das mulheres da Horta Alto das Antenas, é possível compreender como as aprendizagens na horta e a interação com uma comunidade de prática ampliada - redes de agroecologia locais, regionais e nacionais - foram transformando a vida delas: de moradoras da Vila Cemig/Alto das Antenas a agricultoras urbanas e promotoras da agroecologia no território. Elas já se conectavam a diversas redes no território, mas a chegada do Programa Territórios Sustentáveis e a criação da horta fortalecem essa ação, permitindo circulação entre diferentes espaços e contextos, que se cruzam ou se sobrepõem, criando circuitos, redes e tramas de aprendizagens, sociabilidade e significados.

A materialidade dos fios no território Alto das Antenas, foi minha inspiração para a metáfora dos fios como uma forma de representar as aprendizagens, as redes de agroecologia e a convivência comunitária. Fios como linhas vivas que saem de diferentes pontos e entrelaçam saberes, histórias e relações, conectando as experiências individuais ao tecido coletivo de construção do conhecimento agroecológico. Cada fio traz suas histórias, vivências e culturas e, quando entrelaçados, formam uma rede de trocas de saberes e práticas.

No território, os fios se tornam circuitos que unem equipamentos públicos, organizações, grupos e atores sociais - linhas de costura que sustentam o tecido urbano, fortalecendo as pessoas com o espaço onde vivem. Cada nó dessas redes representa um ponto de encontro e de aprendizado, que se enraíza no solo e cresce como uma semente até a floração. Os fios são unidos e entrelaçados por praticantes e práticas cotidianas para construir o fazer-comum. Há também os fios invisíveis feitos de empatia, solidariedade e afeto que mantêm a rede viva e pulsante.

Quando todos os fios da aprendizagem se entrelaçam, o resultado é uma rede que fortalece laços no grande tear da vida comunitária. Essa rede conectada por fios e pontos (nós) de maneira organizada ou desorganizada geram malhas⁸⁵ e tramas. A trama é o padrão resultante dessa interconexão de histórias e práticas, possibilitando a criação de identidades, pertencimentos, vínculos e influências - um tecido vivo dessas relações socioambientais.

O primeiro objetivo desta pesquisa foi alcançado, já que foi possível identificar a percepção das mulheres da horta em relação às práticas da agroecologia urbana, principalmente nas vivências dos mutirões, oficinas, cursos e intercâmbios. O Rio do Tempo da Horta Alto das Antenas (Imagem 35), construído e validado de maneira participativa com as mulheres da horta⁸⁶, permitiu compreender e reconhecer como as ações das redes de agroecologia estimulam e ampliam a construção de uma comunidade de prática ampliada, com processos de aprendizagens e de inovações democráticas nos territórios.

⁸⁵ De acordo com Ingold (2015, p. 111), a noção de malha pode ser compreendida como “linhas emaranhadas de vida, crescimento e movimento”. Assim, as malhas são interações de forças que criam vida, constroem existências e, no caso desta pesquisa, tramas de aprendizagens.

⁸⁶ As perguntas orientadoras para o círculo de cultura de construção do Rio do Tempo foram: como as mulheres começaram a fazer parte da horta? Quais são os cursos, oficinas, espaços em que elas participaram? E o que a horta transformou na vida delas?

Imagem 35 - Rio do Tempo da Horta Alto das Antenas



Fonte: Elaboração participativa com as mulheres da horta. Designer: Brígida Mattos, 2025.

Resgatando o conceito de Participação Periférica Legítima (Lave e Wenger, 2022), é possível perceber que a legitimidade dessa comunidade de prática ampliada está relacionada à participação e representação nos encontros, mutirões, oficinas, cursos e intercâmbios das redes de agroecologia, garantindo o reconhecimento das mulheres da Horta como são promotoras e “polinizadoras” da agroecologia no território.

Então, a Neia ia para representar a Horta Alto das Antenas. E como a Neia ficou conhecida, valorizada, com os méritos, né? Então, quando chegava aqui, procurava pela Neia, ligava pela Neia, a Neia trazia tudo. E tinha que ter alguém para sair para fora. Se a Neia não fosse sair para fora, hoje nós iríamos ser reconhecidas? Não (...). Ela aprendeu e trouxe novidades e deu a aparência da horta. Se a gente não tiver alguém para representar nesses lugares, a horta não é bem vista. (Simone, 2024)

Aí agora o CRAS contratou nós de novo, durante um ano, e aí vai todas nós (...). Foi maravilhoso. Foi muita gente, Gabriel. Nossa, que legal. Aí ficou muito animado, o pessoal. (Claudineia, 2024)

Durante 2021 a 2024, as mulheres da horta aprenderam sobre: os tipos e a vida dos solos; técnicas de plantios, construção de canteiros, manejo sustentável e podas; gestão de resíduos e compostagem; sementes crioulas e produção de mudas; planejamento produtivo e ferramentas de comercialização. Ademais, aprenderam as maneiras de multiplicar a agroecologia no território com metodologias participativas, mutirões, oficinas, parcerias e articulações. Ressalta-se também as aprendizagens sobre políticas públicas, ampliando o domínio de agência⁸⁷ para mobilização de recursos e gerando processos de participação e controle social:

Foi depois que apareceu esse projeto. Começou a aparecer essas oportunidades (...) A gente tem que valorizar o que a prefeitura fez para gente. A gente já recebe de graça. Eu, pelo menos, eu sempre cresci com essa mentalidade. Você recebeu, você é obrigada a devolver. É igual quando a pessoa te dá um pote, você não manda o pote vazio. Você tem que pôr alguma coisa lá dentro e mandar para pessoa. Eu sempre aprendi isso lá na roça. Então, eu penso assim, igual você vê, a gente recebe o esterco gratuito, a gente recebe as mudas gratuitas. E aí, a gente vai ainda ser ingrato? Deixar os trens morrerem no mato? Não, a gente tem que mostrar para a prefeitura que eles podem confiar na gente, que nós vamos fazer para merecer a confiança (...) E outra coisa, uma forma da prefeitura investir mais na gente agora. Mesmo que no momento agora ela esteja apertada, não está podendo ajudar, mas se ela vê que nós estamos puxando o carro para caminhar, ela fala, “vamos ajudar elas”. Porque elas estão merecendo. Eu penso assim, o filho só merece um presente se ele se esforçar. Eu creio que se a gente começar com esse movimento, de a gente melhorar as coisas e tudo, eu creio que a prefeitura vai continuar nos apoiando. E a gente não esperar também só da prefeitura. (Claudineia, 2024)

É, vai ficar bom. Vamos cobrar mais, né? (Simone, 2024).

⁸⁷ A noção de domínio de agência está relacionada às relações Estado-sociedade e às sedimentações institucionais que permitem aos atores sociais influenciar de modo contínuo as ações das instituições políticas a seu favor (Lavallo et al., 2019).

De acordo com Stengers (2018, p. 448), “os problemas que pensamos sob o modo da política não se refere ao registro das respostas, mas coloca a questão sobre a maneira como podem ser escutados “coletivamente”, no âmbito do agenciamento através do qual se propõe uma questão política”. Os agenciamentos e a ação coletiva entre as mulheres da Horta Alto das Antenas e as redes de agroecologia de Belo Horizonte, podem ser compreendidos como uma participação cosmopolítica, estabelecendo uma aproximação da noção de cosmopolítica da relação de Ferdinand (2022):

Ela [a cosmopolítica das relações] desdobra-se no espaço político que liga particularmente os humanos entre si. Ainda que as diferentes constituições de gênero, classe social, obediência política ou origem étnica influenciem as possibilidades de ação, o agir conjunto faz, entretanto, aparecer outra coisa além da reprodução das identidades e dos pertencimentos comunitários. Torna-se possível, assim, reconhecer-se companheiro de um mesmo mundo tido como comum, não porque ele pertenceria a um ou a outro, mas porque mantém juntos uns e outros. Isso significa um mundo que não discrimine segundo as religiões, os gêneros, as cores da pele, as origens ou as diferenças. Esse enfoque inicial decorre da tomada de consciência teórica e pragmática de que o mundo politicamente organizado entre os humanos permanece a condição de um pensamento e de um agir ecológicos. É justamente porque há um espaço, uma cidade entre os humanos, que a destruição dos ecossistemas e a industrialização da carne animal podem se tornar um problema político e exigir dos humanos a concessão de direitos e de obrigações para com os não humanos (Ferdinand, 2022).

Nesse sentido, o engajamento na Horta Alto das Antenas vai além da produção de alimentos, já que a horta se torna um espaço de participação política onde diferentes atores – humanos e não humanos – entram em composição, ressignificando as relações e o cotidiano do território. A partir do conceito de cosmopolítica de Stengers (2018), que propõe um modelo de coexistência onde múltiplas perspectivas são levadas em consideração, a agroecologia urbana emerge como um campo de experimentação política que desafia formas tradicionais de participação social. Nessa perspectiva, a Horta Alto das Antenas não é apenas um espaço de cultivo, mas articula diferentes saberes e modos de existência – o solo, as plantas, as árvores, os insetos, as agricultoras, a cidade – em uma ecologia de práticas que promove novos arranjos de coabitação, cuidado e ações coletivas. Assim, estabeleço a noção de participação cosmopolítica proporcionada pela agroecologia urbana, que não se limita à presença dos sujeitos humanos na decisão sobre o espaço urbano, mas se expande para incluir o reconhecimento das agências múltiplas envolvidas na construção e manutenção das vidas nos territórios.

Essa participação cosmopolítica se manifesta na materialidade da ocupação do espaço urbano por meio de saberes e práticas agroecológicas, transformando solos degradados das

periferias urbanas em territórios vivos e produtivos. Ou seja, uma paisagem multiespécie de expressões estéticas e políticas do direito à cidade, inserindo a agroecologia urbana como um elemento de disputa e ressignificação do território. A partir da ação coletiva e da convivência comunitária, as hortas urbanas não apenas promovem segurança alimentar e nutricional e vínculos sociais, mas também geram processos de participação cosmopolítica e incidem nas políticas públicas, articulando novas formas de governança local e fortalecendo redes de resistência que desafiam as desigualdades socioambientais do modelo urbano industrial.

Outras temáticas presentes na trama de aprendizagens da agroecologia urbana e evidenciadas nas falas das mulheres da Horta Alto das Antenas são as questões interseccionais entre gênero, raça e classe social. A convivência na horta gerou mudanças na relação de poder com os maridos, por exemplo, trazendo questões sobre a autonomia, empoderamento e união entre as mulheres:

le era machista, muito, muito machista. Então, no que eu ficar nessa questão da agroecologia, de reunião para lá, reunião para cá também. Então, ele quer que eu seja aquela mulher de dentro de casa, ou que vai trabalhar e que volta, mas chega lá, tem tudo prontinho? E comigo não é assim, não (...). Mas aí é um aprendendo com o outro, né? Aí, graças a Deus, tu melhorou 70% (...). Quando fala do machismo, eu aprendi a me defender (...) Porque antigamente o homem falava x era x. Por que que é x? Você não podia nem retrucar por que que não era x. Agora não (...). Não é porque eu tenho que dar prioridade aqui para casa que eu também não tenho minhas outras obrigações. Ele não vê que aqui é um trabalho. Porque aparentemente não é remunerado. Ele acha que não tem valor. Mas para mim tem. Então, isso aí, assim... É a agroecologia, as reuniões da agroecologia em si, que me ensinou eu a me impor isso (...). Hoje é dia de eu estar na horta. Segunda, quarta, é dia de eu estar na horta o dia todo. (Claudineia, 2024)

Meu marido, agora eu tô trazendo ele, ele tá encabando uma ferramenta para gente. Tem dia que eu quero vir na horta para molhar, né? Eu vou vir sozinha, eu chamo e ele vem. Mas ele não quer saber de me ajudar, não. Mas ele está tendo uma participação nesse ano (Antônia, 2024).

Os encontros com as redes de agroecologia também têm trazido debates sobre a questão de raça, conforme relato abaixo:

Teve um que a gente participou que falou da química no cabelo, como que ela age no seu organismo. Que assim como a planta na questão do agrotóxico, é no nosso corpo também. Aí depois você não sabe por que você tá doente, Gabriel. Porque você tá pondo chumbo dentro de você, aí como é que você vai sobreviver? Aí você só vai acumulando coisa ruim dentro do seu sangue, dentro do seu organismo, né? Que aí vai para um lado, vai pro outro. Foi isso que eu fui aprendendo. Eu vi a negra que eu sou, que a minha família é negra. Eu só tenho a pele branca, mas eu sou negra. Aí que eu fui vendo que realmente, né? Aí eu fui vendo, aí a gente vai acabando aceitando a gente do jeito que a gente é. Não que eu não me aceitava antes, mas a gente fica com aquilo, né? É mais fácil para arrumar, é mais fácil... Mas é que é só amarrou aqui e pronto. Não precisa nem ter trabalho. Mas é isso, sabe? Então eu tô muito feliz (Claudineia, 2024).

É interessante perceber as transformações na vida dessas mulheres da horta até no nível pessoal. A partir dos debates sobre o uso de agrotóxico na agricultura e a percepção de que essa química também está presente nos produtos de relaxamento capilar que altera a estrutura dos cabelos crespos, uma das agricultoras realizou a transição capilar, reconhecendo sua negritude. O debate da questão racial também é percebido nas violências policiais dentro das periferias.

A gente tem que ser assim, porque, realmente, é muita pessoa que sofre, igual o meu menino mesmo. O meu menino não é bandido. Mas, quantas vezes... Ele é negro. Quantas vezes a polícia bateu nele? Que não estava certa. Então, a polícia chegava ali, um estava devendo, batia em todo mundo. Levava todo mundo. (Claudineia, 2024)

A trama de aprendizagens da agroecologia urbana também ressalta a dimensão comunitária por meio da compreensão da horta como espaço de sociabilidade, da criação de afetos entre as mulheres e as redes parceiras:

O destaque é isso aqui, né? É a união aqui. Esses momentos que, além de trabalho a gente tem aqui de sentar na mesa, de conversar, de ver o que é para o futuro. O planejamento mesmo, o que é que nós vamos plantar hoje, o que é que nós vamos fazer. Eu gostei muito. Porque eu vim de uma família onde a gente não era unido. Então isso aqui, a gente virou família aqui, né? Então, eu gosto demais disso. E o trabalho da horta proporcionou isso não só aqui, como fora daqui. Em outros ambientes, né? Então é uma das partes que eu mais gostei da horta. Porque o plantar, você planta na sua casa, né? O ornamental, a horta, enfim. Mas esse aconchego aqui de, às vezes, um problema, alguma coisa que está te incomodando, ou, às vezes, uma dor, ou uma alegria que a gente está transmitindo uma para a outra, falando uma para a outra, comunicando. Então eu gosto demais disso. Isso é muito importante, né? (...) Me marcou muito, porque eu nunca tive isso com a minha família. Nós nunca sentávamos na mesa assim. Entendeu? Então, isso aí... Eu gosto demais. Isso me traz muita coisa boa. Portanto, aí eu fiquei mais amorosa. (Claudineia, 2024)

Ou seja, a horta como um espaço de convivência comunitária, reforçando a noção de comunidade de bell hooks (2021), entendendo a comunidade como um espaço de sociabilidade que pode ser inventado e aprendido (bell hooks, 2021).

Aí me despertou esse de unir a comunidade. Porque igual a horta, assim, que eu penso, que a horta não é só a horta, aqui é um lugar de convivência. Igual nós falamos, mas é convivência agora, nesse momento. Hoje é um dia de convivência. Hoje nós estamos aqui para conversar, para reunir, para falar aqui com você, igual quando sempre vem uma pessoa do CRAS, vem uma pessoa da REDE, né? Nesse dia nós estamos em convivência. Na hora de trabalho, é trabalho. É convivência, convivência (Claudineia, 2024).

Essa convivência comunitária, pensada através da perspectiva da teoria urbana de Lefebvre (2011), é fundamental para a produção do espaço urbano como um lugar socialmente ativo e vivido, onde as diferenças coexistem e as práticas cotidianas moldam a vida urbana em constante transformação, refletindo como as pessoas se apropriam do espaço, constroem laços sociais, significados e reivindicam seu direito à cidade.

Outro aspecto importante é a percepção da horta como um espaço terapêutico de suporte emocional e saúde preventiva, física, mental e psicológica. As mulheres reforçam a importância da prosa durante o cotidiano da horta e os momentos de “esvaziar a mente” e compartilhar tristezas e alegrias. O "estar junto" na horta enfatiza a criação de espaços acolhedores onde as pessoas podem se desenvolver e conectar-se de forma genuína.

O meu negócio é andar. É andar, é sair de casa. É ajudar e sair mesmo. Então, assim, essa horta aqui, para mim, tá sendo bom demais. Que é mais um meio para eu sair de casa. É muito bom. Mesmo que nós não trabalhemos, né? E a gente fica aqui o dia todo, a gente não faz nada, mas tem dia que a gente vem, a gente trabalha muito, né? Então, é tudo de bom. Eu gosto muito de vir para cá (...). Você não tá precisando do alimento, mas muitas vezes você tá precisando da palavra. Faz uma diferença. Uma diferença muito grande. Às vezes você tá ali precisando de uma pessoa amiga para falar alguma coisa positiva para você, até negativa. Mostrar alguma coisa que tá acontecendo, que pode tá melhorando (Antônia, 2024).

Estou satisfeita com a horta. Que me dá um ar de alegria, um ar de esperança para frente. Só de eu ter melhorado (...). Hoje eu vou na horta, porque é um bem que me faz bem. Porque eu gosto de mexer com o povo. Então o povo está me fazendo falta. E é através do povo que me melhorou. Chegou tudo para mim. Não faltou nada, ainda está chegando. Ainda é preciso ainda (Simone, 2024).

A convivência comunitária alinhada à questão terapêutica da horta no cotidiano reforça a política do cuidado promovida pelas mulheres da horta, indispensável para o funcionamento da economia e da vida e organização social. Conforme a imagem do capítulo 3, em muitos momentos, as mulheres levam os filhos e netos para a horta, exercendo mutuamente a produção (trabalho para geração de renda) e a reprodução (trabalho de cuidado). Além disso, configura-se como um espaço de garantia da segurança alimentar por meio da produção de alimentos saudáveis e a comensalidade com troca e preparo de receitas no local.

Como informado na apresentação desta tese, o segundo objetivo desta pesquisa foi também compreender os sentidos êmicos dessas práticas no cotidiano da horta, principalmente em relação a noção que as mulheres têm sobre a agroecologia. Nas palavras delas:

Agroecologia é você tá aí se envolvendo com tudo que acontece ao seu redor. Não só da plantação, mas do convívio. Esse movimento aqui de parceria, de comunicação. Eu penso assim (...) preservação da natureza, da alimentação saudável. (Claudineia, 2024)

A agroecologia é tudo que faz parte do ambiente, da natureza, do ar que respiramos (...) Você vê que essa agroecologia, ela está desenvolvendo de uma forma que elas já estão corridas em todos os lugares que eu estou escutando. Alimentação saudável, as creches agora estão sendo apanhadas através de hortas comunitárias. Já ouvi falar muito. Isso apresentou aqui. A PNAE está abraçando isso. E ela colocou na nossa mão. Se a gente quisesse ser fornecedora para as escolas, mas a gente não tem estrutura para isso. Nós vamos querer de boca a boca, uma feirinha aqui ali e tal. Mas o que nós precisamos? É nós unir as quatro. Não vamos esperar mais. As verduras estão demorando, então vamos comprar. A gente tira o dinheiro, depois a gente repõe. E vamos plantar, porque nós precisamos cumprir”. (Simone, 2024)

Agroecologia, eu acho que é a planta sem remédio. Com saúde, né? Sem remédio é saúde. (Cida, 2024)

Esse sentido da agroecologia enquanto envolvimento, trazido pelas mulheres, reconhece as trocas contínuas entre as pessoas e o ambiente. De acordo com o Ingold (2012), estamos sempre interagindo com as coisas de forma dinâmica nas práticas cotidianas, ou seja, “a cultura material e as relações de comunicação, integração e fluxos entre coisas” (Ingold, 2012).

Ao seguir os fios de conexões estabelecidos pelas mulheres da Horta Alto das Antenas com as comunidades de práticas ampliadas e as redes tecidas no âmbito do Programa Territórios Sustentáveis, esta pesquisa revelou uma trama de aprendizagens agroecológicas que integra e articula as técnicas de produção de alimentos saudáveis e manejo sustentável, a participação social e questões de gênero, raça, classe, lutas socioambientais e convivência comunitária (Quadro 06).

Quadro 06 - Dimensões da trama de aprendizagens da agroecologia urbana

Convivência Comunitária	<ul style="list-style-type: none"> - política do cotidiano e do cuidado; - forma de organização e interação territorial; - técnicas e práticas da agroecologia e do fazer-comum; - sociabilidade, reciprocidade, pertencimento e comensalidade; - espaço de produção (trabalho para geração de renda) e a reprodução (trabalho de cuidado). 	Interseccionalidade (gênero, raça e classe) e transversalidade de lutas
Articulação em Redes	<ul style="list-style-type: none"> - participação e representação em encontros, mutirões, oficinas e cursos da redes de agroecologia, - intercâmbios com outros territórios regionais e nacionais; - encontros, comunicação, manejo de códigos e produção de identidades e legitimidade; - construção social de mercados; - formação parcerias e redes com atores e organizações sociais; 	
Participação Cosmopolítica	<ul style="list-style-type: none"> - cooperação entre humanos e não humanos e reconhecimento das agências múltiplas envolvidas no direito à cidade; - acesso ao sistema político e governança local; - organização de demandas, interesses e coalizões. - domínio de agência para mobilização de recursos; - processos de participação e controle social. 	

Fonte: elaboração própria.

Portanto, essas tramas da aprendizagem da agroecologia urbana evidenciam três dimensões: a convivência comunitária - política do cotidiano e do cuidado; a articulação em redes - circuitos e intercâmbios com outros territórios regionais e nacionais; incidência e participação cosmopolítica. Até o momento de finalização da escrita desta tese, a Horta Alto das Antenas contava com quatro integrantes ativas - Simone, Claudineia, Cida e Antônia. Esse grupo segue se transformando e ampliando os fios de conexão com as redes de agroecologia, fortalecendo a trama e o tecido vivo da convivência comunitária, da preservação da natureza, da defesa dos territórios e das múltiplas formas de vida.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: “AGROECOLOGIA É VOCÊ TÁ AÍ SE ENVOLVENDO COM TUDO QUE ACONTECE AO SEU REDOR”

Agroecologia é você tá aí se envolvendo com tudo que acontece ao seu redor. Não só da plantação, mas do convívio. Esse movimento aqui de parceria, de comunicação. Eu penso assim (...) preservação da natureza, da alimentação saudável. (Claudineia, 2024)

Esta pesquisa teve o objetivo de compreender as aprendizagens que emergem nos encontros entre agroecologia, territórios urbanos e políticas públicas. Essa compreensão das aprendizagens envolve destacar o contexto e as experiências individuais e coletivas associadas à negociação, cooperação e construção do conhecimento agroecológico - dinâmicas que ocorrem em comunidades de práticas e resultam de processos de aprendizagem social, que estão subentendidos no que se convencionou chamar de educação popular. Entre as aprendizagens sociais estão a institucionalização de metodologias participativas e territorialização da agroecologia em ações públicas no contexto urbano.

Tendo como base a perspectiva dos "saberes localizados", a questão desta pesquisa surge no âmbito da minha trajetória enquanto ativista do movimento agroecológico, educador popular, pesquisador e gestor público na cidade de Belo Horizonte. Além disso, a pesquisa evidencia o protagonismo das mulheres da Horta Alto das Antenas na defesa do seu território e dos seus próprios projetos de (des)envolvimentos.

A partir da materialidade dos fios presente no campo da pesquisa, mas também da sua noção de conexão, utilizei esses fios como metáfora para contar minha aproximação com as mulheres da Horta Alto das Antenas. Os fios que me conectam a esse território são oriundos das redes de agroecologia de Belo Horizonte, que desde os anos 2000 realizam diversas ações públicas na Região Metropolitana de Belo Horizonte e que, dentre outras diversas experiências, repercutiram na criação do Programa Territórios Sustentáveis (PTS) da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), ponto de partida da observação desta pesquisa.

Assim, este trabalho buscou compreender as práticas e os sentidos que as mulheres da Horta Alto das Antenas dão à agroecologia e como suas vidas e os territórios são transformados. A etnografia em intervenções socioambientais foi o método utilizado na pesquisa, possibilitando uma reflexividade sobre a minha prática como gestor público e pesquisador. Essa abordagem permitiu também analisar e avaliar as políticas públicas, repensar a própria comunicação e as repercussões nas pessoas beneficiárias, técnicas e gestoras que constroem

essa ação pública, trazendo um ganho para o campo da educação, da antropologia e da ciência política e para os movimentos de agroecologia no Brasil.

No primeiro capítulo, interpretei o campo da agroecologia no Brasil e sua ampliação a partir do conceito de “fricções” e da politização das ciências na perspectiva da “ecologia de práticas”. Assim como um rizoma, defino o campo da agroecologia como um movimento cosmopolítico-pedagógico, que aporta uma perspectiva de ecologia de práticas com ações educativas, gerando metodologias participativas e processos de aprendizagens em confluência com múltiplas dimensões - ambiental, social, cultural, econômica, ética e política. As reflexões estabeleceram algumas aproximações sobre os processos de aprendizagens em agroecologia com a perspectiva da antropologia para compreender os sentidos e a emergência de saberes e práticas de comunidades ecológicas e socioambientais que resistem à lógica industrial e à economia do conhecimento.

Além disso, a realização desta pesquisa parte da importância de considerar as contribuições do movimento agroecológico para os processos de aprendizagens situadas e as lacunas de pesquisas sobre essas experiências no contexto urbano. Essas ações públicas de agroecologia urbana não são apenas uma política setorial, mas uma confluência cosmopolítica onde conhecimentos ancestrais, práticas populares e perspectivas institucionais se entrelaçam, criando instrumentos e dinâmicas de ação pública territoriais que reconfiguram a relação entre a cidade, a natureza e as políticas públicas, promovendo novas formas de governança compartilhada.

Nesse sentido, busquei compreender o urbano como valor substantivo na agroecologia urbana. Para tanto, são fundamentais a análise e o reconhecimento da compreensão das sujeitas e dos sentidos das experiências agroecológicas nos territórios urbanos, especificamente na capital Belo Horizonte.

O debate e a prática da agroecologia na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), tem emergido através de uma intensa mobilização e incidência de redes de agroecologia urbana para promoção e ampliação dos modelos alternativos de produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, articulando as dimensões sociais, culturais, espirituais, ambientais e econômicas com as práticas agrícolas no território. Ressalta-se que a atuação do Coletivo Agroecologia na Periferia ganhou bastante visibilidade e, em 2017, iniciou-se uma parceria com a Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN) da PBH a partir da construção do Programa Territórios Sustentáveis (PTS), que é o objeto do segundo capítulo.

Nesse cenário, esta pesquisa localizada realizou a etnografia das ações do PTS, que faz parte da Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana da Prefeitura de Belo Horizonte. A

institucionalização da agroecologia pelo PTS da PBH trouxe também um conjunto de experiências metodológicas participativas que destacam a importância da educação popular para e nas políticas públicas, além de trazer exemplos de tecnologias socioambientais para a promoção da sustentabilidade e saúde coletiva nos territórios urbanos. A construção conceitual e programática do PTS pode ser lida a partir da noção de experimentalismo democrático, que configura uma abordagem política para superar as limitações da democracia representativa tradicional e do neoliberalismo, promovendo a inovação metodológica e estimulando a participação ativa em comunidades e instituições. Assim, essa experiência mostra que o Estado, em sua heterogeneidade, pode ter um papel ativo na criação de novas oportunidades e na promoção e construção de saberes e práticas por meio da educação popular e da agroecologia, fortalecendo a autonomia produtiva e a retomada da cultura alimentar das comunidades, além de reduzir as barreiras estruturais que impedem a garantia da sustentabilidade e da segurança alimentar e nutricional, sobretudo nos territórios em situação de vulnerabilidade social.

É necessário considerar que essa entrada no aparato estatal e a submissão de regras e normas, respaldadas pelos princípios da administração pública, gera diversas fricções - cooperação, possibilidades, conflitos e desafios - principalmente em relação aos tempos: a morosidade da burocracia pública em contraposição à urgência e às demandas das vidas nos territórios. Os territórios atendidos pelo PTS são as ocupações urbanas da Região da Izidora, o Quilombo Mangueiras e a Vila Cemig/Alto das Antenas. Esses territórios muitas vezes são lidos como vulneráveis, mas esse termo poderia ser trocado para vulnerabilizados, já que seus problemas socioambientais são oriundos, principalmente, da segregação socioespacial, do racismo ambiental e do nutricídio.

Desse modo, as diretrizes para as ações do PTS nos territórios, aliadas às metodologias de participação da educação popular, voltaram-se para o reconhecimento territorial, buscando compreender e fortalecer os projetos de (des)envolvimentos das pessoas que vivem e constroem ações cotidianas locais, a partir dessa parceria público-comunitária. Ao mesmo tempo, essas ações realizam o levantamento e a priorização de demandas nas reuniões dos Comitês Locais dos territórios por meio de círculos de culturas para, posteriormente, encaminhar ao Grupo Gestor (órgãos parceiros da PBH), estabelecendo planos de ações para resolução das demandas por meio da intersetorialidade.

No entanto, existem diversos desafios tanto no âmbito das hortas quanto na articulação intersetorial para execução do PTS, seja pela falha na comunicação ou por interesses distintos. Ressaltam-se os seguintes desafios: ampliação da mobilização e participação da comunidade; respostas intersetoriais rápidas para as demandas dos territórios, bem como ações integradas e

complementares; garantia da permanência do público beneficiário nas ações; e a atração das juventudes.

O último capítulo, tem seu foco na descrição dos processos de aprendizagens na Vila Cemig/Alto das Antenas, já que foi o território que pude observar e acompanhar a chegada do PTS desde o início em 2021. Para tanto, foram apresentadas as aprendizagens, as práticas e os sentidos que as mulheres da Horta Alto das Antenas dão à agroecologia e como suas vidas e os territórios são transformados. A partir da fala do lugar e dos relatos das mulheres da Horta Alto das Antenas, é possível compreender como as aprendizagens na horta e a interação com uma comunidade de prática ampliada - redes de agroecologia locais, regionais e nacionais - foram transformando a vida delas: de moradoras da Vila Cemig/Alto das Antenas a agricultoras urbanas e promotoras da agroecologia no território. Elas já se conectavam a diversas redes no território, mas a chegada do PTS e a criação da horta fortalecem essa ação, permitindo circulação entre diferentes espaços e contextos, que se cruzam ou sobrepõem-se, criando circuitos, redes e tramas de aprendizagens, sociabilidade e significados. Além disso, a criação da horta tem garantido a segurança alimentar por meio da produção de alimentos saudáveis.

Foi possível identificar a percepção das mulheres da horta em relação às práticas da agroecologia urbana, principalmente nas vivências dos mutirões, oficinas, cursos e intercâmbios. O Rio do Tempo da Horta Alto das Antenas, construído e validado de maneira participativa com as mulheres da horta, apresentou-se como uma ferramenta de fortalecimento da etnografia, já que permitiu compreender e reconhecer como as ações das redes de agroecologia estimulam e ampliam a construção de uma comunidade de prática ampliada, com processos de aprendizagens e de inovações democráticas nos territórios.

Durante 2021 a 2024, as mulheres da horta aprenderam sobre: os tipos e a vida dos solos; técnicas de plantios, construção de canteiros, manejo sustentável e podas; gestão de resíduos e compostagem; sementes crioulas e produção de mudas; planejamento produtivo e ferramentas de comercialização. Ademais, aprenderam as maneiras de multiplicar a agroecologia no território com metodologias participativas, mutirões, oficinas, parcerias e articulações. Ressalta-se também as aprendizagens sobre políticas públicas, ampliando o domínio de agência para mobilização de recursos e gerando processos de participação e controle social.

Outras temáticas presentes na trama de aprendizagens da agroecologia urbana e evidenciadas nas falas das mulheres da Horta Alto das Antenas são as questões interseccionais entre gênero, raça e classe social, trazendo questões sobre a autonomia, empoderamento e união entre as mulheres. Os encontros com as redes de agroecologia também têm trazido reflexões

sobre a questão de raça e valorização da negritude, além do debate da violência policial dentro das periferias.

A trama de aprendizagens da agroecologia urbana também ressalta a dimensão comunitária por meio da compreensão da horta como espaço de sociabilidade e de criação de afetos entre as mulheres e as redes parceiras. Ou seja, a horta como um espaço de convivência comunitária, entendendo a comunidade como um espaço que pode ser inventado e aprendido, mas também um lugar de efetivação do direito à cidade.

Essa convivência comunitária alinhada à questão terapêutica da horta no cotidiano - suporte emocional e saúde preventiva, física, mental e psicológica -, reforça a política do cuidado promovida pelas mulheres da horta, indispensável para o funcionamento da economia e da vida e organização social, exercendo mutuamente a produção (trabalho para geração de renda) e a reprodução (trabalho de cuidado).

Todos esses fios de conexão e o tecido social forjado pelas redes e parcerias no território e em interação com a Horta Alto das Antenas, possibilitam construir estratégias de defesa do lugar, ou seja, o envolvimento de diversas práticas com redes de atores e organizações sociais que são produtoras de identidades e conhecimentos baseados-no-lugar e, ao mesmo tempo, regionalizadas. Assim, é importante ressaltar o “saber de experiência feito” e as memórias das mulheres, reconhecendo o conhecimento adquirido na prática, por meio da vivência e da interação dessas mulheres com o contexto rural e suas experiências que fortalecem a construção de novos saberes no âmbito urbano.

Outra dimensão trazida nesta tese é a participação cosmopolítica, que se manifesta na materialidade da ocupação do espaço urbano por meio de saberes e práticas agroecológicas, onde diferentes atores - humanos e não humanos - transformam os solos degradados das periferias urbanas em territórios vivos e produtivos. Essa paisagem de interação multiespécie nas hortas urbanas são expressões estéticas e políticas do direito à cidade que, por meio da ação coletiva e da convivência comunitária, geram processos de participação cosmopolítica e incidem nas políticas públicas, articulando novas formas de governança local e fortalecendo redes de resistência que desafiam as desigualdades socioambientais do modelo urbano industrial.

Esta pesquisa aponta a necessidade de garantir a justiça redistributiva, o fomento a outras economias e a construção social de mercados, tendo em vista o contexto injusto, desigual e competitivo da lógica neoliberal e capitalista. Uma possibilidade, é por meio de pagamento pelos serviços ambientais realizadas pelas agricultoras, garantindo uma renda mínima para dar início a um empreendimento e ampliar a produção e acessar mercados, como, por exemplo, os

mercados institucionais (Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, feiras do poder público, caixas escolares, entre outros). É necessário também avançar na reforma urbana com o uso social do solo, garantir o uso e acesso a água e a educação alimentar e nutricional.

Por fim, a pesquisa revelou a trama de aprendizagens da agroecologia urbana, que integra e articula, a partir da defesa dos territórios e das vidas na cidade, diversas as técnicas de produção de alimentos saudáveis e manejo sustentável, a participação social e as questões de gênero, raça, classe, lutas socioambientais e convivência comunitária.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca Neaera; VON BÜLOW, Marisa. **Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?** Sociologias, v. 13, n. 28, 2011.

ACOSTA, Alberto. **O Buen Vivir: uma oportunidade de imaginar outro mundo.** In. Um campeão visto de perto - Uma Análise do Modelo de Desenvolvimento Brasileiro. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Boell, 2012.

AGIER, Michel. **Do Direito à Cidade ao Fazer-Cidade.** O Antropólogo, a margem e o centro. Mana, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 483-498, Dec. 2015.

ALMADA, Emmanuel Duarte. D. **Sociobiodiversidade Urbana: por uma etnoecologia das cidades.** In: Atualidade em Etnobiologia e Etnoecologia. Campinas, SP, v. 5, 2010, p. 1-25.

ALMEIDA AGUIAR, AGUIAR, M. V. A.; MATTOS, J. L. S.; LIMA, J. R. T.; FIGUEIREDO, M. A. B.; SILVA, J. N.; CAPORAL, F. R. **Princípios e Diretrizes da Educação em Agroecologia.** Cadernos de Agroecologia, v. 11 n. 1, jun. 2016. Disponível em: <<https://revistas.aba-agroecologia.org.br/cad/article/view/20800/12894>>. Acesso em: 10 de maio de 2023.

ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de. **Isto e Aquilo - agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte.** Tese. Belo Horizonte; UFMG, 2016.

ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de. BIAZOTI, André Ruoppolo. **Urban Agroecology: For the city, in the city and from the city!** Urban Agriculture Magazine, n. 33, Maiden Issue, November 2017. RUAF.

ALTIERI, Miguel Angel. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa.** Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

ALVAREZ, Denise Ocampo. **Metodología de Campesino a Campesino: actividades y herramientas ante el cambio climático.** Havana, 2016. Disponível em: <<https://www.ipscuba.net/media/2021/08/Metodologia-de-campesino-a-campesino.pdf>>. Acesso em: 10 de maio de 2023.

ALVES, Rubem. **O Quarto do Mistério.** Campinas: Speculum/Papirus - 1995, 224 páginas.

ANA. Articulação Nacional de Agroecologia. **Carta política [do] IV ENA: agroecologia e democracia unindo campo e cidade.** - Rio de Janeiro: AS-PTA: Articulação Nacional de Agroecologia - ANA, 2018.

ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **Ética e pesquisa em Educação: subsídios.** Rio de Janeiro: ANPEd, 2019. 133 p.; v.1.

BARBOSA, Malba Tahan. **Educação ambiental popular: a experiência do Centro de Vivência Agroecológica – Cevae/Taquaril.** Dissertação. UFMG. 2002.

BIANCHINI, Valter. MEDAETS, Jean Pierre Passos. **Da Revolução Verde à Agroecologia: Plano Brasil Agroecológico**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasil. 2013.

BIAZOTI, André; ALMEIDA, Natália; TAVARES, Patrícia. **Caderno de metodologias: inspirações e experimentações na construção do conhecimento agroecológico**. 1. Ed. – Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2017.

BRASIL. **Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas**. Secretaria Nacional de Articulação Social - Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã. 2014.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental e Movimentos Sociais: elementos para uma história política do campo ambiental**. EDUCAÇÃO: Teoria e Prática - vol. 9, no 16, jan.-jun.-2001 e no 17, jul-dez - 2001, p. 46-56.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **O ‘ambiental’ como valor substantivo: uma reflexão sobre a identidade da educação ambiental**. In: Sauv , L. Orellana, I. Sato, M. Textos escolhidos em Educa o Ambiental: de uma América   outra. Montreal, Publications ERE-UQAM, 2002, Tomo I, pp 85-90.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; SCHMITT, Lilian Alves; PEREIRA, Marcos Villela. 2021. **Educa o e sustentabilidade: aprendizagens em uma horta urbana**. Pedagogia Social Revista Interuniversitaria, v. 37:173-183.

CAPORAL, Francisco Roberto; PETERSEN, Paulo. **Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil**. Agroecología, v. 6, p. 63-74, 2012.

CNAU. Coletivo Nacional de Agricultura Urbana. **Carta Política do Primeiro Encontro Nacional de Agricultura Urbana – ENAU**. Coletivo Nacional de Agricultura Urbana. Rio de Janeiro: CNAU, 2015.

COUTO, Mia. **O fio das missangas: contos** / Mia Couto. — 1^a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2009. ISBN 978-85-359-2784-9.

DAGNINO, Evelina. **Constru o democrática, neoliberalismo e participa o: os dilemas da confluência perversa**. Política & Sociedade, v.5, p. 137-161, 2004.

DELEUZE, G.; GUATTARI F. **Mil Platôs, capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 1. São Paulo: Editora 34. 1997.

DEWEY, J. **Liberalismo, liberdade e cultura**. Tradu o de An sio Teixeira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

ESCOBAR, Arturo. **O lugar da Natureza e a Natureza do Lugar: Globaliza o ou Pós-Desenvolvimento**. In: LANDER, E (org). A colonialidade do Saber: Eurocentrismo, Ciências Sociais. Perspectivas Latino-Americanas, Buenos Aires: CLACSO, 2005

ESCOBAR, A. e VERÍSSIMO, C. **Arturo Escobar: projeto/ar como a cura da vida (entrevista)**. Redobra, n. 15, ano 6, p.51-58, 2020.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. Tradução: Letícia Mei. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FERNANDES, Patrícia Capanema Alvares. **A fundação de Belo Horizonte: ordem, progresso e higiene, mas não para todos**. *Artigos Complementares • Cad. Metropole* 23 (52) Sep-Dec 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2021-5210.e>. Acesso em: 11/01/2025.

FERREIRA, A. P.; SILVA, C. S.; SOUZA, C. E.; ORNELAS, G. M.; GOMES, L. B.; PEREIRA, L. S.; FERNANDES, L. A. **Circulador de Saberes: Metodologias Participativas e Práticas Agroecológicas**. 1. ed. Belo Horizonte, 2024. 78p. Disponível em https://redemg.org.br/wp-content/uploads/2025/01/SUSAN_CARTILHA-SABERES_digital.pdf. Acesso em: 01/02/2025

FLORIANI, Nicolas; FLORIANI, Dimas. **Saber Ambiental Complexo: aportes cognitivos ao pensamento agroecológico**. *Revista Brasileira de Agroecologia. Rev. Bras. de Agroecologia*, Porto Alegre, 5(1): 3-23 (2010)

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004. 148p.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GAARD, Greta Claire. **Rumo ao ecofeminismo queer**. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 19, v. 1, 2011.

GALEANO, Eduardo. **Tejidos: ontología. Introducción de Jean-Paul-Borel**. Espanha: Octaedro, 2001.

GALERA, Izabella; FONSECA, Helena D'Agosto Miguel. **Outras Formas de (Re)existência: Direito à cidade e agroecologia a partir da produção do espaço nas ocupações urbanas**. ISSN: 1984-8781 - Anais XVIII ENANPUR. 2019.

GALLO, Edmundo. **Territórios Sustentáveis e Saudáveis: desafios teórico-práticos para o bem viver**. In: Brasil. Fundação Nacional de Saúde. *Territórios sustentáveis e saudáveis: experiências de saúde ambiental territorializadas marco teórico / Brasil, Fundação Nacional de Saúde*. 1. ed. – vol. 1 – Brasília: Funasa, 2021. 139 p.: il.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável**. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. *Cadernos Pagu* (5), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 1995, pp.7-41.

HARAWAY, Donna. **Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes.** *ClimaCom Cultura Científica - pesquisa, jornalismo e arte I Ano 3 - N. 5 / Abril de 2016 / ISSN 2359-4705.*

HORTA, Carlos Roberto. **Mutirão, Trabalho e Formação Humana: Forjando novas relações entre o saber e o poder.** Tese apresentada ao PPGE UFMG, 2016. p.20-26.

hooks, bell. **Ensinando Comunidade: uma pedagogia da esperança.** São Paulo: Elefante, 2021.

IDEC, Instituto de Defesa de Consumidores. **Entre desertos e pântanos: Quando a geografia urbana é um obstáculo para a alimentação saudável.** Alimentado Políticas. 2019. Disponível em: https://alimentandopoliticas.org.br/wp-content/uploads/2019/05/idec-urban-food-sources-fact-sheet_a4-site.pdf. Acesso em: 11/01/2025.

INGOLD, Tim. **Antropologia e/como Educação.** Petrópolis, Vozes, 2020.

INGOLD, Tim. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição.** Vozes. Editora Vozes. Edição 1ª. Ano 2015.

INGOLD, Tim. **Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais.** Artigos. Horiz. antropol. 18 (37). Jun 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832012000100002>. Acesso em: 15/02/2025.

JACOBI, Pedro Roberto. **Dilemas socioambientais na gestão metropolitana: do risco à busca da sustentabilidade urbana.** Política & Trabalho. Rev. de Ciências Sociais, v. 25, p.115-34, 2006.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. **A ação pública abordada pelos seus instrumentos.** R. Pós Ci. Soc. v.9, n.18, jul/dez. 2012.

LAVALLE, Adrián Gurza; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; SZWAKO, José. **Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência. In: Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós- transição.** Rio de Janeiro: Eduerj, pp. 21- 86. 2019.

LAVE, Jean. **Aprendizagem situada: participação periférica legitimada.** / Jean Lave, Etienne Wenger; Adriano Scandolara, tradução. —Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022.

LAVE, Jean. **Everyday life. Logical operator, Social Zone, or Social Practice.** In: Learning and everyday life; Access, Participation and Changing Practice. Cambridge. Cambridge University Press. 2019. p. 114 - 132.

LAVE, Jean; WENGER, Etienne. **Situated Learning: Legitimate Peripheral Participation.** Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

LEFEBVRE, Henri (1968). **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2011.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Educação ambiental e movimentos sociais: reflexões e questões levantadas no GDP**. Pesquisa em EA, Rio Claro, v. 3, n. 1, p. 187-201, 2008.

MACHINI, Mariana Luiza Fiocco. **Nas fissuras do concreto: Política e movimento nas hortas comunitárias da cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade de São Paulo, 2018

MAGACHO, Larissa Nobre. CAVALARI, Rosa Maria Feteiro. **Movimentos sociais e educação ambiental: um estudo sobre teses e dissertações brasileiras**. Ciênc. Educ., Bauru, v. 25, n. 1, p. 93-109, 2019.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**. Rev. bras. Ci. Soc. 17 (49). Jun 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000200002>. Acesso em: 27/01/2025

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **A antropologia urbana e os desafios da metrópole**. Tempo Social [online]. 2003, v. 15, n. 1

MAGNANI, José Guilherme Cantor [et al.]. **Etnografias urbanas: quando o campo é a cidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

MADEIRA, Carlos Guilherme. LIMA, Carolini Vaz; LIMA, Daniel Vaz; OLIVEIRA, Patrícia da Cruz. **Educação Ambiental: a Agroecologia como Instrumento de Efetivação do Pensamento Ecológico**. In: I Seminário Regional de Educação do Campo. *Anais...* Santa Maria - RS. 2013.

MORENO, A. **Superar a Exclusão, Conquistas, Equidade: reformas, políticas e capacidades no âmbito social**. In: LANDER, E (org). A colonialidade do Saber: Eurocentrismo, Ciências Sociais. Perspectivas Latino-Americanas, Buenos Aires: CLACSO, 2005

MOTTA, Vivian Delfino. **Por uma agroecologia antirracista**. Cadernos de Agroecologia – Anais do 3º Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia, v. 15, n. 3, 2020.

NORDER, Luiz Antonio; LAMINE, Claire; BELLON, Stephane; BRANDENBURG, Alfio. **Agroecologia: Polissemia, Pluralismo e Controvérsias**. Ambiente & Sociedade - São Paulo, v. XIX, n. 3, p. 1-20, jul.-set. 2016.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Terras de quilombo no Brasil: direitos territoriais em construção**. Ariús, Campina Grande, v. 14, n. 1/2, p. 9–16, jan./dez., 2008.

OLIVEIRA, Lya Cyntia Porto de. **Redes, ideias e ação pública na agricultura urbana : São Paulo, Montreal e Toronto**. Tese (CDAPG) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. 279 f. 2017

ORNELAS, Gabriel Mattos. **Agroecologia e Regiões Metropolitanas: desafios e possibilidades para a gestão local e regional na RMBH**. Trabalho de Conclusão de Curso (Gestão Pública). Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

ORNELAS, Gabriel Mattos. **Agroecologia e política: ações coletivas e institucionalização da agroecologia no município de Belo Horizonte (1993-2020)**. 2021. [s. l.], 2021.

ORNELAS, Gabriel Mattos. FALCÃO, Letícia Hanna dos Santos. **Apresentação - Juventudes e Construção do Conhecimento Agroecológico**. Anais do Ciclo de Debates Esperançar Juventudes - Experiências agroecológicas de jovens do campo, das florestas, das águas e das cidades – Evento virtual - v.17, No 1, 2022.

ORNELAS, Gabriel Mattos. **Se há LGBTfobia não há agroecologia: coletivos de juventudes LGBTQIAP+ e processos educativos sobre diversidade afetiva, sexual e de gênero**. ReDiPE: Revista Diálogos e Perspectivas em Educação, v. 3, n. 2, p. 92-102, 25 jun. 2022.

ORNELAS, Gabriel Mattos. SCHMITT, Lilian Alves. JUNIO, Alci Albiero. MEINERZ, Andréia. **Aprender a Praticar Pesquisa em um Tempo de Catástrofes Ecológicas e Climáticas**. VIII Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia. ISBN: 2358-5684. Anais da VIII Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia. 2022. Disponível em <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/react/article/view/3842/3707>. Acesso em: 01/06/2024.

ORNELAS, G. M.; ARAUJO, M. L. G.; RIBEIRO, V. E.. **Construindo Territórios Agroecológicos: aprendizagens, ação coletiva e política pública de agricultura urbana em Belo Horizonte (MG)**. Anais do III Seminário Nacional de Educação em Agroecologia - Construindo caminhos para o fortalecimento dos territórios de Bem Viver, Castanhal, PA. Cadernos de Agroecologia, 2023, v.18.

ORNELAS, Gabriel Mattos; FERREIRA, Ana Paula ; PEREIRA, Livia Silva . **Espalhando semente boa: formações com guardiões/ãs de sementes crioulas e agroecológicas para construção do Banco Público de Sementes Crioulas de Belo Horizonte**. Anais do XII Congresso Brasileiro de Agroecologia, Rio de Janeiro, RJ, 2023. v. 19.

PEREZ, Olivia Cristina. FILHO, Alberto Luís Araújo Silva. **Coletivos: um balanço da literatura sobre as novas formas de mobilização da sociedade civil**. Latitude, Vol. 11, no 1, pp. 255-294, 2017.

PORTILHO, Fátima. **Ativismo alimentar e consumo político – Duas gerações de ativismo alimentar no Brasil**. Redes (St. Cruz Sul, Online), v.25, n.2, p. 411-432, maio-agosto, 2020.

RUAF. **Urban Agroecology**. Urban Agriculture Magazine, n. 33, Maiden Issue, Nov. 2017.

SABOURIN, Eric et all (Orgs). **Construção de Políticas Estaduais de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: avanços, obstáculos e efeitos das dinâmicas subnacionais**. Curitiba: CRV, 2019. 272 p.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos, Modos e Significações**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu. Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SANTOS, M. **Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

SCHMITT, Claudia Job. **A Transformação das “Ideias Agroecológicas” em Instrumentos de Políticas Públicas: dinâmicas de contestação e institucionalização de novas ideias nas políticas para a agricultura familiar**. Política & Sociedade - Florianópolis - Vol. 15 - Edição Especial - 2016.

SCHMITT, Claudia Job; PORTO, Silvio Isoppo; MONTEIRO, Denis; LOPES, Helena Rodrigues. **Fortalecendo redes territoriais de agroecologia, extrativismo e produção orgânica: a instrumentação da ação pública no Programa Ecoforte**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 312-338, jun. 2020.

SCHMITT, Lilian Alves. 2018. **Aprender em comunidade: práticas e experiências em uma horta urbana**. (Projeto de Pesquisa, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre).

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia: Transformando o campo, as florestas e as pessoas**. UFRJ. Rio de Janeiro. 2015.

SILVA, Clarice Santana da. **Caderno de Metodologias dos Mutirões Agroecológicos**. [livro eletrônico] Ed. da Autora, 2023. ISBN 978-65-00-74675-4. Disponível em: <https://ctazm.org.br/bibliotecas/caderno-de-metodologias-dos-mutiroes-agroecologicos-414.pdf>. Acesso em: 02/02/2025.

SILVA, Clarice Santana da; ORNELAS, Gabriel Mattos. **Trilha da agroecologia: curso de formação em agroecologia da Prefeitura de Belo Horizonte**. Anais do XII Congresso Brasileiro de Agroecologia, Rio de Janeiro, RJ, 2023. v. 19.

SILVA, Marcio Gomes da. **Pedagogia do Movimento Agroecológico: fundamentos teórico-metodológicos**. 2020. 197 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

SILVA, Maria de Fátima Santos da. MACHADO, Carlos Roberto da Silva. **A Agroecologia e a Educação Ambiental Transformadora: uma leitura para além de mudanças nas técnicas de produção agrícola**. Pesquisa em Educação Ambiental, vol. 10, n. 1 – págs. 119-129, 2015.

SILVA, Pedro; SACRAMENTO, Octávio; MENDONÇA, Vera. **Proximidade, reflexividade e crítica: o lugar da etnografia na intervenção social**. Cuadernos de Trabajo Social. ISSN: 0214-0314 Vol. 28-1 (2015) 27-37.

SOARES, Lorena Portela (Org.). **Agriculturas urbanas agroecológicas e promoção da saúde: fortalecendo diálogos, memórias e redes**. — Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, Fiocruz / Articulação Nacional de Agroecologia, 2023. 240 p. ISBN: 978-65-89501-46-6

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes - resistir à barbárie que se aproxima**. São Paulo: Cosac Naify, 2015a.

STENGERS, Isabelle. **Introductory notes on an ecology of practices.** Cultural Studies Review. 11 n.01 (março de 2015b), p.183–96.

STENGERS, Isabelle. **A proposição cosmopolítica.** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. Brasil, n.69, p. 442-464, abril/2018.

SZTUTMAN, Renato. **Reativar a feitiçaria e outras receitas de resistência – pensando com Isabelle Stengers.** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 69, p. 338-360, abr. 2018.

REDE - Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas. **Relatório Inicial Vila Cemig.** Relatório elaborado pela equipe técnica da REDE no âmbito do programa Territórios Sustentáveis- PTS. Dezembro de 2023.

TARDIN, José Maria; TRAVASSOS, Ronaldo. **Educação Popular em Agroecologia.** in: DIAS, Alexandre Pessoa et al. Dicionário de agroecologia e educação. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: EPSJV, 2022.

TEIXEIRA, Carlos Sávio. **Experimentalismo e democracia em Unger.** Lua Nova, revista de cultura e política (80). 2010.Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452010000200003>. Acesso em: 11/01/2025.

TOLEDO, Victor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A memória biocultural: a importância ecológica dos saberes tradicionais.** 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Friction: An Ethnography of Global Connection.** Princeton University Press, Princeton, NJ, 2004.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Paisagens arruinadas (e a delicada arte de coletar cogumelos).** Traduzido por Filipi Pompeu e Mariana Canazaro Coutinho. In: Cadernos do Lepaarq, v. XV, n.30., p. 366-382, Jul-Dez. 2018.

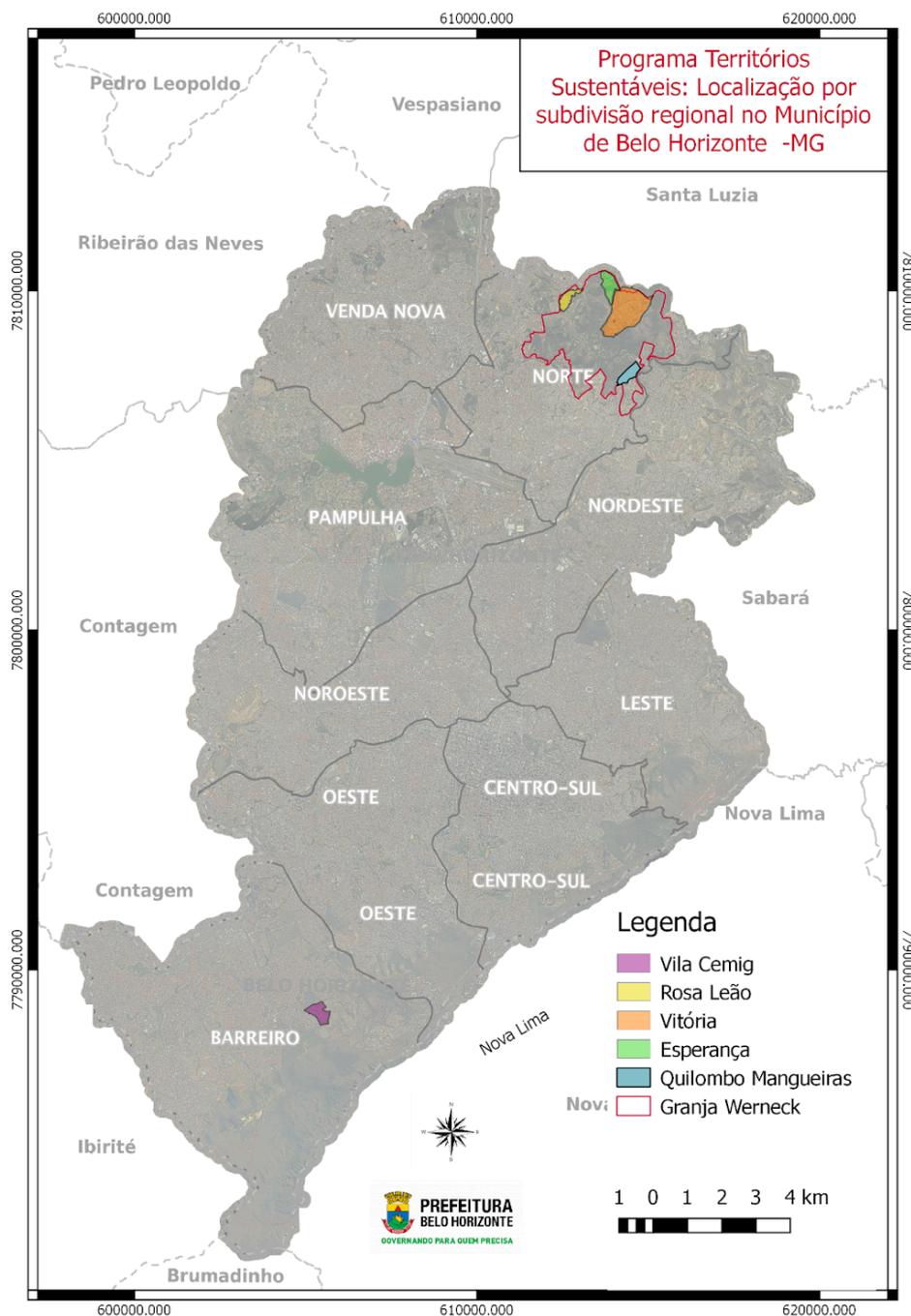
TSING, Anna Lowenhaupt. **Podcast com Anna Tsing sobre Extinção e Sobrevivência Sob o Capitalismo - 2019.** Disponível em: <https://www.wortfm.org/extinction-and-survival-under-capitalism-with-anna-tsing/>. Acesso em: 30/07/2021

TSING, Anna Lowenhaupt. **O Antropoceno mais que humano.** Ilha – Revista de Antropologia, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 176-191, 2021.

WEZEL, Alexander et al. **Agroecology as a science, a movement and a practice.** A review. Agronomy for Sustainable Development, Springer Verlag/EDP Sciences/INRA, 2009, 29 (4).

ANEXOS

Anexo I - Localização dos territórios atendidos pelo Programa Territórios Sustentáveis



Anexo II - Cartela de Serviços do Programa Territórios Sustentáveis (2023)

Plano de Ação - 2023			
Cartela de Serviços - Programa Territórios Sustentáveis			
Objetivo Geral: identificar as ações intersetoriais e transversais que atendam as famílias e as/os moradoras/es dos territórios beneficiários do Programa Territórios Sustentáveis a partir de uma perspectiva multidimensional, envolvendo frentes de ações estratégicas para criação de uma cartela de serviços organizada em articulação e cooperação com as diversas áreas e setores da PBH.			
Serviços e Eixos	Setor e/ou Área	Ações e Atividades	
Produção Agroecológica e Gestão de Resíduos	GEFAU/SUSAN	Fomento às Unidades Produtivas Coletivas/Comunitárias e de Territórios de Tradição.	
	Banco de Alimentos/SUSAN	Doação de alimentos, redução do desperdício e promoção de ações educativas.	
	Superintendência de Limpeza Urbana - SLU		Limpeza de córregos.
			Capina e mutirão de limpeza.
			Implantação de cesto coletor comunitário.
	SLU/Cooperativas de Catadores/SMED (Programa Ecoescola BH)	Coleta Seletiva: encontro de sensibilização e mobilização para a mudança de comportamento da comunidade escolar, capacitação de funcionários e educadores para a coleta, acondicionamento e armazenagem dos materiais. Aproximar os catadores dos territórios com gestão de resíduos das escolas.	
	DPEA/SMMA, DGEA/SMMA		Viveiros: fornecimento de ferramentas e materiais para a produção de mudas.
			Banco de sementes do programa: fornecimento de sementes para o programa.
			Áreas Verdes e Arborização: realização de plantios no programa; fornecimento de mudas a serem plantadas pelos beneficiários e infraestrutura.
			Levantamento de dados ambientais (recursos hídricos, caracterização da vegetação, APPs, zoneamento, etc.)
	URBEL	Oficinas comunitárias de plantio nas áreas remanescentes do empreendimento PAC Bacias.	
	URBEL, SMPU e CREURB	Oficinas comunitárias de plantio nas áreas de preservação ambiental da Izidora.	
	REDE		Adquirir e repassar insumos, ferramentas e materiais de apoio à produção.
			Mapear qualitativamente os quintais produtivos e as áreas coletivas dos 5 (cinco) territórios.
		Implementar 1 (uma) estrutura de apoio.	
		3 atividades específicas no Quilombo Mangueiras.	
		Relatórios com dados sociais, ambientais e de infraestrutura (01 relatório para cada território).	
	Assessoria técnica e metodológica.		

	SMC/FMC - Diretoria de Promoção dos Direitos Culturais (DPDC) Gerência de Centros Culturais (GECEC)	Hortas Comunitárias/Compartilhadas conduzidas pelas equipes dos Centros Culturais e comunidade. Atualmente os seguintes centros culturais contam com hortas: CCVN - Venda Nova; CCSB - São Bernardo; USINA - Usina de Cultura; CCBDI - Bairro das Indústrias; CCSF - Salgado Filho; CCSG - São Geraldo e CCVF - Vila Fátima.
Preservação e Recuperação Ambiental	URBEL	Ações de educação ambiental no âmbito do empreendimento PAC Bacias, incluindo oficinas, capacitações.
		Ações de educação ambiental no âmbito do empreendimento Drenurbs - PAC Vila Cemig, incluindo oficinas e capacitações.
	URBEL, SMPU e CREURB	Ações de educação ambiental no âmbito da construção do Plano de Urbanização Sustentável da Izidora.
Comercialização e Construção de Mercados	URBEL	Ações de desenvolvimento econômico e fomento ao empreendedorismo no âmbito do empreendimento PAC Bacias, incluindo oficinas, capacitações, feiras, etc.
		Ações de desenvolvimento econômico e fomento ao empreendedorismo no âmbito do empreendimento Drenurbs - PAC Vila Cemig, incluindo oficinas, capacitações, etc.
	URBEL, SMPU e CREURB	Ações de desenvolvimento econômico e fomento ao empreendedorismo no âmbito do desenvolvimento do Plano de Urbanização Sustentável da Izidora.
	GABAC/SUSAN	Feira da Agricultura Urbana.
	GABAC/SUSAN e REDE	Curso de Agroecologia e Construção Social de Mercados.
	GABAC/SUSAN	Central de Abastecimento da Agricultura Urbana e Familiar.
Ações Socioassistenciais e Mobilização Social	SLU	Campanha Informativa.
	URBEL	Ações de mobilização e fortalecimento comunitário no âmbito do programa PAC Bacias, incluindo oficinas, capacitações, articulação com redes da região, etc.
	SMC/FMC - Diretoria de Promoção dos Direitos Culturais (DPDC) Gerência de Centros Culturais (GECEC)	Comissão Local de Cultura Zilah Spósito - Reunião de artistas, produtores e frequentadores dos Centros Culturais, com o objetivo de dialogar sobre a cultura em seus territórios. Voltada a agentes culturais, parceiros e moradores da comunidade. Público: a partir de 14 anos.
	URBEL	Ações de mobilização e fortalecimento comunitário no âmbito do programa PAC Vila Cemig / Drenurbs, incluindo oficinas, capacitações, articulação com redes da região, etc.

	URBEL, SMPU e CREURB	Ações de mobilização e fortalecimento comunitário no âmbito do Plano de Urbanização Sustentável da Izidora, incluindo oficinas, capacitações, articulação com redes da região, etc.
Formação, Qualificação Profissional, Pesquisa e Extensão	CEFET, SUSAN e SLU	Curso Introdutório para a formação de Mestres Composteiros.
	FAMINAS	Ações de Extensão.
	AUÊ! - UFMG	Projeto de Extensão: "Agrobiodiversidade e Aprendizagens Agroecológicas nas Periferias: práticas e praticantes do Programa Territórios Sustentáveis".
	REDE	Curso de Promotores/as da Agroecologia.
	SMED/EcoEscola BH	Reuniões periódicas com representantes das escolas localizadas nos territórios, promovendo a participação nos projetos propostos pelo Programa EcoEscola com os parceiros e nos comitês locais. Além disso, a partir das demandas identificadas nos comitês locais, construir atividades que promovam a interação da escola com a comunidade e as unidades produtivas.
	CRESAN/SUSAN	
		Cursos da Trilha da Agroecologia.
		Oficinas Educativas em Alimentação e Nutrição para pequenos produtores de quintais agroecológicos assistidos pelo Programa Territórios Sustentáveis no Izidora, com extensão para comunidade (crianças, adultos e idosos).
Arte e Cultura	SMC/FMC - Diretoria de Promoção dos Direitos Culturais (DPDC) Gerência de Centros Culturais (GECEC)	Festa Junina do CC Zilah Spósito - apresentação de quadrilhas, brincadeiras e barraquinhas.
	SMC/FMC - Diretoria de Patrimônio Cultural e Arquivo (DPCA)	O Projeto Jardins do Sagrado visa a valorização, divulgação e manutenção da existência dos modos de vida destas comunidades quilombolas de Belo Horizonte registradas como Patrimônio Cultural do município. Para o desenvolvimento do projeto, a DPCA busca articulações com outras estruturas do poder público para atender demandas dessas comunidades que muitas vezes extrapolam a competência da SMC.
	SMC/FMC - Diretoria de Promoção da Artes (DPAR)	O Circuito Municipal de Cultura produziu nos últimos anos a série Histórias de Alimentar a Alma que traz como enredo as receitas familiares, as tradições locais de cada região da cidade, no coração dos bairros, vilas e aglomerados. A cultura alimentar transmitida através da afetividade dos cadernos de receitas e da oralidade dos encontros familiares desempenha um papel fundamental na preservação das nossas tradições culturais.

	Diretoria de Patrimônio Cultural e Arquivo (DPCA)	Acompanhamento dos quilombos reconhecidos como Patrimônio Cultural de Belo Horizonte - Quilombos Manzo Ngunzo Kaiango, Luizes, Mangueiras e Souza. A DPCA vem desenvolvendo ações de salvaguarda com e para estas comunidades.
Direitos Humanos, Cidadania e Saúde Coletiva	Diretoria de Políticas de Reparação e Promoção da Igualdade Racial (DPIR/SUDC)	Capacitação interna e externa sobre Igualdade Racial e SAN (teorias, práticas, como acessar as políticas, etc) em parceria com o Fonsanpotma. Seminário e roda de conversa, conhecer as cozinhas, as experiências cotidianas, entre outras atividades.
		Chá de WhatsApp. Ações com idosos de PCT sobre as práticas cotidianas. Construção de cartilhas com receitas e a criação de uma rede de troca e venda.